

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA
RITA DE CÁSSIA DE SOUZA SILVA**

**O MERCADO EDITORIAL E A ENCOMENDA DE COLEÇÕES LITERÁRIAS:
A COLEÇÃO ANJOS DE BRANCO**

Juiz de Fora
2017

RITA DE CÁSSIA DE SOUZA SILVA

**O MERCADO EDITORIAL E A ENCOMENDA DE COLEÇÕES LITERÁRIAS:
A COLEÇÃO ANJOS DE BRANCO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura Brasileira: enfoques transdisciplinares e transmidiáticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Andréia de Paula Silva

Juiz de Fora
2017

Rita de Cássia de Souza Silva

Silva, Rita de Cássia de Souza

Maria Andréia de Paula Silva

Silva, Maria Andréia de Paula

O mercado editorial e a encomenda de coleções literárias: a coleção Anjos de branco

Mercado editorial

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca – CES/JF

Silva, Rita de Cássia de Souza

O mercado editorial e a encomenda de coleções literárias: a coleção Anjos de branco / Rita de Cássia de Souza Silva. -- Juiz de Fora, 2017.

141 f.

Orientador: Dra. Maria Andréia de Paula Silva.

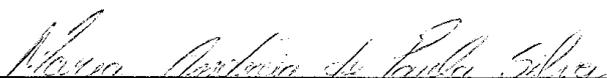
Dissertação – Mestrado em Letras – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (MG).

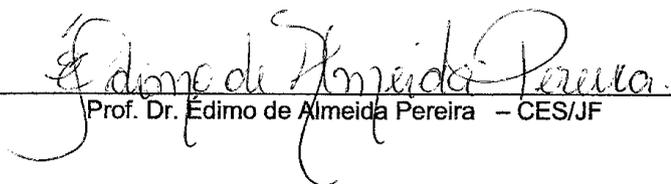
Inclui bibliografia.

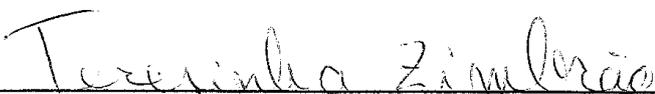
1. Letras. 2. Mercado editorial. 3. Literatura de encomenda.
4. Coleção Anjos de branco. I. Silva, Maria Andréia de Paula.
II. Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. III. Título.

SILVA, Rita de Cássia de Souza. **O Mercado editorial e a encomenda de coleções literárias:** a Coleção Anjos de branco. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura brasileira: enfoques transdisciplinares e transmidiáticos, realizada no 1º semestre de 2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Maria Andréia de Paula Silva – CES/JF


Prof. Dr. Edimo de Almeida Pereira – CES/JF


Prof.^a Dr.^a Teresinha Vânia Zimbrão da Silva – UFJF/JF

Examinada em: 11/07/2017.

Dedico este trabalho realizado com muito amor a todas as pessoas da minha família, àqueles que contribuíram de alguma forma para a concretização deste sonho, à minha profissão e a todos os profissionais de enfermagem.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por ter me abençoado todos os dias dessa caminhada.

A meu esposo Maurílio por ter compreendido minhas ausências, apoiado a minha opção em fazer o Mestrado e participado desta caminhada para que este sonho pudesse se tornar realidade.

A meu filho Douglas Walisson por seu carinho, compreensão e apoio.

A meu filho Denis William que já não está junto a nós, mas com toda certeza estaria me apoiando nesta caminhada.

À Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e ao Hospital Universitário (HU), pela oportunidade de realização do Mestrado.

Aos meus familiares meus agradecimentos pelos incentivos.

Aos meus amigos, por terem sido fonte de inspiração para me dedicar ao Mestrado.

Aos meus pais, Maria e Antonio, que certamente estarão felizes por minha dedicação e crescimento profissional.

À professora Dr.^a Josyane Malta Nascimento que participou da minha banca no I Colóquio Interdisciplinar em Literatura do CES/JF e que contribuiu, de forma significativa, para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha orientadora, Professora Dr.^a Maria Andréia de Paula Silva, pela dedicação, competência, disponibilidade, incentivo que certamente serão guardados com muito carinho.

À coordenadora do Mestrado, Professora Dr.^a Moema Rodrigues Brandão Mendes e aos professores do Programa de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF), pela dedicação, ensino e competência.

Ao Professor Dr. Édimo de Almeida Pereira – CES/JF, convidado integrante da Banca de Qualificação e Defesa desta dissertação.

À Professora Dr.^a Teresinha Vânia Zimbrão da Silva – UFJF, convidada integrante da Banca de Qualificação e Defesa desta dissertação.

Não conheço nenhum fato mais animador
do que a incontestável capacidade do
homem de elevar sua vida pelo esforço
consciente.
Henry David Thoreau

RESUMO

SILVA, Rita de Cássia Souza. **O mercado editorial e a encomenda de coleções literárias**: a coleção Anjos de branco, 141f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

Esta dissertação tem como objetivo apresentar o mercado editorial literário no Brasil, especificamente os processos envolvidos na encomenda de coleções. Dentro deste contexto, investigou-se o nascimento desta prática no campo da História da literatura, verificando que esta se insere em uma polêmica relacionada à origem da obra de arte, pois a encomenda se opõe ao mito de inspiração original da obra, um dos parâmetros que serviram para a definição da função autor, segundo Michel Foucault. Estabelecidas as relações entre a ação criadora do artista e as sanções da sociedade, passou-se à pesquisa específica da coleção Anjos de branco. Em 2001 o Conselho Federal de Enfermagem, como parte de uma campanha publicitária, encomendou à Academia Brasileira de Letras a confecção de obras literárias que versassem sobre o profissional da área de enfermagem com intuito de elevar a imagem deste profissional. A fim de mapear questões significativas para uma reflexão crítica sobre a profissão e os principais elementos que levaram ao estabelecimento deste saber, foi realizada uma reconstituição histórica da enfermagem no Brasil o que propiciou a análise da representação do enfermeiro nas obras. Em sequência, foi realizado um levantamento da dinâmica de divulgação das obras publicadas que vieram constituir a coleção Anjos de branco a partir do qual confeccionou-se um quadro de apresentação da coleção. A análise de dois romances, **Os pecados da santa** (2003), de Marcos Santarrita e **Ana Néri**, a brasileira que venceu a guerra (2002), de José Louzeiro, confirmam tanto a domesticação da representação social do profissional, quanto a problematização do tema a partir da apresentação do lugar subalterno ocupado na profissão.

Palavras-chave: Mercado editorial. Literatura de encomenda. Enfermagem. Coleção Anjos de branco.

RESUMEN

Esta disertación posee como objetivo presentar el mercado editorial literario en Brasil, específicamente los procesos abarcados en la encomienda de colecciones. Dentro de este contexto, se investigó el nacimiento de esta práctica en el campo de la Historia de la literatura, verificando que esta se insiere en una polémica relacionada al origen de la obra de arte, puesto que la encomienda se opone al mito de inspiración original de la obra, uno de los parámetros que sirvieron para la definición de la función autor, según Michel Foucault. Establecidas las relaciones entre la acción creadora del artista y las sanciones de la sociedad, se pasó hacia la pesquisa específica de la colección *Ángeles de blanco*. En 2001 el Consejo Federal de Enfermería, como parte de una campaña publicitaria, encargó a la Academia Brasileña de Letras la confección de obras literarias que versara sobre el profesional del área de enfermería con el intento de elevar la imagen de este profesional. Con el fin de mapear cuestiones activas para una reflexión crítica sobre la profesión y los principales elementos que llevaron al establecimiento de este saber, se realizó una reconstitución histórica de la enfermería en Brasil lo que favoreció el análisis de la representación del enfermero en las obras. A continuación, fue realizado un levantamiento de la dinámica de divulgación de las obras publicadas que constituyeron la colección *Ángeles de blanco* a partir de la cual se confeccionó un cuadro de presentación de la colección. El análisis de dos novelas, **Los pecados de la santa** (2003), de Marcos santarrita y **Ana Néri**, la brasileña que venció la guerra (2002), de José Louzeiro, confirman tanto la domesticación de la representación social del profesional, cuanto la problematización del tema a partir de la presentación del lugar subalterno que se ocupa en dicha profesión.

Palabras-clave: Mercado editorial. Literatura de encomienda. Enfermería. Colección *Ángeles de blanco*.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Descrição Obras de 1 a 3 da Coleção Anjos de branco	105
QUADRO 2	Descrição Obras de 4 a 6 da Coleção Anjos de branco	106
QUADRO 3	Descrição Obras de 7 a 10 da Coleção Anjos de branco.....	107
QUADRO 4	Descrição Obras de 11 a 12 da Coleção Anjos de branco	108

LISTA DE SIGLAS

ABEN	Associação Brasileira de Enfermagem
ABL	Academia Brasileira de Letras
APS	Atenção Primária em Saúde
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AIS	Ações Integradas de Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPEN	Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem
CES/JF	Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem
CBENF	Congresso Brasileiro de Enfermagem
CORENs	Conselhos Regionais de Enfermagem
DCENF	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Enfermagem
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
EEAP	Escola de Enfermagem Alfredo Pinto
EPEE	Escola Profissional para Enfermeiros e Enfermeiras
HCE	Hospital Central do Exército
HNA	Hospital Nacional de Alienados
HP II	Hospital Pedro II
HU	Hospital Universitário
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
MS	Ministério da Saúde

NOB	Norma Operacional Básica
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SUS	Sistema Único de Saúde
TC	Tribunal de Contas
TCE	Tribunal de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	LITERATURA E MERCADO	18
2.1	O MERCADOR E O POETA	19
2.2	COMO NASCEM AS OBRAS DE ENCOMENDA	38
3	A ENFERMAGEM NA HISTÓRIA	59
3.1	A HISTÓRIA DA ENFERMAGEM	60
3.2	A ENFERMAGEM NO BRASIL	76
3.3	A ENFERMAGEM NA LITERATURA: A COLEÇÃO ANJOS DE BRANCO	93
4	DUAS OBRAS DE ENCOMENDA	110
4.1	ANA NERI, A BRASILEIRA QUE VENCEU A GUERRA	111
4.2	OS PECADOS DA SANTA	121
5	CONCLUSÃO	129
6	REFERÊNCIAS	133

1. INTRODUÇÃO

O artista é parte constituinte de uma sociedade de forma a representá-la. Através da arte, o indivíduo é capaz de perceber o meio em que vive e suas relações com este, conseguindo discernir os conceitos relevantes acerca da natureza humana. A arte tem um caráter significativo e influente assim como os aspectos sociais, políticos, econômicos e religiosos que estruturam o sistema de formação de uma sociedade. Essa influência acontece tanto externa e quanto internamente, pois de acordo com Candido (2006), “A literatura é, pois, um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a” (CANDIDO, 2006, p. 84).

Neste circuito, destaca-se o papel social desempenhado pelo escritor que, por meio de sua capacidade de criar, supera ou não as expectativas de um público de leitores e de editores, que estabelecem vínculos com o autor de acordo com as condições fundadas de diálogo entre autor, público e editor. Assim, a posição do escritor na sociedade está relacionada à apreciação que estes grupos cultivam em relação a ele, vindo esta questão ao encontro do reconhecimento coletivo de sua ação, justificando-se socialmente.

Paradoxal é a questão da literatura que, por um lado, enobrece e instrui, mas também desvirtua por seu caráter indistinguível de iniciação na vida das pessoas e por abordar uma sucessão de assuntos complexos, que variam do bem ao mal e humanizam o sentido da vida.

Antonio Candido explica que:

Muitas correntes estéticas, inclusive as de inspiração marxista, entendem que a literatura é sobretudo uma forma de conhecimento, mais do que uma forma de expressão e uma construção de objetos semiologicamente autônomos. Sabemos que as três coisas são verdadeiras; mas o problema é determinar qual o aspecto dominante e mais característico da produção literária. Sem procurar decidir, limitemo-nos a registrar as três posições e admitir que a obra literária significa um tipo de elaboração das sugestões da personalidade e do mundo que possui autonomia de significado; mas que esta autonomia não a desliga das suas fontes de inspiração no real, nem anula sua capacidade de atuar sobre ele (CANDIDO, 2006, p. 85-86).

Desta forma o ensaísta expõe os aspectos inerentes à literatura destacando-a como um processo de conhecimento do mundo e do homem de expressão da realidade; e o de construção de artifícios simbólicos capazes de satisfazer a

necessidade universal de fantasia facultada pela inteligibilidade literária, e, assim, contribuir para a formação da personalidade humana, descrevendo a força humanizadora da literatura, a qual revela o homem agindo mais tarde em sua própria formação.

Circunstanciada sobre estas premissas, esta dissertação tem por objetivo analisar a coleção Anjos de branco no contexto do mercado editorial no Brasil, buscando conhecer como se processa a encomenda de coleções temáticas e verificar as possíveis consequências para a criação da obra. Faz parte do escopo de pesquisa o mapeamento da polêmica relacionada à qualidade da obra de encomenda por meio da análise das obras **Ana Néri**, a brasileira que venceu a guerra, de José Louzeiro, e **Os pecados da santa**, de Marcos Santarrita, no que concerne à concepção ficcional do profissional enfermeiro presente em ambas.

Parte-se da hipótese de que as circunstâncias de elaboração de uma obra literária de encomenda podem circunscrever o seu alcance, sem, contudo, influenciar diretamente na recepção da mesma.

Este estudo justifica-se enquanto instrumento de pesquisa referente ao aprofundamento das motivações para o nascimento de uma obra, dos caminhos percorridos pelo autor desde sua concepção até a publicação. Elucidar o cenário literário contemporâneo, evidenciando as discussões relacionadas à cultura de encomenda e conhecer as perspectivas de recepção crítica deste tipo de obra, são ações que podem contribuir para as futuras análises do circuito literário.

Esta dissertação de mestrado, realizada dentro da linha de pesquisa Literatura brasileira: enfoques transdisciplinares e transmidiáticos, possibilitou a construção de um estudo voltado para a cultura, a literatura e a enfermagem, traçando aspectos significativos para a pesquisa ao tratar de campos disciplinares distantes, mostrando as possibilidades de aproximação e de encontro de disciplinas distintas.

Na segunda seção, Literatura e mercado por meio da História da Leitura foi feito um levantamento de como se deu o processo de desenvolvimento da escrita e como ocorreu sua inserção na sociedade. Neste contexto foi elaborada uma descrição sobre a representação do livro no mundo capitalista, tomando-se como um bem de valor a ser comercializado.

Na subseção O mercador e o poeta, procuramos descrever como ocorreu o processo de produção e comercialização dos livros no Brasil. Para tanto, buscamos retratar as relações do homem das letras, sendo descritos sobre os atores sociais que

participaram na consolidação do sistema literário. Nesse sentido foi realizada uma abordagem sobre os caminhos percorridos pelo profissional das letras, as dificuldades encontradas por ver suas obras publicadas, assim como a necessidade de alcançar sua independência econômica.

Na subseção Como nascem as obras de encomenda procurou-se aprofundar e averiguar as motivações para o nascimento de uma obra e conhecer os caminhos percorridos pelo autor desde sua concepção até sua publicação. Dentro do campo cultural foram discutidas questões relacionadas à encomenda de coleções literárias, que geram polêmica quanto aos princípios clássicos de criação da obra ao evidenciar que a função autor, descrita por Michel Foucault (1969), no ensaio *O que é o autor?*, não está simplesmente vinculada à sua autoria, mas a seu valor perante o público.

Como forma de referendar a discussão sobre autor/obra/público foi de grande contribuição a tese de Roland Barthes, **A morte do autor** (1968), que quebra com o mito de originalidade soberana do criador, trazendo aspectos da intertextualidade e pluralidade da obra, designando ao leitor, por meio da recepção, um lugar específico onde a obra se completa em sua magnitude.

O fato é que tudo o que está relacionado ao mundo literário está vinculado ao público, pois a obra é destinada a ele, a aceitação das ideias e técnicas utilizadas pelo escritor passarão pelo crivo do leitor, assim como a remuneração do escritor também está relacionada com a receptividade e aceitabilidade de sua obra pelo público.

Para delinear a situação contextualizou-se o processo de modernização do mercado cultural no país, bem como as estratégias para a conformação de um novo público leitor, desvendando novos nichos de mercado e a criação de produtos específicos a cada público. Buscou-se ainda delinear como a indústria cultural proporcionou ações que vinculavam a produtividade à demanda estabelecida, questionando se tal comportamento prejudicou o escritor no processo de amadurecimento e, simultaneamente, a qualidade do produto final.

Na terceira seção, *A Enfermagem na História*, estudou-se como ocorreu a inserção do enfermeiro na história, permeada por questões de ordem política, social e econômica. Foi feita uma reconstituição do passado com seus personagens históricos representados por Florence Nightingale e Ana Néri permitindo conhecer os fatores que colaboraram para a construção de uma identidade profissional.

Na subseção *A História da Enfermagem*, foi descrita a evolução da profissão que, inicialmente, tinha seu trabalho voltado para prática do cuidado realizado pela

mulher, sendo esta a grande pioneira no atendimento às necessidades de saúde da humanidade.

Para conhecer como se deu o processo de profissionalização da Enfermagem no país foi realizado um estudo sobre a História da Enfermagem no Brasil, que possibilitou a compreensão e reflexão crítica sobre questões intrínsecas à profissão, sua constituição e desenvolvimento, discutindo-se seu papel na sociedade, bem como os aspectos que contribuíram para interpretação das obras literárias analisadas.

Na subseção A Enfermagem na Literatura: a coleção Anjos de branco, foi apresentada a coleção Anjos de branco, encomendada pelo COFEN (Conselho Federal de Enfermagem), com a exposição de como ocorreu o processo de constituição da coleção. Foi feita uma sinopse de cada obra e elaborado um quadro com detalhamento das doze obras que constituem a coleção.

Na quarta seção, Duas obras de encomenda, apresentamos as duas obras da coleção Anjos de branco, *corpus* da pesquisa, e os respectivos autores com dados bibliográficos referentes a cada um.

Nas subseções seguintes **Ana Néri**, e **Os pecados da Santa** foram apresentadas as análises das obras. Para tanto buscou-se os pressupostos de Antonio Candido (2006) ao referendar que para a constituição de uma análise crítica integral faz-se necessário uma análise do conjunto de uma obra, com seus aspectos sociológicos, psicológicos ou linguísticos, buscando utilizar os elementos que possam levar a uma interpretação harmoniosa. Tal fato depreende-se do cuidado de apreciar os fatores sociais como constituidores da estrutura de uma obra, e, portanto, significativos para a análise literária.

A obra é uma representação, que se coloca disponível para seu estudo, estruturada pelos fatores que a sujeitam e a fundamentam, sendo estas peças essenciais, portanto legítimas, não podendo ser negados nem exaltados.

Dentro desta perspectiva Antonio Candido (2006) investiga as possíveis influências efetivas do meio sobre a obra e relata que existem duas respostas tradicionais. A primeira estuda a arte como expressão da sociedade e a segunda, como esta se interessa pelos problemas sociais. É evidente que hoje a obra expressa a sociedade, mas houve tempo em que tal evidência era algo novo e historicamente importante.

Os pressupostos aqui elencados possibilitaram a análise das obras em confronto com a História da Enfermagem permitindo verificar nas obras não só os

aspectos sociológicos, psicológicos e linguísticos, mas também as características de verossimilhança e de ficcionalização presentes nestas.

Apesar de todas as obras da coleção Anjos de branco apresentarem como protagonistas mulheres enfermeiras, é possível encontrar na Literatura Brasileira obras em que os protagonistas são homens. É o caso do estudo realizado no âmbito do Programa de Mestrado em Letras do CES/JF por Rejane Guingo Martins Ribeiro (2014) na dissertação intitulada – **Cuidadores-enfermeiros**: representação dessas personagens em contos de Machado de Assis e Rubem Fonseca.

2. LITERATURA E MERCADO

A história da cultura na contemporaneidade é marcada, em sua essência, pela escrita. A representação gráfica, estrutural e de formas fornece uma amostra das aspirações e inspirações do homem em determinada sociedade.

As descrições e interpretações das mais diversas expressões da cultura do mundo atual, realizadas por meio de narrativas e de leituras, anunciam, diversificam e criam polos de ideais individuais, coletivos de uma nação ou de toda uma civilização. A escrita, amplamente reproduzida por textos como diários, cartas, crônicas dos escrivães, marinheiros, capitães de armada, relatando descobrimentos e conquistas, hoje ganha representatividade por meio de textos artísticos, científicos e filosóficos dentre outros constituídos na modernidade. Octávio Ianni (2001), assim define esta condição:

[...] a escrita participa decisivamente da criação, organização, funcionamento e transformação das formas de sociabilidade, dos jogos das forças sociais, das condições e possibilidades, da consciência social de indivíduos e coletividades, em âmbito local, regional, nacional e mundial. Todas as relações, diversidades, distinções, hierarquias, desigualdades, tensões e lutas, codificam-se em escritos e escrituras, gêneros e estilos: o indivíduo e a coletividade, o povo e a nação, a classe social e o grupo social, o partido político e o sindicato, o movimento social e a corrente de opinião pública; sem esquecer a constituição nacional e carta das Nações Unidas, o princípio de soberania nacional e o direito internacional, bem como o provincianismo, o nacionalismo, o regionalismo, o globalismo; e todas as línguas tribais, nacionais e mundiais (IANNI, 2001, p. 10).

Por meio do pensamento filosófico, do raciocínio científico e da elaboração artística, o mundo se mostra e se percebe nas relações descritas por estudiosos como Copérnico, Darwin, Freud, entre outros. As renovações do saber apagam escrituras e promovem novas, o que propicia uma fantástica e surpreendente evolução no campo da representação, evidenciando que nada permanece na primeira e exclusiva tradução.

Por estar inserido na sociedade, o livro se revela como propriedade, representando, dentro de uma sociedade capitalista, um bem de valor cujo proprietário o dispõe como mercadoria a ser comercializada. Navegando pela história, deparamos com **Dom Quixote** como exemplo de contestação e concretização de um direito original: o do autor sobre sua obra. Este direito se configura em um planejamento econômico e artístico, a partir do controle sobre a divulgação das obras, e sobre os

ganhos e sobre os ganhos necessários à sua subsistência. De acordo com Lajolo e Zilberman (2001),

Em questão está, de um lado, a propriedade que um criador detém sobre o produto oriundo de seu intelecto; do outro, a identificação do sujeito responsável pelo ato de criar, que lhe confere visibilidade, prestígio e dinheiro. No moderno sistema de produção, a notoriedade não pode ser dispensada, sob pena de comprometer a circulação e a vendabilidade dos objetos a serem comercializados (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 17).

Lajolo e Zilberman (2001) analisam a relação do homem intelectual na contemporaneidade com o moderno sistema de produção/circulação e vendabilidade do produto artístico, agora estabelecido como mercadoria. Para tanto, faz-se necessário mapear dentro da história como ocorreu este processo, e com o desenvolvimento tecnológico perscrutar as tensões vivenciadas dentro do sistema literário entre o escritor e o mercado.

2.1 O MERCADOR E O POETA

Na Antiguidade a indicação de uma obra se dava tanto por seu título quanto por seu autor. Na escola romana apontavam-se as obras por seus inventores por meio de uma tira de pergaminho, que indicava autor e obra. Com a transição do livro ao códice após o século XV, a identificação das obras foi alterada ao se utilizar a primeira página ou a capa.

Na transição da oralidade para a escrita, entram em cena outros profissionais que copiavam, multiplicavam os textos, os comerciantes que vendiam os livros e que ajudavam os letrados na organização de suas bibliotecas domésticas. A consolidação de um sistema literário dependia da participação de vários sujeitos: os escribas responsáveis pelas cópias, os artesãos responsáveis pela transformação da pele animal em material adequado, os encadernadores e os comerciantes. O desenvolvimento de todo o processo, que apresentava um custo, requeria investimentos, que geravam lucros para o pagamento dos trabalhadores. A produção de um livro era bastante inflacionada devido ao grande número de profissionais envolvidos no processo, bem como o preço da matéria-prima era muito caro.

A circulação de livros no Portugal do século XV, no entanto, não foi impedida por seu elevado preço. Em 1431, D. Afonso V assinou um decreto com isenção de taxas a quem os importasse, favorecendo livreiros e comerciantes.

O progresso advindo desta medida estimulou a implementação de leis exclusivas para o mercado de livros, regulamentando sua produção e sua comercialização, passando o comando para as mãos do Estado. A invenção da Imprensa por Gutemberg¹ trouxe uma grande expansão deste comércio, embora tenha levado consigo as ilusões que a seguiram: a obtenção da aquiescência do Estado para sua existência, assim como o perigo de vir a ser censurado por este. Nos séculos XVI e XVII, os autores ainda precisavam concorrer com o nome do tipógrafo, com a autorização do Rei e com o patrocinador.

Numa nova configuração, mais uma vez o Estado se coloca à frente com uma regulamentação que propicia privilégios, a exemplo do ocorrido na Inglaterra em 1557, quando a rainha Maria Tudor, através de carta patente, proporciona aos membros da Stationers' Company exclusividade de impressão a quem publicasse apenas materiais que não contrariassem as autoridades reais.

O mesmo aconteceu em Portugal, quando Valentim Fernandes foi favorecido pelo Rei, que lhe concedeu na publicação em 1502 de um dos primeiros *best-sellers* da Europa moderna, **O livro de Marco Polo** que, em sua folha de rosto, adotava a seguinte nota: “Com o privilégio do Rei Nosso Senhor. Que nenhum faça a impressão deste livro. Nem a venda em todos os seus reinos e senhorios sem licença de Valentim Fernandes sob pena contida na carta de seu privilégio. Do preço dele: cento e dez reais” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1994 apud LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 29).

Dadas tais vantagens, os impressores adquirem a posse do documento, não sofrendo nenhuma concorrência, a não ser pelo plágio que incomodará a indústria de livros.

A atividade dos impressores tornou-se de grande importância para a vida administrativa, política e religiosa. O ofício era exercido por pessoas de posse, berço cristão e educação tradicional.

¹ A principal figura na revolução da imprensa é o alemão **Johannes Gutenberg**, que nasceu em 1395 e morreu em 1468. Gutemberg, não “inventou a imprensa” – processo já conhecido há séculos no Oriente –, mas aperfeiçoou os métodos de divulgação por meio da criação da prensa e dos tipos móveis. Assim, foi possível maior rapidez no processo de impressão dos livros, cuja tiragem aumentou e revolucionou os métodos de divulgação. O primeiro livro impresso neste método foi a Bíblia. <https://www.todamateria.com.br>

Lajolo; Zilberman (2001) relatam que,

[...] Por ocasião de seu nascimento e implantação, já a imprensa carregava consigo os fantasmas que doravante a acompanharão: a necessidade de obter permissão do Estado para existir e o risco de vir a ser objeto da censura, se abusar da benevolência do *establishment*. De qualquer maneira, são os impressores, as figuras regularmente favorecidas pelos privilégios reais (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 31).

Os privilégios instituídos pelo Rei raramente eram eternos, apresentando tempo estipulado por dez anos, após o qual a obra tornava-se de interesse público e poderia ser alvo de outro privilégio dado a outro impressor.

Assim, na Europa do século XVI, o tipógrafo e o impressor são grandes representantes do mundo das letras. “Num tal regime, os autores só poderiam viver de seu trabalho se se colocassem sob a proteção de um mecenas, alguém de posses que desejasse perpetuar seu nome graças aos artifícios das artes [...]” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 33). Contudo, outras artes como pintura, escultura e arquitetura eram mais valorizadas que a dos escritores, pois obtinham maior visibilidade por sua capacidade de expressão, ostentação e poder e a não dependência de um público alfabetizado, ainda acanhado no século XVI.

No século XVII ocorre na França o processo de organização dos autores por meio das academias estabelecidas pelo Estado. Estas, com o agrupamento de intelectuais, favorecem a obtenção de reconhecimento público. Segundo Lajolo e Zilberman:

A Academia francesa, contudo, rendia dividendos: o reconhecimento público, representado pela filiação a uma sociedade literária de prestígio, coopera para o fortalecimento da figura do autor, embora não garanta de modo direto sua sobrevivência. Justifica-se o apelo a algum tipo de pensão, a ponto de Boileau, principal teórico da poética clássica do século XVII, revelar-se ardente defensor de uma “política do mecenato de Estado” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 35, grifo das autoras).

No entanto, nesta época, os escritores não alcançaram sua independência econômica, tendo que apelar ao clientelismo ou ao mecenato que concorria em volta de poderosos e ricos. Nos séculos XVII e XVIII, os livreiros se destacavam no planejamento e desenvolvimento do sistema literário com grandes investimentos, renovando os processos de distribuição e promovendo o acesso a gêneros populares. Os autores, para conseguirem seus honorários, necessitavam buscar vantagens obtidas por meio de um certificado de domínio sobre o texto; este processo ocorria

por meio de um acordo com o livreiro que abdicava dos direitos, transferindo para o autor suas prerrogativas.

Diferente do que ocorre no século XVII, no século XVIII entram no campo de disputa os autores, que lutam por seus direitos, demarcando o princípio do direito autoral. Em 1710, o parlamento inglês promulga “[...] o Estatuto de Ana: um ato para o encorajamento da instrução, dando posse das cópias dos livros impressos aos autores ou compradores de tais obras, durante o tempo ali mencionado [...]” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 40).

O Estatuto de Ana reconhece que o autor é o proprietário da obra, e transfere para o mesmo o direito para a impressão dos livros. Porém, era conveniente para os livreiros que os autores, proprietários das obras, transferissem seu produto intelectual a apenas um editor, com a finalidade de impedir a extorsão e a falsificação. O Estatuto foi importante e favorável aos autores que puderam exercer o direito autoral e aos livreiros que, sem concorrentes, alcançavam maior lucro remunerando melhor seus editados.

A lei que definiu o direito autoral e regulamentou a propriedade intelectual também retirou daqueles que tomavam para si os textos dos autores por um período indefinido.

O assunto de grande repercussão no século XVIII é estendido por uma carta escrita por Denis Diderot em 1764: a carta sobre o comércio do livro. Nela o filósofo se coloca do lado dos comerciantes, apoiando e justificando as prerrogativas dadas a estes. Diderot defendia que tal procedimento impedia a fraude, e que a impressão dos livros por vários livreiros comprometia a qualidade do livro, cujos custos menores geravam ganhos menores para o escritor, da mesma forma que a grande oferta de livros tornava a comercialização lenta.

Tal relato, defendido por Denis Diderot, incide especialmente no combate à falsificação caracterizando-a como roubo. “[...] A questão está em saber quem é o proprietário, da obra. Conforme o filósofo iluminista, originalmente é o autor, que produz um manuscrito; depois, a pessoa que o adquiriu, trocando-a por dinheiro [...]” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 41).

Outro intelectual contemporâneo do iluminista foi Pierre-Augustin-Caron de Beaumarchais (1732-1799), escritor, dramaturgo que lutou contra o monopólio da Comédie Française, companhia dramática oficial, fundada em 1680.

Em 1797, o dramaturgo escreve apreciável carta encaminhada ao ministro do

Interior insistindo nos direitos dos autores nas benesses provenientes da publicação e comercialização de suas obras, demonstrando um quadro em que o profissional das letras era posto no plano secundário, uma vez que recebiam muito pouco por seus trabalhos, sendo raros aqueles que alcançavam o reconhecimento público. Nesse sentido vale pontuar que, enquanto personagens dentro do sistema literário, vários atores procuravam, então, ocupar um lugar de protagonista.

A carta encaminhada por Beaumarchais é, na verdade, um grande manifesto a respeito das condições apresentadas pelo sistema da época, os quais se encontravam nas mãos de especuladores e dependiam de leis que pudessem defendê-lo de uma condição que se apresentava adversa daquele detentor de sua propriedade: a obra literária.

Neste contexto Beaumarchais sai vencedor, pois finaliza o processo de reconhecimento dos direitos autorais iniciado com o Estatuto de Ana em 1710. Os norte-americanos antecederam aos franceses, já que em 1783 Connecticut aprova o regulamento dos direitos autorais representando um marco da legislação americana relacionado ao domínio intelectual. Em 1790, um artigo incluído na Constituição Federal atribuiu ao Congresso “o poder de promover o progresso da ciência e das artes práticas, assegurando, por tempo limitado, a autores e inventores o direito exclusivo sobre seus respectivos escritos e descobertas [...]” (RICE, 1997 apud LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 44). Instituem-se, então, nos Estados Unidos a *copyright* – o direito autoral, que ampliava a duração por catorze anos, restaurados por outros catorze anos, após os quais as obras estavam sob o domínio público. Encerrava-se, deste modo, o assunto das vantagens permanentes. O autor conquistava, então, o verdadeiro direito por sua obra e por suas vantagens inerentes ao seu bem, competindo somente a ele a negociação com os editores, para o que não apresentava mais intermediários. Porém, ficava à disposição do mercado: de um lado o industrial, que contraía e recompensava seu serviço do outro lado o público que o aceitava ou o repelia.

Dada a implementação de legislação favorável às questões relacionadas à propriedade literária, os profissionais envolvidos com o mundo das letras: livreiros, editores, industriais e tipógrafos não mais apresentaram conflitos entre si, entrando em um ciclo de harmonia.

O conservadorismo de Portugal se delonga no século XVIII detendo-se ainda às questões de censura, embora independente do poder da Igreja, alia-se aos

conceitos teológicos fazendo menções a pecado, heresia e apostasia, percebidos pela limitação concedida em Portugal ao domínio religioso em um período compreendido como revolucionário. Eram dadas licenças a algumas pessoas, o que representava algum privilégio, porém essas eram advertidas quanto à prudência e à discricção que deveriam ter com os livros que lhes foram permitidos, ficando esclarecidas quanto ao crime e punição àqueles que, por equívoco, tivessem transmitido a outros um direito que era somente seu.

Na Inglaterra a situação era outra. Já no século XVIII o *status* do escritor se revelava em números e quantidade. Neste cenário ocorre o primeiro contrato financeiro formal entre autor e editor, o que permitiu aos escritores o reconhecimento financeiro por seu trabalho intelectual. No século XVIII o princípio norteador capitalista era o valor, que se torna também o da estética. Assim, o valor é relacionado ao conteúdo da obra, que, por sua vez, convertido em objeto da Teoria da Literatura, é interiorizado e considerado superior.

Ocorre, então, a expansão do público leitor, fortalecendo o mercado editorial desenvolvido pela inserção de tecnologia apropriada para a impressão, assim como para a produção industrial do papel que possibilitou a diminuição do custo da produção do livro.

Na virada do século XVIII para o XIX, como a Inquisição em Portugal persistia em tratar livros e escritos como produtos nocivos, a imprensa continuava proibida na América. Com esta medida o Estado impedia o avanço industrial concebido pela disposição de tipografias, com alegação de ordem financeira. A Igreja confiava, assim, estar livre de influências contrárias.

No Brasil, com a vinda de D. João, Príncipe Regente, fugido das tropas de Napoleão e com o imperativo de noticiar a documentação oficial, foi inaugurada a Imprensa Régia em 1808, hegemônica até pelo menos 1821. A Independência, em 1822, não conseguiu melhorar este panorama.

Na história literária não é bem aceita a associação de questões pecuniárias com a literatura; deve-se, por isso, afastar qualquer evento de ordem financeira das atividades culturais, ou seja, “[...] pela dimensão econômica da atividade de criação artística, sela-se a noção de incompatibilidade entre a feição material da literatura e sua dimensão dita propriamente estética [...]” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 71).

Constata-se o mundo conflituoso vivenciado pelo homem das letras, que revela uma eterna ambiguidade entre a criação literária e sua luta pela sobrevivência. Neste

âmbito Diderot documentou alegações a respeito do comércio de livros.

Posso assegurar-lhe que nada se concilia pior do que a vida ativa do comerciante e a vida sedentária do homem de letras. Incapazes que somos de uma infinidade de cuidados, em cem autores que querem vender por miúdo eles próprios as suas obras, haverá noventa e nove que se darão mal com tal sistema e se aborrecerão (DIDEROT, 1978 apud LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 71).

É perceptível a inabilidade dos intelectuais com as questões relacionadas a assuntos de ordem econômica, principalmente no que se refere à comercialização de suas obras. Dados revelam a penúria que passaram vários escritores de grande renome como foi o caso de Camões que, mesmo caindo nas graças do rei D. Sebastião, o qual o reconhece e estabelece “a equivalência entre o êxito nas guerras de conquista e a escrita bem sucedida de uma epopéia glorificante [...]” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 73), não foi capaz de tirar-lhe de uma situação de calamidade.

Segundo Garret (1966), a grande dificuldade pela qual passa o escritor faz com que o escravo saia a mendigar em nome do poeta lusitano.

Vede-o: vai pelas sombras caridosas
Da noite, de vergonhas coitadora,
De porta em porta tímido esmolando
Os chorados ceitis com que o mesquinho,
Escasso pão comprar. Dai, portugueses,
Dai esmola a Camões (GARRET 1966, apud LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 74).

Os versos ajudam a compreender os problemas do sistema literário da época, revelando os valores e ideais de uma sociedade em que os escritores necessitavam buscar alternativas para autossustentação. No Brasil, D. Pedro II, Imperador brasileiro, era bem generoso e exercia o mecenato. Durante o seu reinado apoiou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e amparou poetas, pintores e músicos. Em dado momento esta conduta foi suficiente para sustentar os artistas, mas, com o passar do tempo, foi deixando de atender às suas expectativas.

Vários escritores denunciaram, através de seus versos, as condições vivenciadas por estes, no momento em que a nação percorria os primeiros passos de um país independente. “[...] Os escritores não deixavam de expressar suas queixas, de que são expressivos os versos de Álvares de Azevedo (1831-1852) no poema ‘Um cadáver de poeta’” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 76, grifo das autoras). No entanto

era quase impossível viver da pena ou do pincel nesta nação. O escritor Fagundes Varela também escreve a favor do homem de letras. Indignado com a insensibilidade da sociedade em relação à atividade artística, relata a distância apresentada entre o público e o escritor que se encontra à margem. “Varela verbera a sociedade, que recusa o pão ao artista e despreza a ‘pena mercenária’, símbolo bastante ambíguo de novas relações do artista com o mercado [...]” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 78, grifo das autoras). Embora no relato Varela exponha seu descontentamento em relação ao mecenato, em um curioso soneto refaz sua opinião descrevendo o interesse do poeta em ganhar dinheiro e gozar das coisas boas da vida, bem como as situações de conflito traduzidas pelas diferenças atribuídas às diversas matrizes culturais do universo brasileiro, demonstrando um preconceito contra expressões da cultura popular.

Manoel Antônio de Almeida (1831-1861) também vivenciou algo semelhante e, apesar de não haver menções sobre o assunto em suas obras, a dificuldade é referendada em carta enviada ao amigo Quintino Bocaiúva (1836-1912).

Livre daquele grande perigo, não posso entretanto estar em circunstâncias mais desesperadas; todos os dias se me vence um vale, uma conta, uma letra, que não pago porque não tenho com quê, e que ficam adiados para o dia seguinte me caírem em cima de novo. Ainda não me mudei para Sto. Amaro por não ter dinheiro. Por mal de pecados, estou reduzido à metade do que ganhava, porque me levaram as provas da Tip., o que quer dizer que tenho rebatido o que era propriamente ordenado estou literalmente sem vintém! (ALMEIDA, 1991 apud LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 80).

Os autores brasileiros descreviam suas dificuldades no mundo das letras e percorriam caminhos tortuosos, buscando alternativas de subsistência. Manoel Antonio de Almeida, por exemplo, recorre então a José de Alencar (1829-1877), que, à época, era membro do Parlamento brasileiro; porém, este não o atende. José de Alencar, por sua vez, intermediando em favor do poeta Castro Alves (1847-1871), escreve ao importante crítico Machado de Assis solicitando que abra caminhos ao poeta baiano, e enfatiza a necessidade de estruturas para a constituição de uma autenticidade no mundo literário.

Percebe-se que era bem comum a solicitação de ajuda aos primorosos amigos das letras, feitas por meio de cartas particulares, caracterizando um sistema pautado pelo clientelismo que se estende pelo século XX.

Exemplo é Mário de Andrade, em Paulicéia desvairada. Os poemas do autor,

lançados em 1921, são bem aceitos pelo público e asseguraram a poética modernista no Brasil; porém, o mesmo não acontece com suas outras duas obras **Losango cáqui** (1926) e **Clã jaboti** (1927) cujo efeito é declarado nas cartas enviadas aos amigos. O poeta, vigoroso na composição de suas obras, encontra dificuldades para publicá-las e difundi-las.

Mário de Andrade lança mão de alternativas e escreve ao amigo estreante, Carlos Drummond de Andrade.

Você não tem o direito de ficar com ele guardado aí só porque nesta merda de país não tem editor pra livros de versos. Carece um esforço e mesmo se preciso um sacrifício. Creio que sua mulher não discordará de mim no que estou falando. Eu até hoje só achei editores pra Paulicéia (por causa do escândalo que envolvia o livro) e pro Primeiro andar que é uma porcaria vastíssima porém são contos vendáveis. Todo o resto e ainda agora o Amar, verbo intransitivo apesar de romance, tudo sou eu mesmo que edito e só eu mesmo sei às vezes com que sacrifício! Faça como eu, vá ajuntando aos poucos o arame. Vá separando todo o mês um pouquinho, e não dou muito tempo você está com o dinheiro que carece pra edição. Ou mesmo edite com editor camarada que vá depois recebendo um tanto por mês. Assim inda é melhor porque obriga a gente ao sacrifício. Uso esse processo atualmente. Porém desde já vá se revestindo de todas as desilusões possíveis. O livro será pouco vendido, os ataques serão muitos, as casas de revendedores não se amolam com ele.... É um inferno (ANDRADE, 1988 apud LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 85).

Nesta carta o escritor descreve ao amigo como funciona o sistema literário naquela época, lista as dificuldades encontradas e esclarece o quão difícil é para o homem das letras conseguir a publicação de suas obras e poder divulgá-las. Relata ao amigo a estratégia usada para conseguir editar suas obras e o orienta que faça o mesmo, pois com grande sacrifício poderá, um dia, ver suas obras editadas e poder propagá-las. Aconselha-o, porém, a preparar-se para as críticas e adversidades que hão de vir, e termina referindo-se ao mundo perverso no qual o amigo estreante estava por entrar.

Além de ter que usar da estratégia de poupar dinheiro para a edição e publicação de suas obras, os escritores precisavam recorrer a vários artifícios para a distribuição, conforme relato descrito por Mário de Andrade a Prudente de Moraes,

Meu Clan do jaboti está prontinho da silva e... E agora não sei quando será publicado. Ia publicá-lo pra que saísse em julho porém as coisas mudaram. Vou fazer uma viagem cumprida duns três meses e vou ficar endividadíssimo. Só depois de pagas as dívidas lá por janeiro talvez do ano que vem é que terei dinheiro suficiente prá publicação, uma merda.

Por agora só negócio. Você pode distribuir o Clan do jaboti pra min aí no Rio? Se trata de uma pura distribuição desta vez. Mando uns trezentos exemplares e você pouco a pouco, nos dias que tiver tempo, vai botando eles nas livrarias e me manda os recibos de consignação. As vezes que eu for aí no Rio, eu mesmo vou saber da venda sem cacetejar mais você (ANDRADE, 1982 apud LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 86).

Na verdade, o intelectual tinha um grande trabalho por ver seus escritos editados, e publicados. Além disso, fazia de tudo para propagá-los, sem, no entanto, participar do mecenato público.

Assim, a situação econômica do homem das letras do século XX no Brasil era conflituosa e bastante adversa para a resolução de seus problemas e a tão sonhada inserção na sociedade.

A mediação editorial entre autores e público acontecia através de contratos executados. O primeiro contrato entre escritor e editor ocorreu em 1858 entre João Batista Callógeras e Baptiste Louis Garnier. A obra deveria ser aprovada pelo Conselho de Instrução Pública. O documento apresentava seis cláusulas, as quais orientavam sobre o respectivo contrato como: quantidade de exemplares da 1.^a edição, a não reimpressão por parte de outros, a remuneração a ser paga ao autor; **um conto e seiscentos mil-réis** o que assinala a primeira concepção do valor do trabalho intelectual. Neste aspecto, estudos mostram que o valor pago correspondia a um ano de trabalho de um professor ou profissional afim. A 6.^a cláusula relata sobre dois exemplares da obra ricamente ornados com a Coroa Imperial e outros doze encadernados simplesmente, o que nos leva a crer que um desses dois ricos exemplares era destinado ao rei D. Pedro II, e os demais doze exemplares destinados aos amigos do autor, prática que ainda hoje é comum e sobre a qual podemos nos certificar nas cartas da época enviadas pelos escritores aos respectivos amigos.

No âmbito do mercado o que se apresenta era um editor com características capitalistas, que, através de cessão aos editados, promovia a retenção dos direitos autorais.

Contudo, as relações estabelecidas entre editor e editados era frágil e tensa, o que gerou discussões excitantes a respeito dos direitos autorais e da remuneração aos escritores. Estes fatos eram abordados em correspondências dos escritores com os editores, que se posicionavam de forma insatisfeita com as questões econômicas impostas pelos editores, o que levou alguns escritores a procurarem assistência jurídica com a finalidade de garantirem seus direitos.

Em declarações realizadas por diversos escritores da época ficam evidentes estas questões, delineando-se a história percorrida pelo intelectual e as dificuldades provindas do mercado editorial. Ressalta-se a carta de Euclides da Cunha (1866-1909) relatando a seu pai sobre contrato assinado.

Estive no Rio. E lá deixei entregue a Laemmert, os meus Sertões – título que dei ao livro que aí te li em parte. O contrato que fiz, não precisa dizer, foi desvantajoso – embora levasse à presença daqueles honrados saxônios um fiador de alto coturno, José Veríssimo – de que sou hoje devedor, pela extraordinária gentileza com que me tratou. Subordinei-me a todas às cláusulas leoninas que me impuseram, e entre elas a de dividir com eles – irramente pela metade, os lucros da publicação – e isto ainda depois que a venda os indenizasse o custo da impressão. Aceitei. No entanto me garantiram no Rio que ainda fiz bom negócio – porque hoje só um animal [a] quem o livreiro teme, o escritor (GALVÃO; GALOTTI, 1997 apud LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 101).

Euclides da Cunha evidencia de forma clara as dificuldades que o intelectual das letras precisava atravessar para ver publicados seus escritos, e acrescenta que mesmo sendo afiançado por um célebre catedrático, precisava subordinar-se ao sistema e a tudo que pudesse vir com ele, pois ainda que tivesse passado por todo este trâmite e aceitado as condições estabelecidas, havia aqueles que garantissem que o negócio tinha sido vantajoso.

As relações estabelecidas entre autor e editor eram realizadas por meio de correspondências, contratos e recibos que descreviam informações sobre o sistema literário. Estas informações revelam as prestações de serviços no mundo editorial literário onde eram realizados serviços de diversas naturezas. Entre as encomendas realizadas pode-se citar: “a organização, tradução e revisão de obras alheias, organização de almanaques e redação de livros didáticos[...]” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 110).

Já no início do século XX, nos contratos estabelecidos, aparecem os herdeiros tomando parte do assunto como principais representantes de seus entes, o que confirma a posse da propriedade da obra. Nestes contratos entre herdeiros e editores eram especificados os deveres de cada um. “Pelas suas disposições, estes contratos fazem a impressão da obra correr por conta do escritor e/ou de seus herdeiros, limitando-se o editor, no caso, a um papel mais próximo do que seria hoje o de um distribuidor de livros” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 115).

Em carta de Afonso Celso (1860-1938) à Editora Garnier, é mencionada a responsabilidade dos escritores pela impressão dos livros, assim como há registro de

que no século XX as impressões eram feitas no exterior, o que contribuiu por dificultar o estabelecimento de condições adequadas de infraestrutura necessária à prática de escrita e leitura e, conseqüentemente ao desenvolvimento do Brasil.

No entanto, percebe-se que o sistema literário comporta diversidades, ou seja, formas distintas de empreendimento. Ora o editor bancava sozinho todas as despesas na produção material do livro, ora tais despesas corriam por conta do editado. Neste momento, ocorre a materialidade nos estudos literários, onde se dá o processo de remuneração do escritor.

Devido ao contexto apresentado, surgem demandas relacionadas à propriedade da obra, visto que para a realização do produto final – o livro, o sistema depende da atuação de vários indivíduos, que participam deste universo, o que repercute em ações litigiosas. Assim o escritor entra no pleito, na busca de seus direitos, porém, as adversidades vão além da literatura, apresentando caráter político, corporativo e econômico.

O Brasil apresenta-se como mercado promissor aos livreiros portugueses, que estavam preocupados com as questões advindas da Proclamação da República.

Os brasileiros, dentro de sua nação, precisavam disputar o espaço no circuito literário com os portugueses, que, após a legislação de 1851, apresentavam mecanismos já institucionalizados no mundo literário.

Junto às questões judiciais prosperou-se a fundação de uma sociedade, Associação dos Homens de Letras do Brasil, que tinha por finalidade dar um ânimo aos intelectuais e artistas brasileiros. Tal processo se espelhou no ocorrido na França em 1838, onde “os escritores resolveram ‘opor-se em nome de um direito, no interesse dos autores, à reprodução das obras literárias feita por certos jornais que se mantinham de empréstimos não autorizados. Era a consagração da propriedade literária’ [...]” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 130-131, grifo das autoras).

No Brasil, as condições se mostravam de forma bem inferior às verificadas no âmbito estrangeiro. Com a criação da Associação dos Homens de Letras, em 30 de agosto de 1883, os literatos buscaram o fortalecimento no campo literário e intelectual por meio da fundação de bibliotecas exclusivas americanas, promovendo o intercâmbio de livros, favorecendo, com isso, o conhecimento das literaturas adjacentes e o gosto pela literatura da América Latina.

Pardal Mallet, jornalista associado à geração de intelectuais, abolicionistas e republicanos postulou em favor do Direito Autoral redigindo seis cartas divulgadas

entre 26 de abril e 9 de maio de 1890, na Gazeta de Notícias. Tais cartas tratavam sobre o direito autoral, a regulamentação da profissão, do princípio de solidariedade e companheirismo dos intelectuais, da falta de legislação adequada que pudesse advogar em favor dos artistas assim como da necessidade de uma legislação nacional, expondo, por fim, um projeto legislativo com questões referendadas à identificação dos direitos autorais. Então Mallet atribuiu ao Estado a responsabilidade de instituir uma legislação apropriada ao sistema literário até então ausente no país.

Neste período a exigência postulada por Pardal Mallet se configura na criação de uma nova associação de escritores, a Sociedade dos Homens de Letras, que viria a se unir a uma associação paulista, para defender os interesses dos escritores assim como o direito autoral. A Sociedade dos Homens de Letras se preocupa com o estabelecimento de um estatuto que conglomerasse as questões importantes inerentes ao campo literário, que, de alguma forma, pudesse trazer retorno ao artista e elevá-lo à condição de reconhecimento social.

A luta de Mallet não foi em vão, apesar de que o assunto foi enviado ao senado e abriu discussão sobre os direitos autorais somente após sua morte em 1894.

O Código Civil, em 1917, sustentado pela deliberação do Congresso, reestruturava a legislação baseada no direito autoral, assim como as informações que elucidam as regras para o registro de proprietários e de suas obras.

O Brasil, nas primeiras décadas do século XX, dispõe de legislação quanto ao direito autoral, materializando um desejo da geração que lutou pela República do século XIX, e para tanto,

A legislação consagra e congela o conceito de obra enquanto produto unitário e singular, cuja reprodutibilidade é ambígua. De uma parte ele mesmo não pode se duplicar, porque, ao contrário dos demais bens sobre os quais se estabelecem direitos, precisa confirmar a cada momento sua identidade irretorquível. É esta afinal, a noção de obra literária de que a Teoria da Literatura se ocupa, que a Crítica Literária julga, e a História da Literatura registra (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 148).

A obra literária se difere de outros bens negociáveis, e o autor testemunha o reconhecimento de seu direito; no entanto, o bem do qual é possuidor, sendo intransferível, coloca-o numa condição de buscar alternativas de retorno financeiro obtido através do contrato individual, o qual será a base para o pagamento de seu trabalho intelectual.

Percebe-se que o intelectual do século XIX percorreu caminhos distintos e investiu em estratégias que julga seriam possíveis na resolução de seus problemas, usava de artifícios e meios para divulgar e tornar público as questões inerentes ao mundo literário.

Neste contexto é fundada a Academia Brasileira de Letras entre 1896 e 1897, que recebe a nata literária da época. Os estatutos originais da ABL apresentam dez artigos, entre os quais se destaca o objetivo da instituição: **a cultura da língua e da literatura nacional**. Esta instituição apresentava, em seu estatuto, uma cláusula que deliberava a possibilidade da colaboração por parte do governo ou da iniciativa privada, como forma de promover o progresso das letras e da cultura nacional. Tal procedimento adotado demonstra uma mudança de comportamento do então presidente da ABL, o escritor Machado de Assis “que, em 1895, urgia Ramiro Barcelos a apressar a aprovação da legislação brasileira relativa aos direitos autorais, ignorou a questão da remuneração das Letras quando da redação dos estatutos da ABL” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 150). O nobre escritor se mostra empenhado na deliberação desta cláusula e discute meios de integrar pessoas importantes aos membros da academia; desta maneira, registra caminhos para a obtenção de ajuda junto aos poderes público e privado.

O escritor José Veríssimo, no ensaio **A Academia Brasileira**, dá um tom comemorativo à instituição, que nutre agora uma função apropriada à condição do escritor, atendendo às suas expectativas e acreditando que, a partir de então, o escritor poderia contar com o reconhecimento da sociedade.

Desta forma José Veríssimo relata que,

"Uma Academia é um salão", disse um dos escritores que nos nossos tempos mais honra e glória lançaram sobre a carreira literária, Ernesto Renan. Ora às nossas letras, como às portuguesas também, das quais derivam, falta justamente essa urbanidade que desde os Romanos não é só uma qualidade social, mas uma virtude literária. Extravagantemente, anacronicamente, a nossa vida literária conservou hábitos de boemia e soltura, que não são sem funesta influência sobre a nossa obra literária. Fazendo da urbanidade uma regra de conduta nas nossas relações literárias, combatendo com o seu só exemplo esses vícios degradantes e obsoletos, sendo enfim salão de gente bem criada, a Academia influirá beneficentemente não só sobre a forma, mas até sobre o fundo da nossa literatura e, do mesmo passo trará à profissão literária entre nós o que, não de todo sem motivo, lhe falta, a consideração pública (VERÍSSIMO, 1977 apud LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 151, grifo do autor).

O autor se posiciona a favor de uma literatura regada por uma sociedade aristocrática, podendo, com isso, compreender os anseios da classe literária. Enfim, o cenário constituído poderia outorgar-lhe respeito e *status*, porém, neste momento, deixa de lado um fato importante e tão esperado pela classe literária, a profissionalização do escritor.

A congregação dos escritores, através da Academia Brasileira de Letras, contempla, dentro da esfera literária, um método novo de tratar os problemas, buscando alternativas que abraçam as perspectivas dos intelectuais da época. A luta pela profissionalização do escritor apresenta-se com uma nova roupagem, "as letras não eram consideradas trabalho, mas posição, reabilitando-se, de modo anacrônico, o Ancient Régime abraçado por Richelieu e administrado por Luís XIV, o da elite letrada e das prebendas públicas, afiançando o mecenato por via indireta" (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 153).

É o panorama das letras ao findar do século XIX, que se apresenta dependente do Estado, que se mostra por aspectos paradoxais e ambíguos, pois apresenta-se como aquele que afiança e endossa, ao mesmo tempo que limita o poder da literatura e, conseqüentemente, o da classe literária.

Na história não se registra o enriquecimento de poetas graças ao exercício de sua atividade artística, mas é mostrado que estes, apesar de grandes transtornos, conseguiram sobreviver por meio da execução de seus trabalhos.

Na contextualização da história da escrita, percebe-se como se deu o processo de evolução do livro antes confeccionado de forma artesanal por pessoas qualificadas – os copistas – e, mais tarde, por outros profissionais como tipógrafos e gravadores que utilizam de outro mecanismo: a prensa mecânica responsável pela expansão e circulação dos livros. Neste contexto depreende-se que,

De lá para cá, o livro passa a conter o conhecimento a ser adquirido e a ser gerado, englobando o velho e o novo; absorve a arte e a ciência; e o acesso a ele exige lento aprendizado pelo qual a escola é responsável. O livro, que já constituirá espelho do mundo, converte-se no seu rival, pois pode substituí-lo, prometendo a seus usuários vida eventualmente melhor ou, pelo menos, mais sedutora [...] (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 158).

Dessa forma, pudemos ver a inserção do livro na vida das pessoas, um bem imaterial que, através dos tempos, torna-se material, adquirindo um valor, pois procede de uma atividade econômica vinculada ao mundo capitalista. Este bem,

capaz de levar as pessoas a determinados lugares nunca antes imaginados, participa também do cotidiano.

O processo de desenvolvimento do livro no mundo, com suas adversidades, percorreu séculos até a resolução de problemas relacionados ao direito autoral, à propriedade literária e ao retorno financeiro daquele detentor de sua obra. Com as questões advindas destes problemas, criaram-se associações que pudessem defender os intelectuais de seus reais direitos, projetando uma nova aliança.

Nesta aliança entre academia e mercado, lucram ambos: o membro da academia é remunerado, e efetivamente deve sê-lo, não só pelo trabalho intelectual que desempenha, mas também pela *grife* que sua filiação acadêmica confere ao produto ao qual agrega este trabalho. O livro resultante, por sua vez, adorna-se do prestígio embutido na assinatura do apresentador (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 162).

A legislação do mundo literário vem se materializando desde o século XVIII com a prerrogativa dada primeiramente aos impressores, hoje, permeada pelas questões mercadológicas direcionadas aos subprodutos provenientes da essência dos livros e, fundamentalmente, em livros de literatura –, “é imaterial: o trabalho intelectual consubstancializado naquilo do texto que pode ou não ser passível de ‘tradução, reprodução, representação teatral e adaptação cinematográfica’” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 163, grifo das autoras).

A tecnologia do novo século proporcionou a diversificação nos modos de execução de livros, promovendo sua produção, como também a sua reprodução por diversos meios como: xerox², *fac-símiles*³ *escanners*⁴.

Nesta nova configuração a vendagem também se apresenta bastante diversificada daquela demonstrada anteriormente pelo fluxo exposto autor > editor > gráfica > livraria > leitor. Mas o tripé autor/obra/público permanece como base e representação autêntica do sistema literário. No entanto, as intervenções que ocorrem entre estes são diversificadas e motivam as afinidades da escrita e da leitura que se constituem entre o autor e o público e de ambos com a obra literária.

Em relação ao público da literatura no Brasil, percebe-se que sua composição

² Processo de reprodução de textos e desenhos por meio da xerografia (AMORA, 2010, p.781).

³ Fax - Processo de transmissão de impressos, desenhos, etc., a distância; o aparelho em que se faz esta transmissão (AMORA, 2010, p. 310).

⁴ Dispositivo periférico de um computador, capaz de capturar uma imagem e transferir os seus dados para serem armazenados e trabalhados no computador (OLINTO, 2009, p.339).

transitou por diversas fases. É notório que, num determinado período de mais ou menos dois séculos, o público leitor era representado por auditórios de igrejas, de academias, de comemorações. Neste contexto o escritor era colocado à margem de outras profissões, mais solicitadas pela sociedade como: o sacerdote, o jurista e o administrador. Segundo Antonio Candido (2006),

A posição do escritor e a receptividade do público serão decisivamente influenciadas pelo fato de a literatura brasileira ser então encarada como algo a criar-se voluntariamente para exprimir a sensibilidade nacional, manifestando-se como ato de brasilidade. Os jovens românticos da Niterói são em primeiro lugar patriotas que desejam complementar a Independência no plano estético; e como os moldes românticos previam tanto o sentimento de segregação quanto o de missão — que o compensa — o escritor pôde apresentar-se ao leitor como militante inspirado da idéia nacional. Vemos, então, que nativismo e civismo foram grandes pretextos, funcionando como justificativa da atividade criadora; como critério de dignidade do escritor; como recurso para atrair o leitor e, finalmente, como valores a transmitir. Se as edições dos livros eram parcas, e lentamente esgotadas, a revista, o jornal, a tribuna, o recitativo, a cópia volante, conduziam as suas idéias ao público de homens livres, dispostos a vibrar na grande emoção do tempo (CANDIDO, 2006, p. 90).

A situação descrita pelo crítico paulista evidencia a importância que a retórica e o nativismo adquiriram no processo de concepção e de propagação da agora denominada Literatura Brasileira.

Já no século XX, a organização social no Brasil, com seu caráter de clientelismo, revela um sistema de produção, circulação e difusão que não é composto essencialmente pela economia de mercado. As dificuldades relacionadas ao campo da cultura e da publicação de uma obra perpetuam-se, já que cabia ao escritor desenvolver estratégias favoráveis ao desenvolvimento do trabalho intelectual, inclusive no que se refere ao autofinanciamento de suas obras. Como consequência, torna-se impossível ao homem das letras exercer sua profissão com exclusividade, porque desta só poderia resultar a miséria daqueles que a seguissem, bem como para suas famílias.

A democratização no Brasil acontece na transição do século XX para o seu findar pelos anos de 1979 a 1981. Os movimentos representados pela esquerda abriram caminho para a reflexão sobre novos problemas referenciados pela democratização no país. Nesse sentido, são válidas as palavras de Silviano Santiago (1998),

[...] A transição deste século para o seu “fim” se define pelo luto dos que saem apoiados pelos companheiros de luta e pela lembrança dos fatos recentes, e, ao mesmo tempo, pela audácia da nova geração que entra, arrombando a

porta como imponentes e desmemoriados radicais da atualidade. Ao luto dos que saem opõe-se o vazio a ser povoado pelos atos e palavras dos que estão entrando (SANTIAGO, 1998, p. 12, grifo do autor).

O vazio sobre o qual relata Silviano Santiago foi caracterizado pela ausência de um movimento relevante e de qualidade na década de 1970, referindo-se ao vazio cultural. A contribuição pela queda da produção cultural no país deu-se pela autocensura implantada pela ditadura militar, assim como pelas consequências advindas da Política Nacional de Cultura, que, instituída no âmbito do desenvolvimento econômico, tem o Estado como responsável por estimular e integrar o desenvolvimento cultural ao desenvolvimento global do país. Nesta perspectiva, além de participar de um programa político ideológico, a produção cultural do Brasil deveria estar apta a concretizar e dinamizar o mercado cultural no país.

Todo este processo, que tinha como meta o consumo, prejudicaria a cultura de um modo geral, visto que a eficácia das propostas estabelecidas estava voltada para a quantidade em detrimento da qualidade artística, o que pode ser evidenciado em um relatório sobre as atividades culturais do estado em que se lê: "O rendimento de uma política cultural se mede pelo aumento do índice de consumo e não pelo volume das iniciativas" (ORTIZ, 1985 apud PAIXÃO, 2008, p. 35). Este foi o critério estabelecido pelo Estado para uma política caracterizada pela repressão e o emergente processo de desenvolvimento econômico.

Heloísa Buarque de Holanda, em artigo publicado em agosto de 1981, ilustrava novas perspectivas na arte e na cultura no país, escrevendo a respeito do livro de Cacá Diegues – **Patrulhas ideológicas**. O artigo faz referências à participação efetiva de artistas, críticos, antropólogos e literatos no contexto que propiciou profundas discussões sobre a mudança em curso. "[...] Esse debate amplo e aberto se passaria no campo da arte, considerando-se esta não mais como manifestação exclusiva das *belles lettres*, mas como fenômeno multicultural que estava servindo para criar novas e plurais identidades sociais [...]" (SANTIAGO, 1998, p. 13).

Essa tendência representava um novo processo metodológico do discurso poético que se despia de sua especificidade, equiparando-se ao discurso provocativo do dia a dia e propiciando ao leitor uma interação com o autor. Nesta representação da arte, que possibilita a expressividade em relação ao outro, percebe-se dentro de um universo autorreferenciável, uma geração autorreferenciada. "[...] A participação de artistas e intelectuais ficou marcada, neste instante, pelos debates sobre o alcance

e a possibilidade de um trabalho artístico revolucionário que estivesse ao alcance da população [...]” (PAIXÃO, 2008, p. 16).

A produção cultural, na verdade, esteve efetivamente engajada na política neste período, representada pelos artistas como Glauber Rocha, Ferreira Gullar e Antonio Callado, manifestada também em vários outros domínios como a música, a literatura e o teatro. A produção e o consumo cultural estavam voltados para tudo o que era nacional, desta forma, preocupou-se em discutir os problemas relacionados às questões sociais e políticas da população, passando o trabalho artístico a ser referência para reivindicações de mudanças na política brasileira.

Em 1975, no governo do Presidente Geisel, foi instituída a Política Nacional da Cultura (PNC), que reconheceu oficialmente a necessidade de inclusão da cultura no programa de desenvolvimento do país. Porém, este mecanismo político do governo apresentava-se ambíguo, ratificava a necessidade de inserção da cultura no processo de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo que organiza artifícios para a atuação direta do controle do Estado no setor cultural.

A organização política no país tinha por finalidade a criação de uma identidade nacional fortalecida e atuante, para tanto reconhecia oficialmente a necessidade da inclusão da cultura no programa de desenvolvimento almejado pelo governo. Todavia, o que estava em evidência eram os mecanismos criados pelo governo para fins de controle e promoção dos organismos culturais. O desinteresse pelo acúmulo cultural representava um risco e comprometimento do plano de desenvolvimento proposto pelo governo. Contudo, percebe-se que, “[...] O movimento cultural pós 64 caracteriza-se por duas vertentes: por um lado se define pela repressão ideológica e política; por outro, é um momento da história brasileira onde são mais produzidos e difundidos os bens culturais. [...]” (ORTIZ, 2001 apud PAIXÃO, 2008, p. 28).

Dentro deste contexto é possível visualizar as transformações ocorridas no país, conforme descrito por Paixão (2008),

As transformações ocorridas na economia brasileira nas décadas de 1960 e 70, paralelamente ao crescimento do parque industrial e o mercado interno de bens materiais, também possibilitou o fortalecimento da indústria e do mercado de bens culturais. Segundo Kehl (1986), as transformações ocorridas na área cultural demandaram a criação e formação de novos hábitos, configurados por uma espécie de reeducação de grande parte da população brasileira, visando a adaptação do público consumidor aos novos padrões de comportamento e consumo que se formavam naquele instante nas grandes cidades (PAIXÃO, 2008, p. 30).

Nesse sentido, podemos perceber que a política instituída pelo governo proporcionou o crescimento e o desenvolvimento econômico, e constituiu mudanças necessárias nos costumes da sociedade brasileira preparando o consumidor para as novas variações e perspectivas então anunciadas pelo mercado de bens culturais no país.

2.2 COMO NASCEM AS OBRAS DE ENCOMENDA

A literatura é difundida de acordo com o período histórico em que está inserida, e carrega em sua retórica aspectos relevantes para a percepção de seus modos de produção e recepção da obra literária.

Conforme Tânia Pellegrini (1997) "[...] cada período histórico produz e difunde sua literatura através dos modos técnicos e das instituições disponíveis o que lhe confere uma marca particular" (PELLEGRINI, 1997. Não paginado). Desta forma, percebe-se, através do tempo, que a difusão da escrita foi se modificando, seja por meio da imprensa inventada por Gutemberg, seja pelo avanço tecnológico no campo da comunicação atual. Apesar do excepcional sistema de produção/divulgação/consumo vivenciado em nossos dias, pretende-se discutir não a forma como se deu o processo de transformação da escrita, mas, sim, investigar se os valores instituídos na cultura da escrita permanecerão com seus mesmos ideais. A este respeito Pellegrini afirma: "[...] É bem provável que não, pois as novas técnicas vêm mudando não só a produção da literatura, mas seus modos de fruição e, sobretudo sua definição enquanto prática social e atividade humana" (PELLEGRINI, 1997. Não paginado).

Para a pesquisadora toda a tecnologia implementada para a produção/divulgação/recepção é incorporada à estrutura de uma indústria cultural, inserida dentro do processo de globalização e envolta por um sistema capitalista que contribuiu para a perda de espaço do texto literário, fazendo com que, desta forma, o texto ganhasse uma proporção de caráter mercadológico.

Pellegrini descreve bem como se deu este processo,

A troca gradativa do estatuto de "puro objeto estético" pelo de mercadoria (que não é de hoje e vem acompanhando toda a história do capitalismo), trouxe como consequência inescapável a também gradativa redefinição das relações entre a literatura, o leitor, o autor e a própria crítica, que agora, mais que nunca, circulam no interior de um todo estruturado de acordo com a lógica

do dinheiro, denominado mercado editorial (PELLEGRINI, 1997, grifo da autora. Não paginado).

Raul Antelo, em seu artigo Valor e Pós Crítica, traz a seguinte questão: que valores são esses aos quais atribuímos universalidade? O pesquisador passa, então, a inferir várias questões relativas à politização no meio cultural que regulamenta para a sociedade os domínios ideológicos da arte e que, por meio de mecanismos intervencionistas, acaba por apresentar para esta mesma sociedade uma dimensão limitada do pensamento crítico. Ou seja, aquilo que é apresentado como universal ou global é fruto de um universo formado por exclusões internas, como ocorre também com a alta literatura.

Walter Benjamin (1916, apud Antelo, 2002, p. 146), declara “que toda não identidade é infinita, o que não quer dizer que toda identidade seja finita ou mesmo circunscrita”. E assim Raul Antelo corrobora com Walter Benjamin ao declarar que,

De acordo com essa posição, poderíamos dizer, em outras palavras, que é impossível, de antemão, definir os não valores da arte ainda que, de outro lado, seja igualmente impossível discriminar os autênticos valores. O retorno angustioso de certas questões e de seus impasses – tal o caso dos valores – põe a nu, como diz Jean-Luc-Nancy, até que ponto estamos expostos ao impossível e como essa contingência nos confere condição humana, e por esse motivo, inesgotável (ANTELO, 2002, p. 146).

Percebe-se, então, que os valores da arte não se apresentam num lugar determinado, mas difusos, e que as dimensões que antes o caracterizavam, tais como beleza, verdade, entre outras, não fazem sentido na contemporaneidade. A este respeito, Eneida Maria de Souza no ensaio: **Mais vale um gosto que seis vinténs** afirma que:

No caso específico do discurso literário, o valor estético a ele conferido pode se pautar por critérios de qualidade intrínseca ou por verdades canônicas, assim como pela recusa de um vínculo com a própria rede de construção simbólica que atua nos julgamentos de valor” (SOUZA, 2002, p.184).

Ou seja, é possível aproximar dentro da arte o estético do anestético e construir, a partir das contradições do novo, uma nova identidade artística. Andrew Benjamin (1993) acredita que a heterogeneidade de uma obra permite novas interpretações, atualizações de valores.

A questão acima é delimitada pelo debate sobre a cultura de massas e sua reprodução, com conseqüente repercussão desta na sociedade. Roland Barthes (1963) afirma, sobre a dessacralização estética da obra, que esta se configura como uma obra extralinguística, por apresentar um caráter imediatista e, ser desprovida de mediação ética. Nesse sentido tem-se que “o julgamento crítico literário e universalista força o domínio do estético ao associá-lo com uma veracidade pedagógica [...]” (ANTELO, 2002, p. 152).

Beatriz Sarlo (1981, p. 23 apud ANTELO, 2002) problematiza a questão da crítica que constitui o seu próprio verossímil, porém destaca que todo verossímil é, por acepção, injusto e descreve:

Por isso é inaceitável a pretensão absolutista da velha crítica que, naturalizando e deshistorizando sua verossimilhança aspira a convertê-lo em critério absoluto de legitimidade e propriedade literário-institucional. A ideia de verossimilhança crítica, formalista e convencionalista, entretanto é a respeito das próprias proposições que o sistema crítico adquire sua verdade, e vai tornando-se em algo como um princípio epistemológico para Barthes, tanto nas suas intervenções semiologizantes como na sua crítica do gosto (SARLO, 1981, p. 23 apud ANTELO, 2002, p. 152).

A contextualização do problema está relacionada à veia crítica, que busca estabelecer como critério a legitimidade instituída por sua propriedade literária institucional, estabelecida pelo próprio sistema crítico convencional.

Coube a Roland Barthes, em dado momento histórico, lançar as bases de uma oposição à crítica tradicional. O crítico trouxe discussões referentes às relações estabelecidas entre o homem e a obra, desfazendo as fronteiras instituídas na literatura ao voltar seu enfoque para o texto e sua estrutura.

Para o filósofo, a obra não termina após sua conclusão; necessariamente esta escritura precisará de um leitor, que tem seu lugar estabelecido já que o texto só se efetua em sua magnitude no instante da recepção.

Em síntese o filósofo declara que,

[...] Assim se desvenda o ser total da escritura: um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino, mas esse destino já não pode ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem

psicologia; ele é apenas esse alguém que mantém reunidos em um mesmo campo todos os traços de que é constituído o escrito. [...] sabemos que, para devolver à escritura o seu futuro, é preciso inverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do autor (BARTHES, 1988, p. 70).

Depreende-se, então, que se o texto não está em sua essência vinculado a um criador, mas que abre espaço por meio da pluralidade da escrita a adeptos ou a opositores, conforme descrito por Barthes (2002, p. 74) “Texto quer dizer tecido [...] nós acentuamos agora, no tecido, a ideia gerativa de que o texto se faz, se trabalha através do entrelaçamento perpétuo”.

Neste aspecto Roland Barthes (1988) em sua tese **A morte do autor** quebra com o mito de originalidade soberana do autor e redimensiona aspectos da intertextualidade.

Para Foucault a obra é responsável pela morte do autor, pois nela encerra toda a evocação do sujeito que a escreveu. Nesse sentido, Foucault (2000, p. 41) se detém a “seguir de perto a repartição das lacunas e das fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que esse desaparecimento deixa descoberto [...]”. Com esta visão, o filósofo estabelece a função de autor, segundo a qual este não está simplesmente vinculado à sua autoria, mas ao seu valor perante o leitor.

Tendo em vista as posições teóricas elencadas acima, é possível compreender o desenvolvimento do processo de industrialização da cultura no Brasil, que repercutiu na profissionalização do escritor, assim como na constituição de uma nova modalidade de público.

Nesta perspectiva, não somente o escritor precisou adaptar-se aos novos moldes de profissionalização, mas também o leitor, que se percebe no campo da leitura enredado por questões relacionadas ao marketing da cultura e por muitas vezes afastado do mundo das letras. Tal fato é notório na década de 1970 e 1980, com o desenvolvimento do mercado editorial, quando a escolha de livros era feita a partir de projeções produzidas pelo mercado que, aliado à mídia conseguia bons resultados.

Apesar da consolidação deste mercado, conforme Tânia Pellegrini (1997), o mercado de livros no Brasil ainda permanece distante do leitor, confirmado com o número crescente de livros publicados, pois, se no ano de 1966 estava na casa de 44 milhões, aumentou consideravelmente para 330 milhões no ano de 1995. Este

número, porém, não tem correspondência no número de leitores, já que a proporção permanece estagnada em um leitor para cada cinco brasileiros.

A dessacralização estética da obra literária, definida por Barthes, pode ser averiguada quando se percebe que do montante de 330 milhões de livros publicados apenas 12% são definidos pelas editoras como **literatura**.

O processo de modernização colaborou para o crescimento e desenvolvimento do mercado cultural; porém, esta questão não se refletiu na sociedade comprometida por questões de desigualdades sociais estabelecidas em nosso país por problemas político-econômicos, responsáveis pela exclusão de uma parcela da população, que contribuiu por tornar a leitura em nosso país ainda uma atividade de poucos adeptos.

Tânia Pellegrini (1997), relata a importância da recepção, assim como da nação que se preocupa com a formação cultural de seu povo.

Dessa maneira, a recepção tem um papel relevante e se torna mais um traço da história, assim como da sociologia da leitura: se o país é desigual na distribuição da riqueza, também o é na distribuição da cultura letrada (ou informatizada; nesse ponto, com certeza, os meios importam menos do que se apregoa) (PELLEGRINI, 1997. Não paginado).

Infere-se, portanto, que frente às questões apresentadas de um mercado editorial com todo suporte tecnológico, inserido dentro de uma indústria cultural, ainda assim apresenta em sua fatura uma defasagem no número de leitores/consumidores em função dos problemas de ordem histórico-estruturais, aliando-se a estes um fato bastante relevante para a classe trabalhadora referente ao preço de um livro que, no ano de 1995, era em torno de 20% do salário mínimo.

Neste contexto, a indústria cultural inicia um processo de modernização do mercado na década de 1960 e que se concretiza na década de 1970, estabelecendo estratégias para a conformação de um público leitor, direcionado para a classe média, diferentemente do ocorrido nas décadas de 1940 ou 1950, quando este era representado pela elite social. Percebe-se então como o mercado editorial foi crescendo e desvendando novos públicos ou novos nichos de mercado e, ao perceber uma demanda reprimida, foi criando produtos específicos para cada grupo, como podemos observar na década de 1980 a publicação de várias coleções dedicadas ao público jovem universitário pela Editora Brasiliense.

Outro nicho de mercado também descoberto pela indústria cultural foi o da literatura infantil que, no início da década de 1990, representava quase 20% do total

produzido de literatura no país, correspondendo a 60 milhões de livros, o que na década anterior era representado por apenas 12 milhões.

A indústria cultural toma como meta a produtividade aliada à demanda, o que causa um prejuízo no processo de maturidade do escritor que não consegue acompanhar as expectativas advindas do mercado, podendo ocasionar um comprometimento na qualidade do produto final.

Outro fator importante relacionado ao mercado editorial, além da produtividade aliada a um público específico, está em como criar formas de orientação ou direcionamento do leitor por meio do marketing e da publicidade em revistas, jornais, programas de televisão e rádio que sugerem determinada conduta relacionada a um produto conhecido e estabelece que este seja o mais famoso, tornando-o um sucesso.

Neste jogo de forças, pode-se implementar uma marca literária que tem por finalidade alcançar a confiança do público com a garantia do produto conhecido, mas que essencialmente pode não representar algo novo para o leitor.

Este fato já era abordado por Walter Benjamin em seu livro **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica** (2012).

Com os diferentes métodos de reprodução técnica da obra de arte, sua exponibilidade cresceu em escala tão poderosa que, de modo parecido ao ocorrido no tempo primevo, o deslocamento quantitativo entre seus dois polos reverteu-se em uma mudança qualitativa de sua natureza. Assim como no tempo primevo, a obra de arte, por meio do peso absoluto depositado sobre seu valor de culto, tornou-se, em primeira linha, um instrumento da magia, que, de certa forma, somente mais tarde foi reconhecido como obra de arte. Do mesmo modo, hoje, por meio do peso absoluto depositado sobre o seu valor de exposição, a obra de arte torna-se uma figuração com funções totalmente novas, entre as quais se destaca aquela de que temos consciência, a função artística, que no futuro possivelmente será reconhecida como secundária [...] (BENJAMIN, 2012, p. 39).

Com a crise da literatura surgem novas perspectivas do **fazer literário** que, de certa forma, não representam os valores instituídos pela literatura clássica. Neste sentido configura-se uma nova fase da história cultural e literária do país inserida no pós-modernismo que se apresenta dentro de um contexto de transformações vivenciadas na produção cultural e estabelecida pela economia de mercado.

Com a finalidade de esclarecer questões referentes ao mercado cultural, faz-se necessária uma discussão dentro do contexto sobre um evento ocorrido na América Latina referente a este período de estudo: ao movimento sucedido dentro deste processo relacionado ao *boom* e *pós-boom*.

Segundo Trouche (2005, p. 84), os termos *boom* e *pós-boom* [...] são “conceitos teóricos forjados pela teoria econômica para analisar a *performance* de venda e marketing de um determinado produto, em modernas sociedades de consumo [...]”. Embora, os termos a princípio tenham este conceito, outras discussões relacionadas a eles são levantadas, sendo necessário evidenciá-las para a adaptação do projeto literário hispano-americano; para tanto, Trouche referencia os ensaios de Rodriguez Monegal (1972), José Donoso (1972) e Angel Rama (1982), destacando a iniciativa como tentativa de uma reflexão crítico-teórica sobre os termos/conceitos.

Emir Rodríguez Monegal se refere ao fenômeno relacionando o *boom* ao exercício de intelecto latino-americano nos anos 50/60, destacando o aumento do número de leitores. Contudo, afirma trata-se de um fenômeno cultural, que apresenta várias origens, sendo a primeira deste o público.

Outros fatores contribuíram para a ascensão do fenômeno, como a emigração devido à guerra na Europa, quando ocorreu a saída para a América Latina de grande quantidade de escritores, editores e professores, que estimularam a implementação do mercado editorial latino-americano, configurando um verdadeiro ressurgimento cultural, “equivalente ao criado na Itália do Quatrocentos pelos humanistas que escaparam do cerco de Constantinopla” (MONEGAL, 1972, p. 15 apud TROUCHE, 2005, p. 86). Dentro deste contexto, Monegal relata sobre as consequências advindas do crescimento demográfico e industrial das cidades latino-americanas na ocasião. Da mesma forma, que o desenvolvimento das metrópoles ampliou o número de universidades, escolas secundárias, bibliotecas, livrarias, revistas e periódicos, houve o favorecimento da entrada de editoras latino-americanas, o que possibilitou a promoção da cultura nacional e latino-americana.

Outro ensaio sobre o conceito do *boom* é do escritor chileno José Donoso de 1972, que não deixa dúvida em seu texto sobre seu ponto de vista ser essencialmente literário e pautado, portanto, por sua visão de escritor. Contudo, “[...] o depoimento de Donoso permite, sim – e talvez seja sua contribuição mais importante, que pensemos no *boom* como uma proposta estética, ainda que multifacetada e fluida” (TROUCHE, 2005, p. 91).

O terceiro ensaio publicado em 1982 por Ángel Rama como um dos capítulos de **La novela latino-americana 1920-1980 el boom em perspectiva**, ocorreu dez anos após os outros dois ensaios escritos por Monegal e Donoso. Neste Rama descreve a importante contribuição das editoras e do mercado editorial para a

configuração do *boom*, apontando a abertura dos editores, que proporcionaram o aparecimento da nova narrativa, quando um grande percentual da “[...] produção nacional e latino-americana passou a ocupar o lugar antes ocupado pela produção estrangeira” (RAMA, 1982 apud TROUCHE, 2005, p. 92).

O destaque é dado às editoras definidas por Rama como culturais, em oposição às editoras comerciais. As editoras culturais preocupadas mais com o desenvolvimento da literatura do que com o retorno financeiro propiciaram a publicação de obras novas com teor literário mais apurado, o que demandou um público-alvo melhor preparado. Rama destaca as consequências advindas desta política editorial, que provocou o desaparecimento de muitas editoras e sobrevivência de outras, ocasionando a mudança desta política como forma de se garantirem economicamente, decidindo pela produção de *bestsellers*. Tal fato evidencia a exclusão das editoras culturais e o ressurgimento das multinacionais do livro, que contribuiu por reduzir rigorosamente a autonomia editorial da América Latina.

Outros aspectos foram tratados neste ensaio de Ángel Rama, como as questões relacionadas à crítica promovida pelas discussões relatadas sobre o *boom*, com indagações sobre os escritores, os períodos correspondentes ao fenômeno, assim como suas somas. Pode-se observar que o termo sofreu grande repulsão, mas também reações exaltadas dos criadores e críticos, fato que contribuiu para uma grande mobilização de vários setores da crítica.

Ángel Rama orienta sobre os aspectos a serem considerados, como a “[...]distinção/discriminação entre os diversos gêneros literários, cristalizados em seu paradigma genérico tradicional, sem que seja levada em conta a enorme relativização genérica produzida pela contemporaneidade” (Trouche, 2005, p. 94), e acrescenta que nenhum autor será incorporado ao fenômeno *boom* que não tenha produzido narrativas contemporâneas, independente de seu sucesso editorial e de sua inclusão na modernidade. O segundo aspecto a ser considerado relaciona-se a critérios quantitativos, os escritores do *boom* são aqueles que pertencem ao *hall* de maior vendagem. O terceiro aspecto seria o qualitativo “que põe em jogo um processo seletivo em busca de premiar determinados valores intrínsecos das narrativas” (TROUCHE, 2005, p. 95). Neste aspecto Trouche (2005) infere,

[...] Se por um lado, nenhum dos três textos é capaz de esgotar o tema, uma leitura que os reúna, conforme e articule complementarmente permite que usemos, primeiro, pensar o boom como um conceito. Um conceito que,

tomado de empréstimo à teoria econômica, inicialmente foi aplicado à literatura latino-americana, no intuito de dar conta de um súbito incremento de cifras no movimento editorial. Apesar da violenta reação que sempre provocou, este termo – que então apenas designava um fenômeno de comercialização e recepção –, por seu uso extremamente recorrente e indiscriminado, ganhou uma nova dimensão, através de um processo metonímico de extensão e significado, passando a indicar um período, uma proposta poética e uma fase histórica do processo narrativo: o período que até então era designado pelo composto: “Nova Narrativa Hispano-Americana” (TROUCHE, 2005, p. 96).

Nesta visão percebe-se que a temática não foi totalmente exaurida, mas que os três textos se complementam e que, apesar das questões surgidas em torno do termo, aquilo que a princípio se mostrava como um fenômeno de comercialização e recepção toma outra proporção designando uma conjuntura do processo narrativo. Verifica-se que ao longo desta trajetória de 30 a 40 anos foram-se constituindo por meio de um debate crítico, questões identitárias voltadas para esfera intelectual assim como do projeto criador hispano-americano.

Em relação ao pós-*boom* é possível relacioná-lo à década de 1970, período que possibilitou uma mudança na ação do escritor, em função de questões políticas de interdependência, e que buscou resgatar uma identidade americana reforçada pela escrita referente ao *boom*. Este fenômeno foi determinante no que concerne à problematização da representação, desestruturando as fronteiras entre ficção e não ficção, obrigando a criação de novas perspectivas de leitura.

No Brasil, a partir da década de 1980 aparece no âmbito do mercado editorial a figura do executivo-editor com a finalidade de ampliação dos rendimentos e, conseqüentemente, do capital de giro. Nesse momento não se afasta a publicação de obras de valor literário, uma vez que estas do mesmo modo propiciam lucro para a empresa e também têm seu espaço no mercado. Mas o trabalho desenvolvido pelo editor em produzir literatura na atualidade vai ao encontro a um grupo percebido como um potencial consumidor do seu produto, não se desvinculando, portanto, do aspecto econômico.

Korakakis (2006, p. 20) relata que: “o principal modo de difusão de ideias, que podem ser críticas, até mesmo de oposição, ao sistema econômico, político e legal vigente, é a produção de bens culturais que obedecem a regras dispostas nesse sistema [...]”. Neste sentido, o desempenho do novo editor, que apresenta aspectos voltados para o intelectual e o comercial, vai se confrontar de forma paradoxal com o

sistema ao publicar obras que vão contra a literatura clássica e assim reforçar sua ação.

Deste modo, a ordem está em conseguir um vínculo entre o desejo empresarial e o mercado, buscando através deste um processo harmônico entre o editor e o leitor. É este ponto de vista que começa a se desenvolver na Editora Perspectiva⁵, a partir da década de 1960, com a organização de catálogos essencialmente voltados para séries e coleções, prática adotada também nas décadas seguintes pelas Editoras Brasiliense⁶ e Companhia das Letras⁷.

Os critérios estabelecidos no planejamento da criação de coleções temáticas são desenvolvidos, levando-se em conta aspectos como: racionalidade, economia, prestígio relacionado a certos escritores, assim como a temática desenvolvida que, ao alcançar o gosto pela leitura e ser capaz de aguçar o imaginário do leitor, levará o mesmo à compra de outros livros, isto devido à transferência de valor simbólico entre eles.

A empresa do ramo editorial traz em si outros propósitos além dos de ordem econômico-financeira, pois tem por missão a produção de livros; isto é, torna-se também responsável pelo incremento do processo cultural no país. No entanto, não pode deixar de lado as questões econômicas que possibilitam o desenvolvimento do projeto empresarial de uma editora. Editores renomados enfatizam a importância destes critérios na publicação de coleções, explicando sobre o sinergismo e consequente custo/benefício na produção e divulgação do produto final.

O editor é aquele profissional que precisa atender às expectativas de um público, mas que também precisa trabalhar seguindo os critérios e princípios preconizados pela empresa que publicará obras que podem não ser do gosto do consumidor, mas que irão de encontro aos ideais estabelecidos por ela.

⁵ Fundada em 1965 por Jacó Guinsburg, juntamente com um grupo de amigos. Tem publicações nos diferentes ramos das artes. Apresenta em seu catálogo uma diversidade de assuntos e a publicação de coleções. Tem sua sede em São Paulo. Fonte: www.editoraperspectiva.com.br

⁶ Fundada em 1943 por Caio Prado Júnior, Arthur Neves, Monteiro Lobato e Maria José Dupré e, desde então, tem presença pioneira e fundamental no mercado editorial brasileiro. Publica obras de diversas áreas. Tem sua sede em São Paulo. Fonte: www.editorabrasiliense.com.br

⁷ Fundada em 1986 por Luiz Schwarcz e Lília Moritz Schwarcz. Em 30 anos, a editora já publicou mais três mil títulos, incluindo os lançamentos dos outros selos da editora. As duas principais linhas editoriais são, desde o início, literatura e ciências humanas, que se ramificam em: ficção brasileira e estrangeira. Tem sua sede em São Paulo. Fonte: www.companhiadasletras.com.br

Este fato abordado anteriormente é expresso na fala de Ênio Silveira, editor proprietário da Civilização Brasileira⁸, quando entrevistado em 1990. Trata-se de um empresário bem sucedido que foi referência no mercado editorial brasileiro e responsável pela produção de ficção nas décadas de 1960, 1970 e meados de 1980. O empresário relata a ambiguidade vivenciada pelo editor, e faz menção ao livro de Orígenes Lessa, **O feijão e o sonho**, como metáfora ao processo decorrido no mercado editorial.

O editor que se preze como tal, vive sempre oscilando entre dois pólos, bem caracterizados pelo livro do Orígenes Lessa, *O feijão e o sonho*. Se ele se dedica só o feijão, ele não é bom editor. E se ele se dedica só ao sonho, ele quebra a cara rapidamente, numa sociedade capitalista ele está fadado ao insucesso. O contraponto feijão/sonho é que dá a justa medida da qualidade de um editor. Mas ele não pode deixar dominar só pelo feijão, infelizmente ocorre em todo o mundo, sobretudo hoje em dia, em que a atividade editorial passou a ser um apêndice dos meios de comunicação (ALMEIDA, 1993, p. 96 apud KORACAKIS, 2006, p. 33).

A dimensão de uma empresa, seja do ramo artístico-cultural ou outro qualquer, traz em si, dentro de sua visão institucional, aspectos voltados para o interesse ou desinteresse econômico; no entanto, não pode se contrapor a nenhum destes segmentos. Desta forma, ao fazer referência à questão do livro, muitos tentam, através de discursos, colocá-los numa condição de que o cultural prevalece em razão do econômico.

Koracakis (2006) aponta que Pierre Bourdieu no ensaio **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos** (1977), faz referência à denegação do econômico.

Para Bourdieu, no interior do universo que denega o econômico funciona uma racionalidade econômica específica, que, inclusive, gera ganhos econômicos imediatos. Mas os códigos internos menosprezam esses ganhos. Paradoxalmente, quanto mais a empresa parecer desinteressada maiores serão as possibilidades do seu sucesso comercial. Autoproclamar-se interessada em ganhos comerciais, por outro lado, pode a excluir dos ganhos econômicos desse universo específico. A pecha de comercial é quase sempre dita para acusar o concorrente. O único ganho econômico valorizado explicitamente é o aumento do capital simbólico, ou seja, a marca da empresa ou o nome do seu proprietário serem reconhecidos publicamente como uma

⁸ Fundada em 1932 por Getúlio Costa, Ribeiro Couto e Gustavo Barroso, auge nas décadas de 1950 e 1960 com Ênio Silveira na direção. Tem sua sede em São Paulo. Fonte: www.record.com.br

garantia de valor de produtos. O empreendimento econômico cultural e artístico só pode ser bem-sucedido, até mesmo “economicamente”, se conciliar as necessidades “econômicas” com a convicção que as exclui. O sistema de denegação do econômico implica a convivência da empresa editorial com antigas formas de mecenato transmutadas em formas de mecenato estatal explícito ou outros modos de trocas de interesses com o sistema político ou empresarial fora do universo artístico ou cultural (KORACAKIS, 2006, p. 36, grifo do autor).

A ambiguidade vivenciada pela empresa editorial, ramo importante e fundamental para o crescimento e desenvolvimento cultural do país, é apresentada dentro do contexto por meio de termos como: capital simbólico/capital econômico, valor literário/valor de mercado, cânone/literatura de massa, que contextualizam as formas do fazer literário e todas as suas nuances. Neste sentido, ficam claras as percepções envolvidas dentro do campo cultural em relação às editoras que elucidam em seus discursos que as atividades advindas do negócio do livro são primordialmente culturais do que econômica. Assim “Pierre Bourdieu [...] constata que a denegação do econômico no campo da produção de bens culturais implica que se tente apagar o papel empresarial dessa produção” (KORACAKIS, 2006, p. 36).

A história da publicação de coleções tem início na década de 1960 com a Editora Perspectiva e na próxima década com a Editora Brasiliense, com obras de caráter literário e outras de caráter não ficcionais, populares e científicas direcionando seu catálogo de acordo com a especificidade de seu público. Seu auge acontece na década de 1980 com Caio Graco Prado na direção da empresa, que tinha como estratégia a publicação de coleções de livros voltados para um público jovem específico, apresentando ampla diversidade temática, baixo custo, o que propiciava a aquisição pelo público eleito. A coleção precursora e também de maior destaque é a **Primeiros passos** com a publicação de cinco milhões de exemplares.

Conforme Koracakis (2006), os autores que escreviam para essas coleções eram escritores renomados da esfera acadêmica e que, no entanto, escreviam textos de fácil compreensão de acordo com o público-alvo. As temáticas abordadas orientavam a leitura de outras para a complementação, prioritariamente vinculadas a outras obras publicadas pela própria editora e, no final do texto eram destacados os últimos lançamentos da editora, configurando uma estratégia inovadora e, conseqüentemente, um excelente marketing. Outro fator importante ocorrido nesta mesma década aliada foi a abertura dada pela editora para publicação de uma

literatura marginal, contribuindo desta maneira para a inclusão de autores no mercado literário.

Neste aspecto, Luiz Schwarcz, em entrevista outorgada à jornalista e pesquisadora Cecília Costa (2002) observa que a Editora Brasiliense na década de 1980, com sua visão empresarial e inovadora, percebe um novo público e, por meio de estratégias de marketing voltadas a este, consegue incluir um consumidor à espera de temáticas pertinentes a seus gostos, com direção a certos assuntos intelectuais e políticos.

Nesta perspectiva é notória a descrição feita por Korcakakis (2006) em relação à Editora Brasiliense.

A especificidade da Editora Brasiliense na década de 1980 sob a condução de Caio Graco Prado foi a utilização da estratégia de organizar sua produção em coleções para atingir um nicho de mercado específico, o do jovem leitor, e ao mesmo tempo formá-lo como leitor. Ao jovem brasileiro que iniciava a sua maturidade intelectual durante a década da abertura era oferecida uma série de leituras organizadas — inicialmente não-ficcionais e depois também ficcionais e poéticas — por uma editora em ascensão. O jovem teria seu gosto formado e direcionado para determinadas opções intelectuais, políticas e estéticas deliberadamente e sem constrangimento. Como alternativa à ditadura que se encerrava, era oferecida uma verdadeira biblioteca libertária, repleta de beats, poetas marginais e heróis revolucionários. Se utilizarmos a dicotomia contra/a favor do mercado explicitada por Guinsburg, podemos dizer que a Brasiliense trabalha contra o mercado, na medida em que participa da criação de novas necessidades de leitura, formando um novo leitor, mas trabalha a favor do mercado na medida em que capta uma necessidade de consumo latente num nicho determinado. A Brasiliense da década de 1980 moldava e era moldada pelo seu público preferencial, o jovem leitor (KORACAKIS, 2006, p. 47-48).

Conforme descrito, uma editora pode trabalhar a favor ou contra o mercado; ao trabalhar a favor deste a editora terá como estratégia conhecer o público em potencial, o gosto do mesmo, e trabalhar para desenvolver livros que irão ao encontro deste público. Da mesma forma, ao trabalhar contra o mercado, a editora tem por finalidade o conhecimento de condições ainda não exploradas, ou seja, nichos de públicos e, por meio do estabelecimento de influências a este público, gerar nova comunidade de consumo, de maneira que o mercado é também favorecido ao se buscar alternativa de produção e de consumo de um segmento não explorado.

Depreende-se que a oposição entre o componente comercial e o não comercial se apresenta em todo o âmbito cultural “ela é o princípio gerador da maior parte dos julgamentos que, em matéria de teatro, cinema, pintura, literatura, pretendem

estabelecer a fronteira entre o que é arte e o que não o é [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 30). Esta configuração demonstra como a empresa editorial se aproxima do polo comercial ou, contrariamente, se afasta do polo cultural.

A novidade que surge no cenário editorial na segunda década de 1980 é a inserção da Editora Companhia das Letras, fundada por Luiz Schwarcz em 1986, que se estabelece junto a outras editoras de peso já no mercado. Luiz Schwarcz, ainda bem jovem trabalhou e, portanto, participou do crescimento e êxito da Brasiliense no período de 1978 a 1986. Deste modo, tem a oportunidade de enfatizar a importância da editora no circuito cultural e de mostrar a visão do editor-empresário o qual se tornou. Como a Brasiliense tinha seu catálogo voltado para o público jovem, e estabeleceu tal critério como alibi para a formação do jovem leitor, [...] “Schwarcz, por outro lado, queria publicar para um público adulto, que incluiria também aqueles que iniciaram a leitura pela Brasiliense” (KORACAKIS, 2006, p. 48).

O catálogo de uma empresa editorial mostra o conjunto de obras publicadas por esta, funcionando como processo de identificação e destacando aspectos reveladores de sua atuação no mercado. Estes catálogos são dirigidos aos livreiros e aos leitores em potencial. A escolha do repertório ou catálogo de uma editora está diretamente ligada à função autor, que tem um valor simbólico muito importante e que está relacionado à marca que irá propagar no mercado. Igualmente é possível averiguar como a função autor irá se apresentar dentro do mercado editorial, e assim conhecer aqueles que, de acordo com seu paradigma, aceitam ou não a encomenda de uma obra literária

No ensaio **Problemas estéticos na sociedade de massa** (1965), do crítico e poeta Ferreira Gullar, apresenta questões sobre a obra de arte, enfatizando aspectos da ortodoxia marxista, referindo-se à obra como mercadoria no mundo voltado para o capitalismo.

A arte de massa é, em essência, mercadoria, e nisso também ela se define como legítimo produto da sociedade capitalista, na qual se transforma em mercadoria. Mas é preciso atentar para o fato de que essa transformação da arte em mercadoria não é um fenômeno restrito às artes de massas e que ela não significa o fim da arte. Trata-se de uma condição nova que a arte passou a enfrentar com o surgimento da burguesia e que é, sob certos aspectos, um avanço com relação à arte do passado, muito mais aristocrática e impositiva. [...] Numa sociedade desse tipo a comercialização da arte é inevitável e, mais que isso, é o caminho que ela tem para satisfazer as novas necessidades emocionais e espirituais do homem. Se, com razão devemos repelir as formas de arte estereotipadas, imbecilizantes, que proliferam na cultura de massa, devemos fazê-lo sem perder a noção real do problema da arte

contemporânea e sem perder de vista as circunstâncias em que os artistas do passado realizaram suas obras.

Há uma tendência a idealizar as condições de trabalho do artista no passado, e isso só prejudica a apreciação do problema atual. De fato, na vasta maioria do tempo em que transcorre a história da cultura, a arte esteve submetida a imposições de toda ordem, servindo ao poder absoluto, ao Clero, aos nobres, aos burgueses [...] (GULLAR, 1984, p. 136-137).

O argumento do crítico Ferreira Gullar explicita bem a transformação ocorrida na arte, que passa a ter uma nova configuração advinda do surgimento de uma sociedade capitalista; nesse caso a comercialização da arte é inerente a este processo de desenvolvimento. Na história da cultura a arte esteve sempre sujeita a injunções alheias; anteriormente estabelecidas pelos mecenas representados pelo clero, nobres e burgueses; posteriormente, na modernidade, dentro do mercado editorial apoiado pela indústria cultural, segue norteadas por seus princípios.

A arte que é produzida em massa, para um público versátil, e que tem em vista um extenso consumo. Nasce de uma necessidade de entretenimento do público que tinha a literatura culta como complexa e de difícil compreensão. Portanto, não surge com a finalidade de substituir a literatura culta, mas de preencher os espaços deixados por esta. “É claro que não se pode perder a essência do produto cultural: o vínculo com seu público e os compromissos estético, ético e social, que devem mover todo o fazer artístico-cultural” (BRANT, 2001, p. 21).

Dentro do planejamento estratégico utilizado pela editora Companhia das Letras, o catálogo mescla uma diversidade ampla de assuntos com a publicação de obras nacionais e estrangeiras. Koracakis (2006), ao analisar o catálogo da editora de janeiro de 2003 a abril de 2004, aponta a presença de 141 lançamentos, assim descritos: 44 obras de não-ficção; 39 obras de ficção estrangeira; 18 obras de ficção brasileira; 18 obras do gênero policial, e, complementando o catálogo, 3 coleções.

Em 2005, percebe-se um aumento de três vezes mais o número de assuntos apresentados. As coleções que em 2004 eram em número de três; agora, em 2005, apresentam-se com sete: **Vida cotidiana, O escritor e a cidade, Jornalismo literário, Virando séculos, Retratos do Brasil, Literatura ou morte e Grandes descobertas**. Segundo Koracakis (2006) o aumento revela-se importante na medida em que “ao estudarmos as coleções, conseguimos entender melhor a intervenção editorial ficando mais claro as direções que a editora pretende dar à produção textual. Examinar as coleções da editora é radiografar suas ações e diagnosticar suas intenções” (KORACAKIS, 2006, p. 68).

A Companhia das Letras apresenta em sua versatilidade a possibilidade de desenvolvimento de trabalho com empresas estrangeiras, como é o caso da Coleção **O escritor e a cidade**, idealizada pela editora inglesa Bloomsbury, fruto da encomenda a vários autores de diversas nacionalidades de narrativas sobre determinadas cidades. A editora ficou responsável por encomendar um autor no Brasil o volume sobre uma cidade do país, o escritor convidado foi Ruy Castro e a cidade o Rio de Janeiro. A encomenda acaba por influenciar no texto do escritor que, de certa forma precisa cumprir com as questões trazidas pela empresa.

Outras coleções da editora também participaram desta modalidade de encomenda como é o caso da **Vida cotidiana**, obras de não ficção, e **Virando os séculos**, encomenda de ensaios históricos a pesquisadores brasileiros.

A coleção **Retratos do Brasil** compreende uma seleção de textos já existentes de autores brasileiros. A proposta da encomenda foi feita a membros da academia com a finalidade de organizar cada um dos volumes, enriquecendo-os com notas explicativas e textos introdutórios. A coleção de obras de ficção **Literatura ou morte** foi uma encomenda feita a escritores brasileiros e latino-americanos, publicada no Brasil e também por editora estrangeira. Portanto, temos vários tipos de opções de características combinadas em cada uma das coleções. Na coleção supracitada a editora teve por concepção a associação de cânones da literatura a nomes dos principais escritores da editora **Companhia das Letras** e, devido à sua boa recepção, houve a promoção de contratos com editoras estrangeiras, que não só se interessaram por republicar as obras editadas, mas também direcionaram encomendas a escritores de suas respectivas nacionalidades, o que representa uma exportação de uma atividade artística, seguindo o propósito realizado pela editora brasileira.

Outras estratégias desenvolvidas pela empresa e que alcançaram boa repercussão estão no tratamento dispensado aos livros desde o trabalho da criação gráfica, desenvolvido pelo *designer* Raul Loureiro, assim como na criação de selos dedicados ao público jovem e infantil. Depreende-se que a encomenda de uma obra literária vem ao encontro das expectativas das editoras, pois potencializa novas possibilidades de mercado.

As possibilidades apresentadas acima, em relação à encomenda de coleções, objeto de estudo desta dissertação podem ter contribuído para a confecção da coleção Anjos de branco, realizada na década de 2000 pelo COFEN (Conselho Federal de

Enfermagem). O próprio coordenador da coleção, o escritor Antonio Olinto, em entrevista realizada em 14 de agosto de 2002, refere-se ao público alvo como uma possibilidade de mercado: "Em relação à classe dos enfermeiros, conta o Conselho Federal de Enfermagem com perto de um milhão de associados. [...] Uma vez por ano, comparecem a congressos nacionais. O de 2001, realizado em São Paulo atraiu seis mil participantes" (OLINTO, 2002. Não paginado). A menção aos números envolvidos evidencia a expectativa de que as obras poderiam se tornar um possível fenômeno mercadológico.

Outro fator a ser considerado na publicação de coleções temáticas está relacionado à escolha dos ficcionistas que comporão o rol de autores das obras. Entre os autores conhecidos, é possível perceber a escolha de alguns que possuem um público cativo e são considerados cânones pela crítica literária. Na coleção Anjos de branco além de Antonio Olinto destacam-se Moacyr Scliar, Raquel de Queiroz e Carlos Heitor Cony. Desta forma, percebe-se a harmonia engendrada entre a demanda da empresa editorial e a produção literária dos escritores, que percorre uma via de mão dupla.

As editoras, ao criarem coleções, procuram elaborar grupos de livros inviabilizando a formatação do livro isolado. Outra estratégia desenvolvida é agrupar as obras de acordo, ou pela faixa etária, ou por divisão de assuntos, ou por áreas específicas.

Os procedimentos realizados pelas editoras na organização de seus catálogos em coleções por séries ou agrupamentos de livros podem revelar um processo de encomenda implícita. Da mesma forma que poderão realizar uma encomenda explícita direcionando obras com temáticas pré-determinadas a certos escritores, conforme acontece comumente com coleções temáticas ficcionais. Ambas as formas, contudo, podem configurar uma coautoria do editor, dada a intervenção deste na produção do texto.

Ou seja, a relação que decorre de uma solicitação de uma encomenda explícita suscita problemas relacionados aos princípios clássicos de criação de uma obra literária, colocando em xeque a noção de originalidade do autor. O nascimento desta prática no campo da História da Literatura é cercado de posições paradoxais, partindo-se do pressuposto de que essa se insere em uma polêmica relacionada ao valor da obra de encomenda. Conforme descrito por Korcakakis (2008),

A encomenda explícita de textos é algo polêmico especialmente quando se trata de textos ficcionais, já que coloca em xeque a função autor no texto ficcional. Michel Foucault, no ensaio *O que é o autor?*, publicado inicialmente em 1969, observou que a função autor não é exercida do mesmo modo em diferentes tipos de discurso, ou seja, varia a importância da autoria na recepção de diversos tipos de discursos. A partir do século XVII, os enunciados científicos só teriam validade se estivessem embasados na metodologia científica que se estabelecia; enquanto que o discurso literário passou a ser mais vinculado à figura do seu autor. No campo literário a função autor passa a ser o principal modo de classificar os discursos. A autoria do texto literário é determinante para sua recepção – quem o escreveu é um elemento decisivo para o julgamento do valor de determinado texto literário [...] (KORACAKIS, 2008, p. 1-2).

Na encomenda explícita de uma obra literária percebe-se a extensão do processo de criação e produção do editor, já que, a partir do momento em que sugere uma temática a determinado grupo de escritores, fica evidente a coparticipação no processo, caracterizando a intervenção da editora na constituição da obra literária.

No circuito editorial na década de 1990 e 2000 ocorreu a produção de coleções literárias por várias editoras renomadas, expondo o momento vivenciado pelo mercado cultural na busca de uma junção de elementos da literatura de massa e de uma literatura canônica.

O tema é controverso e traz embates importantes dentro do campo literário. Relatos de escritores que se colocam contra ou a favor desta prática podem ser encontrados desde sempre. Por exemplo, Clarice Lispector comenta em seu livro **A via crucis do corpo** (1974), a respeito de uma encomenda feita por seu editor que traduz o dilema vivenciado pelo artista:

O poeta Álvaro Pacheco, meu Editor na Artenova, me encomendou três histórias que, disse ele, realmente aconteceram. Os fatos eu tinha, faltava a imaginação. E era assunto perigoso. Respondi-lhe que não sabia fazer história de encomenda. Mas – enquanto ele me falava ao telefone – eu já sentia nascer em mim a inspiração. A conversa telefônica foi na sexta-feira. Comecei no sábado. No domingo de manhã as três histórias estavam prontas: 'Miss Algrave', 'O corpo' e 'Via Crucis'. Eu mesma espantada. Todas as histórias deste livro são contundentes. E quem mais sofreu fui eu mesma. [...] Quero apenas avisar que não escrevo por dinheiro e sim por impulso. Vão me jogar pedras. Pouco importa. Não sou de brincadeiras, sou mulher séria. Além do mais tratava-se de um desafio" (LISPECTOR, 1974, p. 9-10, grifo da autora).

Percebe-se o conflito da autora, tanto por seu conceito pessoal, quanto pela preocupação com a crítica, a ponto de sentir a necessidade de afirmar que a proposta se tornou um desafio. Clarice Lispector relata ainda os percalços da recepção: "Uma pessoa leu meus contos e disse que aquilo não era literatura, era um lixo. Concordo.

Mas há hora para tudo. Há também a hora do lixo. Este livro é um pouco triste porque descobri, como criança boba, que este é um mundo cão” (LISPECTOR, 1974, p.10).

Já a posição de João Ubaldo Ribeiro sobre o assunto pode ser destacada pela franqueza:

A encomenda sempre foi a regra da obra de arte. Desde o teatro grego. Toda a arte da Renascença foi feita sob encomenda. Os trabalhos de Michelangelo e de Mozart foram feitos sob encomenda, assim como os de Balzac e Dickens. Esse negócio de ficar reclamando da literatura de encomenda é bobagem. Acho ruim é esse neo-romantismo brasileiro, essa glorificação boba do escritor como um ser privilegiado. Sou a favor do escritor profissional, de uma estrutura editorial. A não ser que seja uma encomenda que não possa aceitar por problemas de consciência, eu topo. É um desafio como outro qualquer (RIBEIRO, apud COSTA, 2005, p. 259-260).

Vale aqui ressaltar uma crítica acadêmica realizada pelo professor Leodegário Amarante Azevedo Filho em relação a um dos livros da coleção Anjos de branco, encomendada pelo COFEN, **Maria da paz** de Arnaldo Niskier.

[...] Por certo, o romancista soube construir, em seu romance, o verossímil, desvendando assim um mundo fictício, mas de existência possível. No caso, transparece claramente um compromisso com o humano que se projeta numa narrativa empenhada em exaltar a nobre profissão de enfermagem, atingindo assim o romance sua finalidade maior.

Para honrar o compromisso assumido, entretanto, a narrativa nem sempre se liberta, abrindo espaço para amplas indagações existenciais sobre a vida e sobre a morte, por exemplo, porque vida e morte estão presentes no romance. Também a visão de educador transparece em alguns pontos, onde a figura do professor se impõe ao narrador, ensinando coisas de natureza médica e coisas de direito, aliás didaticamente [...] (AZEVEDO FILHO..., 2002?. Não paginado).

Em síntese, o autor em questão apresenta uma análise do romance de Arnaldo Niskier salientando que o autor conseguiu construir uma narrativa com aspectos de verossimilhança, “[...] aliás bem construídas, com múltiplos núcleos dramáticos periféricos envolvendo o núcleo central” (AZEVEDO FILHO..., 2002?. Não paginado) apesar da obra traduzir fortemente a finalidade: a construção de um romance por meio de uma encomenda explícita. E acrescenta que, por se tratar de um romance com uma temática pré-determinada, o autor não consegue se desvencilhar do assunto.

A encomenda explícita de uma obra literária traz à tona discussões sobre o processo original de criação, pois por meio desta evidencia-se uma intervenção da editora na constituição de uma obra e, conseqüentemente, na quebra da ideia de autonomia total do autor na produção literária. Deste modo, a encomenda funciona

como uma instrução a ser seguida ou como um arquétipo a ser desrespeitado, ludibriado ou adaptado.

A polêmica estabelecida em relação à literatura de encomenda perpassa dois problemas dentro do campo de produção cultural. O primeiro relaciona-se à criação de uma obra em que se assume uma intervenção editorial; o segundo está ligado à assunção, dentro do campo literário, de uma produção feita com fins de atender as expectativas do grande público.

Pierre Bourdieu (1996), ao tratar do campo literário, afirma que este tende a se organizar em torno de oposições comuns.

A partir daí, o campo literário tende a organizar-se segundo dois princípios de diferenciação independentes e hierárquicos: a oposição principal, entre a produção pura, destinada a um mercado restrito aos produtores, e a grande produção, dirigida para a satisfação das expectativas do grande público, reproduz a ruptura fundadora com a ordem econômica, que está no princípio do campo de produção restrita; ela é cortada novamente por uma oposição secundária que se estabelece, no interior mesmo do subcampo de produção pura, entre a vanguarda e a vanguarda consagrada (BOURDIEU, 1996, p.141).

Desta forma torna-se perceptível o comportamento do mercado editorial, que segue os princípios preconizados pela sociedade de massa numa ruptura com o campo de produção restrita representada pela vanguarda (arte pela arte). Com esta ruptura o princípio de hierarquização externa torna-se o mais importante já “que está em vigor nas regiões temporalmente dominantes do campo do poder (e também no campo econômico), ou seja, segundo o critério do êxito temporal medido por índices de sucessão comercial (tais como tiragem dos livros, [...], etc.) [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 246).

No discurso crítico sobre o literário, a literatura de massa é apresentada com restrições relacionadas à sua qualidade estética; portanto, ela é apresentada à margem, destituída dos parâmetros de avaliação constituídos como instrumentos teóricos da literatura culta. Por falta de fundamentação teórica e por apresentar um discurso peculiar, não caracteriza matéria de estudo nos meios acadêmicos. Os possíveis estudos em relação a esta produção ficarão a cargo de outras disciplinas como a Antropologia Social, a Teoria da Comunicação e a Sociologia.

A este respeito Eliane Paz afirma que, “O fascínio duradouro dessa literatura indica que não se pode analisá-la com uma visão simplista e redutora, limitando-a ao campo de efeito de estratégias mercadológicas ou como subproduto da literatura

culta” (PAZ, 2004, p. 2). Isto porque a literatura de massa conhecida como produto de menor valor literário destina-se a um público semiculto, porém tem uma importância de cunho sociológico devido à sua grande penetração, comportando-se como produto que veicula ideologias.

O investimento e o incentivo à literatura de entretenimento podem alcançar o preparo de um leitor médio, podendo considerar esta como uma primeira etapa a lançá-lo para textos mais expressivos de forma que o próprio leitor poderá despertar o gosto literário, fazendo com que este amplie sua percepção e conhecimento do mundo, conforme ponderação do poeta e crítico literário José Paulo Paes (1990), que propôs uma **teoria do degrau** após reflexões de Umberto Eco sobre a cultura de massa.

Bourdieu (1996) discorre a respeito das oposições comuns dentro do campo literário, enfatizando que a reflexão é necessária, a fim de rescindir as barreiras que afastam a literatura culta da literatura de entretenimento com o propósito de fortalecer o sistema literário e a formação de uma cultura coesa. Mesmo porque, conforme Raul Antelo (2002) “[...] na época da reprodução técnica da arte, vários intelectuais e mesmo alguns artistas, descobrem, simultaneamente, que os valores não têm lugar cativo, mas encontram-se disseminados [...]” (ANTELO, 2002, p.147).

Para tanto, buscou-se o estudo da História da Literatura com a finalidade de conhecer os caminhos percorridos pelo escritor desde a concepção até a publicação de sua obra, preocupamos em problematizar as questões emanadas do mercado editorial decorrente do nascimento da encomenda de coleções literárias e ao valor referendado à obra.

Na próxima seção faremos um esboço da História da Enfermagem, que contribuirá para a análise das duas obras que fazem parte do *corpus* desta dissertação.

3. A ENFERMAGEM NA HISTÓRIA

Por meio da análise da História o ser humano é transportado a outras dimensões com a finalidade de buscar respostas às temáticas importantes dentro de um contexto sócio, político, econômico e cultural, contribuindo para a compreensão de uma conjuntura vivida. Além disso, fornece significados dessa conjuntura e apresenta subsídios para o conhecimento do legado profissional, corroborando com o pensamento da enfermeira e historiadora americana Olga Church (1993 apud Padilha, 2015, p. 35) quando afirma que “graduados de programas de enfermagem que não tenham conhecimento de sua herança não estão adequadamente orientados para a profissão”. Nesse sentido, os estudos de natureza sócio-histórica permitem conhecer os fatores que colaboraram para a construção de uma identidade profissional, reportando a uma análise do passado, a uma reflexão sobre o presente e inferindo sobre as perspectivas para o futuro.

A História não se faz apenas da reconstituição do passado, com suas causas e consequências, mas também dá a conhecer os grandes personagens, os momentos vividos, os processos políticos e econômicos, cada período e cada sociedade, [...] “os movimentos e as relações sociais; a psicologia coletiva e não apenas a dos ‘personagens históricos’ e dos grupos dominantes” (BRIGNOLI; CARDOSO, 2002 apud PADILHA, 2015, p. 26, grifo dos autores).

A história das profissões revela essencialmente a maneira [...] “como ela veio se constituindo ao longo do tempo, pelo *modus operandi* de como os saberes práticos e teóricos foram se aproximando dando forma àquilo que posteriormente se converteu em profissão [...]” (PADILHA, 2015, p. 27). Nesse sentido, a enfermagem como profissão apresenta-se participante de um processo de desestruturação e estruturação de sua história, buscando a própria emancipação e libertando-se dos antigos modelos com a inserção de outros mais apropriados aos ideais que a caracterizam. Para tanto, apodera-se de um corpo social e político dentro da sociedade que lhe capacite a expressar os anseios e as opiniões.

A enfermagem aparece na História representada por meio de seus personagens importantes, com destaques para Florence Nighthingale e Anna Nery, e pela participação em guerras ou em outros fatos históricos como a inserção do profissional na constituição da história da saúde. Os estudos realizados por diversas áreas conjugadas traduzidos por (LE GOFF, 1992 apud PADILHA, 2015), como

história sociológica, demografia histórica, antropologia histórica, propiciam ao pesquisador uma visão ampla através da interdisciplinaridade infringindo os alcances das ciências humanas, da natureza ou biológicas possibilitando e estendendo o campo de conhecimento e de compreensão dos fatos. Entre estes vários campos do saber encontra-se também o literário.

Neste sentido, para entender como se deu o processo de constituição da profissão faz-se necessário um estudo sobre sua história, que permitirá a reflexão dos aspectos vivenciados pelo profissional de enfermagem.

3.1 A HISTÓRIA DA ENFERMAGEM

A História da Enfermagem, desde o princípio, vem sendo descrita como um trabalho pautado na execução de tarefas e procedimentos que caracterizam a realização da prática do cuidado, remodelando a assistência ao doente. Esta prática sofreu várias influências que foram responsáveis para a construção do perfil da profissão.

Segundo Geovanini (2002, p. 5) “o desenvolvimento das práticas de saúde está intimamente associado às estruturas sociais das diferentes nações em épocas diversas”; as questões da saúde sempre perpassaram o contexto socioeconômico e político que assinalam os caminhos das práticas de saúde. Sendo assim, desde os povos nômades primitivos podemos verificar que a mulher é a grande pioneira no atendimento às necessidades de saúde da humanidade. Estes povos buscavam condições apropriadas para se estabelecerem em determinadas regiões, onde constituíam suas tribos, sendo designadas aos homens as funções de chefe de família, ficando para as mulheres as aptidões da prática do cuidado.

Aspectos referentes ao amor e à doação estão relacionados ao exercício da submissão e modéstia, e contribuíram para a formação de um papel perante a sociedade, no qual as enfermeiras são vistas como trabalhadoras que prestam cuidados aos outros sem uma recompensa adequada ou sem condições favoráveis ao desempenho de sua profissão.

A religião também esteve presente dentro da concepção de cura e tratamento dos doentes que ansiavam pela saúde do corpo e pela imortalidade da alma. Desta forma, associa-se o exercício da saúde ao exercício da religião numa batalha contra os males do corpo e do espírito. Nessa época, os sacerdotes utilizavam-se de

medicamentos empíricos preparados a partir de plantas e ervas. O restabelecimento da saúde viria de um jogo da natureza e da doença, e o sacerdote era um intérprete dos deuses. Quando o doente se restaurava, tal evento era considerado milagroso; se morria, era porque não era digno de receber a cura, de forma que o sacerdote sempre estava imune de qualquer encargo.

Hipócrates, influenciado pelo filósofo Sócrates, sugeriu uma nova compreensão em saúde e dissociou a arte de curar de toda caracterização mística sacerdotal, propondo um novo método associando a observação e a inspeção do doente, deixando um grande legado em relação ao diagnóstico, ao prognóstico e à terapêutica.

Na época medieval houve a retomada do poder pela Igreja que, aliada à nobreza, apreende o monopólio moral, intelectual e econômico e difunde os próprios dogmas, apreendendo para si a autoridade e a hegemonia eclesial. Desta forma, muitos leigos, em atenção à fé cristã, voltam-se para a prática da caridade cuidando dos pobres e dos enfermos por conta própria. Neste aspecto, são criadas as congregações e ordens que perduram por séculos por meio de associações de assistência religiosa à saúde. Surgem os primeiros hospitais destinados aos monges e, mais tarde, com as necessidades de saúde pública devido às epidemias e às guerras apareceriam outros hospitais para assistência aos estrangeiros, pobres e enfermos. De acordo com Geovanini et al. (2002),

Dentre os primeiros instituídos, a partir da nova era, sobressaem o nosocômio fundado por São Basílio (369 a 372), em Cesaréia, na Capadócia, e um grande hospital construído por Fabíola (380 a 400) em Roma. Os Hotel de *Dieu*, construído na França (542-651), são citados como precursores do progresso na assistência hospitalar da época (GEOVANINI, et al., 2002, p. 14).

Estes hospitais eram bastante precários, sem condições higiênicas e de manutenção adequada. Funcionavam através de doações, ofertas de terras e isenção de impostos por parte do Estado. Buscava-se a salvação da alma tanto dos doentes como daqueles que cuidavam, portanto, os hospitais não eram caracterizados por assistência médica, suas funções estavam estabelecidas na assistência dos pobres e na segregação dos infectados. Somente a partir do século XVIII é que a prática hospitalar médica é estabelecida e, com ela, a prática de Enfermagem. Esta ocorre a partir das ordens religiosas e do trabalho das mulheres leigas e caridosas que,

motivadas a cuidarem dos enfermos, iniciam suas práticas empíricas e intuitivas com predominância de ações de saúde caseiras e populares, caracterizadas por atuações místicas em que o amor ao próximo e a grande caridade cristã eram valorizados.

O advento do Renascimento⁹ (sec. XIV – XVI) aliado à Reforma Protestante¹⁰ (sec. XVI), ambos contrários às ideologias da Igreja Católica, que ficou em evidência devido à falta de estrutura, abusos e corrupção, são fatores que contribuíram para a perda de prestígio da Igreja e conseqüentemente com a desagregação total da vida monástica.

Com a saída das religiosas dos mosteiros, a prática da enfermagem passou a ser ignorada pelas mulheres da sociedade, as quais formavam, neste período, um grupo representado principalmente por mulheres virgens e as viúvas, damas de grande influência na sociedade que aliavam a assistência religiosa à assistência à saúde. Percebendo que a enfermagem assumia características domésticas, que estava moralmente comprometida e sem vínculo com a Igreja, estas também deixam o cenário da prática da caridade.

Assim, muda o papel das mulheres na sociedade, as quais, por sua vez, deveriam se limitar aos afazeres da casa e à obediência aos maridos.

Em decorrência deste processo muitos hospitais cristãos foram fechados e as ordens religiosas rescindidas, assim como o trabalho realizado pelas mulheres nessas ordens foram também extintos. Desse modo, “[...] o cuidado nos hospitais foi relegado às mulheres ‘incomuns’, um grupo que compreendia prisioneiras e prostitutas mulheres que sustentavam sua própria vida com ordenados eram forçadas a trabalhar como serventes domésticas [...]” (ELLIS; HARTLEY, 1998, p. 32, grifo das autoras). A este cenário se deve o surgimento do que pode ser chamado de Os Anos Negros da Enfermagem.

O humanismo da Renascença trouxe avanços das práticas médicas, em virtude de procedimentos pautados pela observação e verificação, tornando-se importante o estudo do ser humano, de suas doenças e de como estas se desenvolviam. Ocorrem grandes progressos no campo da cirurgia devido às descobertas anatômicas.

⁹ Caracterizou-se por ser essencialmente um movimento anticlerical e antiescolástico, pois a cultura leiga e humanista opunham-se à cultura eminentemente religiosa e teocêntrica do mundo medieval. (VICENTINO, 1995, p. 185)

¹⁰ Movimento religioso que iniciou com o trabalho de Martinho Lutero, começou na Alemanha em 1517. Resultou em uma revolta contra a supremacia do papa e a formação de igrejas Protestantes ao longo da Europa. (ELLIS; HARTLEY, 1998, p.32)

Com o crescimento das cidades crescem também as universidades. A Igreja estava diretamente ligada à atividade de ensino científico e universitário, por isso o exercício da medicina, muito ligado ao clero, “conserva na universidade a lembrança destas origens e herda do clero, os privilégios didáticos que favorecem a criação das cátedras de Medicina, o que contribuiu para reforçar a sua hegemonia” (GEOVANINI et al., 2002, p. 18). Ao sair dos mosteiros para as universidades, a Medicina evoluiu, o que não ocorreu com a Enfermagem que sofreu repercussões imediatas com os movimentos religiosos que se prenunciavam. Desta forma, todo o crescimento intelectual e de progresso ocorrido na Renascença não se caracteriza em fator de evolução para a Enfermagem, mantendo-se esta na clausura, desarticulada e empírica.

Neste contexto descrito pelas condições políticas, o baixo nível de qualidade das práticas de saúde exercida por pessoas destituídas de condições necessárias aos cuidados dos doentes e a posição social da mulher contribuíram para o desprestígio da Enfermagem, durante os períodos compreendidos entre os séculos XVI e XVII caracterizando sua fase de declínio.

Com o advento da Revolução Industrial houve um progresso social ocasionando uma melhora no padrão de vida da população; as pessoas apresentavam melhores condições de higiene, o que propiciou o controle de várias doenças e o aumento da expectativa de vida. Porém, com a desigualdade econômica, a exploração do trabalho e a carência alimentar tornaram-se favoráveis o contágio e o reaparecimento de doenças transmissíveis na classe operária, e também, com a exploração do trabalho infantil, ocorre um aumento da mortalidade nesta faixa etária.

A doença se apresenta como um problema por impedir o crescimento da produção, gerando repercussões em âmbito econômico e político. Portanto, com a finalidade de manter a produtividade, “[...] o Estado passa então a assumir o controle da assistência à saúde como forma de garantir a reprodução de capital, restabelecendo a capacidade de trabalho do operariado [...]” (GEOVANINI et al., 2002, p. 22).

Evidencia-se que a questão de qualidade dos serviços de saúde prestados à população estava vinculada às classes sociais mais favorecidas.

Por meio da reorganização hospitalar, tendo como ator social o médico como responsável pelo processo de reordenação, encontra-se a Enfermagem em um processo de disciplinarização conforme descrito por Geovanini et al., (2002),

A disciplinarização hospitalar, segundo Foucault, é garantida nessa fase pelo controle sobre o desenvolvimento das ações, pela distribuição espacial dos indivíduos no interior do hospital e pela vigilância perpétua e constante destes. E, para assegurar o exercício do poder institucional, será utilizado um esquema administrativo composto por um conjunto de técnicas, pelas quais o sistema de poder irá alcançar seus objetivos (GEOVANINI et al., 2002, p.24).

Para tanto, a disciplina parte do princípio como uma forma de controle sobre o outro que se constituiu durante o século XVIII. Estas estratégias disciplinares, segundo Foucault (2015, p. 180), “são, portanto, antigas, mas existiam em estado isolado, fragmentado, até os séculos XVII e XVIII quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma técnica de gestão dos homens”.

Com a conformação hospitalar e com a teoria clássica da administração postulada por Taylor e Fayol, *por meio* da normatização e dos princípios da unidade de controle, da divisão e da especialização do trabalho, ocorre a burocratização, importante elemento na prática administrativa hospitalar que contribuiu por afastar o enfermeiro da assistência direta ao paciente. Aliado a este fato, o médico delegou ao enfermeiro a responsabilidade de controle do pessoal de enfermagem, o que lhe deu uma falsa participação no ciclo de poder.

A formação da profissão, quase totalmente feminina, contribuiu com esta imagem servil e de submissão. Em sua formação os enfermeiros eram advertidos de que não precisavam dominar o conhecimento médico, mas tinham que realizar tarefas básicas sem juízo crítico, caracterizando uma relação de dominância e subordinação que interferiu no desenvolvimento da profissão. Conforme *Pierre Bourdieu* (2002),

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar da assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2002, p. 6).

A divisão social do trabalho configura-se na divisão sexual do trabalho que transcorre das relações sociais de sexo. Tal configuração é histórica e se ajusta a

cada sociedade, apresentando-se como prioridade o homem dentro da esfera produtiva e a mulher à esfera reprodutiva e, concomitantemente, pertencente aos homens os cargos de maior valor social. Conforme relata *Danièle Kergoat* (2009), “essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação. (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher)” (KERGOAT, 2009, p. 67, grifo da autora). Entretanto, estas questões não se perpetuam com rigidez e inflexibilidade, pelo contrário são variáveis dentro do seu tempo e do seu espaço.

A caracterização do trabalho manual realizado por meio do cuidado aos doentes relacionado à prática de enfermagem contribuiu para a desvalorização da profissão, visto que estas são reconhecidas como inferiores em relação ao trabalho do médico, este percebido como intelectual. Outro fator que também contribuiu para sua desvalorização foi a fragmentação da profissão que apresenta diferentes níveis de formação, apesar de, na maioria das vezes, a sociedade não se atentar para a diferenciação existente.

Segundo Padilha (1997), são abundantes as alusões relacionadas às enfermeiras; a figuras de anjos de branco, santas, religiosas que podem ser percebidas pela cor predominante dos uniformes, pela forte contribuição da religião na formação da profissão assim como a projeção de virtudes como obediência, respeito, hierarquia e humildade. As enfermeiras são vistas como anjos (que protegem as vidas humanas), aquelas que amparam, socorrem e protegem; consideradas muitas vezes heroínas e que, portanto, não apresentam necessidades nem precisam conviver socialmente.

A imagem estereotipada da enfermeira, constituída por meio de representações sociais, está relacionada à cultura de formação, o que denota desconhecimento e desvalorização social sobre esse trabalho, julgando-o de menor valor, sendo a enfermeira vista como aquela que presta auxílio ao médico. As percepções das enfermeiras em relação à imagem que a sociedade tem de sua profissão, assim como sua própria percepção profissional, apresentam-se contraditórias e revelam uma lacuna entre o ideal e a atual condição profissional. Muitos aspectos contribuem para a existência desses estereótipos como o processo de hierarquização entre médico e enfermeira, a presença feminina no exercício da profissão e também os meios midiáticos que propagam ou reproduzem os habituais conceitos dos profissionais desta área. Estes aspectos serão analisados nas obras que fazem parte do *corpus*

desta pesquisa: **Ana Neri**, a brasileira que venceu a guerra, de José Louzeiro e **Os pecados da santa**, de Marcos Santarrita.

O estudo da História no âmbito geral possibilita a construção de uma memória coletiva, que informa verdadeiramente o que somos dentro do processo histórico, permitindo-nos a (re) estruturação da identidade profissional. É notável o interesse, por parte dos enfermeiros, em estudar a historiografia da enfermagem, mas também é crescente o estudo desta por pesquisadores de outras áreas que cooperam para a inserção de um debate sobre a produção historiográfica da enfermagem, promovendo uma reflexão crítica desenvolvida por olhares externos à profissão e destacando novos caminhos e áreas de estudo para a enfermagem. Nesta condição, Teixeira (2012) cita os pesquisadores Luís Antônio de Castro Santos e Lina Rodrigues de Faria.

Segundo Teixeira (2012), os estudos sobre a Enfermagem pré-profissional na América Latina vão discorrer sobre a descrição da profissão desde os cuidados realizados pelas civilizações indígenas, passando pelo período da colonização até a profissionalização, enfatizando a criação das escolas de enfermagem. Neste estudo é evidenciada uma periodização que aborda o desenvolvimento da enfermagem em seus aspectos instintivo, empírico, religioso e profissional.

Os cuidados prestados aos doentes e necessitados em sua prática existencial foram exercidos por pessoas laicas, aquelas que se colocavam disponíveis e que apresentavam características de boa vontade e caridade. Este fato pode-se confirmar na descrição sobre a enfermagem mexicana relatada por Virgínia Teixeira (2012),

Villeda-García, Rodríguez-Gonzales e Córdova-Ávila (2010), em estudo sobre a prática da enfermagem durante a Revolução Mexicana (1910-1920), retrataram a atuação de mulheres mexicanas para o cuidado aos feridos nesse período. Apesar de existirem escolas para a formação de enfermeiras, quando da revolução, não foram somente essas as que se dirigiram para os campos de batalha. Os autores relatam que as mulheres mexicanas, de modo geral, iam para os campos de batalha para cuidar e dar consolo aos seus parentes e seguiam prestando cuidados também aos desconhecidos, sendo consideradas enfermeiras (TEIXEIRA, 2012, p. 73).

Evidencia-se mais uma vez na história da enfermagem que as atividades de cuidado não exigiam um conhecimento prévio e exclusivo para o seu desenvolvimento, podendo ser realizado por qualquer pessoa; tal ideia configurou a enfermagem por séculos. No entanto, a História demonstra que o conhecimento do homem vai se apresentar de acordo com sua vivência, e que, desta forma, este não

acontece de forma linear, mas sofre variações de acordo com os acontecimentos de uma sociedade, percebidos por meio de seus movimentos, de suas relações, dentro de um contexto sócio-político demonstrado através do tempo.

É neste cenário que nos deparamos com Florence Nightingale(1820-1910), precursora da enfermagem moderna. Pertencente à elite britânica, estudada e falante de vários idiomas, era possuidora de conhecimentos de enfermagem que adquiriu junto às diaconisas de Kaiserwerth. Conforme dados historiográficos, demonstrava grande vocação no cuidado aos doentes, no entanto era centrada nos aspectos políticos e ideológicos preconizados por uma sociedade capitalista.

A Guerra da Criméia (1853-1856), a qual Florence viria atuar junto aos soldados feridos, aconteceu como reação às pretensões “expansionistas da Rússia, que ameaçavam a integridade imperialista britânica” (GEOVANINI et. al., 2002, p. 25). A Turquia, França e o Reino Unido aliaram-se declarando guerra à Rússia. A Inglaterra sofreu grande impacto em relação a seus soldados, pois no momento estavam despreparados para organizar o combate e tratar dos soldados feridos, acometidos por doenças causadas pela guerra, ao contrário da Rússia e da França que apresentavam religiosas para o atendimento de seus soldados.

A Inglaterra vivia o caos gerado pelas condições insalubres dos hospitais militares, tendo sido muitas as causas da defasagem do exército como: o despreparo, o frio, a fome e a cólera. Os jornais recriminavam tais atitudes e enalteciam o trabalho desenvolvido pelas Irmãs de Caridade no tratamento dos doentes nos hospitais da França. Foi numa dessas notícias retratadas nos jornais que Miss Nightingale sentiu-se motivada a assumir esta causa de cuidar dos feridos da guerra, indo sua atitude ao encontro com a entrada de um amigo, Herbert Sidney ao cargo de ministro da guerra. Florence escreveu à Miss Herbert colocando-se à disposição para atuar frente a qualquer posto da guerra, coincidentemente tal pedido por parte do então ministro da guerra já estava a caminho. Este solicitava que Florence se dirigisse ao Oriente e levasse consigo um grupo de enfermeiras para trabalhar junto aos feridos da guerra (COSTA, et al., 2015).

Florence recebeu as ordens do departamento médico do exército em 19 de outubro, e em 21 de outubro de 1854 foi nomeada superintendente do Female Nursing Establishment of the English General Hospitals in Turkey, quando partiu para o hospital de base de Scutari (DONAHUE, 1993).

Segundo Waleska Paixão (1979) Florence partiu para Scutaricom 38 voluntárias entre religiosas e leigas, as quais passavam por avaliações criteriosas, pois estas deveriam cumprir certos requisitos básicos necessários à construção de um perfil profissional que atendesse aos critérios estabelecidos pela sociedade frente à imagem negativa que a Enfermagem apresentava até então. Os requisitos eram resignação, espírito de sacrifício, humildade, abnegação, sendo a disciplina o primordial.

Considerada revolucionária para sua época, Florence Nightingale, trouxe à tona aspectos metodológicos apoiados na observação sistemática e na realização de registros estatísticos destacados por conceitos fundamentais voltados para o ser humano, o ambiente, a saúde e a Enfermagem. “Esses conceitos, considerados revolucionários para sua época, foram revistos e ainda hoje identificam-se com as bases humanísticas da Enfermagem tendo sido revigorados pela teoria holística” (GEOVANINI, 2002, p. 26).

Miss Nightingale tinha como critério o cuidado ao ser humano doente, mas também ao sadio. Estes princípios foram enfatizados em seus dois livros **Notas sobre hospitais** (1858) e **Notas sobre Enfermagem** (1859) apresentando como vértices de um triângulo para atuação o cuidar-educar-pesquisar. Em seus estudos propagou que o meio favorecia a recuperação do doente e que, portanto, a Enfermagem deveria preocupar-se na manutenção de condições favoráveis ao restabelecimento do doente, ocupando-se com o ser humano saudável ou não, diferente do médico cuja visão é voltada essencialmente para a doença.

Nesta concepção Florence e Hipócrates corroboravam em suas visões que tinham como centro o doente e não a doença, e que as ações de saúde (médicas e de enfermagem) poderiam colaborar na melhora do doente, propiciando condições favoráveis do meio que ajudariam na ação das forças da natureza.

Com o término da guerra Florence fundou no Hospital Saint Thomas uma escola de Enfermagem e estabeleceu rigorosos critérios às candidatas, centrados na qualidade moral e na disciplina do tipo militar. Os critérios estabelecidos se adequavam ao projeto de profissionalização preconizados pela sociedade inglesa, enquadrando-se dentro de um paradigma do novo hospital com seus mecanismos hierárquicos e disciplinadores. Nesse sentido, a Enfermagem evoluiu desvinculou-se de sua atividade empírica, profissionalizando-se para atender a uma demanda dos hospitais, caracterizando-se por uma prática institucionalizada e assalariada.

No período das fundações das escolas nightingaleanas percebe-se a dicotomia entre o trabalho manual e intelectual descrita por Rezende (1986) encontrada na historiografia da Enfermagem. Ou seja, estas escolas formavam duas categorias de enfermeiras: as *ladies* e as *nurses*; as *ladies* pertenciam à classe social elevada e, portanto, eram designadas para as atividades de intelecto. As *nurses* pertenciam à classe social mais baixa e desenvolviam o trabalho manual, caracterizando a divisão social do trabalho que antecedeu a divisão técnica do trabalho.

Estas questões ocorridas dentro da Enfermagem foram ampliadas ao contexto hospitalar com a evolução da medicina e com o desenvolvimento técnico-científico devido à complexidade das questões inerentes à saúde e à necessidade da capacidade intelectual. Foram delegadas para a enfermagem as tarefas manuais, ficando com o médico a parte intelectual voltada para o diagnóstico, prescrição e tratamento. Neste quadro a Enfermagem moderna nasce como profissão que coopera com a prática médica, sendo percebida como suporte para a Medicina.

Florence percorreu vários hospitais, observando a prática de enfermagem, e conhecendo as comunidades religiosas e o trabalho desenvolvido por estas. Este convívio com as Irmãs de Caridade influenciou na constituição do perfil da enfermagem relacionado à divisão social do trabalho, e também à organização do ambiente hospitalar com ênfase nas necessidades básicas do paciente promovida por condições favoráveis como ventilação, iluminação, higiene, recreação dos doentes dentre outras.

Percebe-se a grande contribuição de Florence na construção do perfil da enfermagem moderna, proporcionado por sua visão além de seu tempo. No Brasil temos Anna Nery, considerada mãe dos brasileiros e apreciada por seus feitos na Guerra do Paraguai. Foi relevante sua contribuição na história da enfermagem no país.

Dentro da historiografia da enfermagem faz-se necessário um recorte sobre a vida de Anna Nery tendo como princípio norteador suas características peculiares de mulher, viúva que sustentaria em sua imagem uma fragilidade repercutida por inúmeros acontecimentos em sua vida. É descrita como uma mulher forte, destemida e com ideais humanitários e patrióticos que se dispôs a trabalhar como voluntária na Guerra do Paraguai. O estudo sobre sua biografia e trabalho faz-se necessário para a compreensão da configuração sociopolítica e econômica que acontecia em dado

momento histórico, assim como conhecer os motivos que levaram a acontecer a Guerra do Paraguai.

A finalidade então está em conhecer o papel de Anna Nery na História, o que contribuirá para a análise de uma das obras eleitas como *corpus* desta pesquisa: **Ana Neri**, a brasileira que venceu a guerra, de José Louzeiro, pois segundo Candido (1985).

Candido (1985) entende que a arte tanto é influenciada pela sociedade quanto a influencia. A influência da sociedade na obra aparece tanto na superfície do texto (descrição de casas, roupas, hábitos etc.) quanto na caracterização das personagens (sua psicologia, seus preceitos, ambições etc.) e na estrutura profunda do texto (como vimos em Lukács, 1963, que mostra que a sociedade grega clássica possuía um gênero literário característico, a épica; e que, quando a cultura ocidental chegou à Idade Média, esse gênero já não tudo corresponderia ao modo de o homem medieval ver e sentir o mundo, e foi transformado no romance) [...](CANDIDO 1985 apud SILVA, 2009, p. 186).

Por meio da narrativa da vida de Anna Nery, dentro de um contexto histórico, poderemos compreender as configurações de uma sociedade, e entender as influências desta na obra, assim como as influências da obra na sociedade, que nos reporta a uma reflexão sobre aspectos inerentes à profissão de enfermagem, abordadas aqui por seus mitos, símbolos e concepções.

A literatura, que é a representação do mundo social num determinado período, apresenta normas adequadas de produção, que permitem aproximar-se do real criando através da narrativa um diálogo com a realidade e confirmando aspectos intrínsecos a esta ou propondo novas perspectivas. Tudo isso possibilita ao leitor penetrar na História levando-o a refletir sobre o que existe nesta de verossimilhança ou de ficção.

Nesse sentido Lygia Paim (2015), no prefácio do livro **Enfermagem história de uma profissão**, relata que, “a História constitui-se em motivo real para instigar a todos nós ao mundo movente, o mundo que nos incita a refletir sobre a questão existencial ‘Quem somos nós’” (PAIM, 2015, p. 21, grifo da autora).

Anna Justina Ferreira Nery nasceu na cidade de Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira na Bahia, no dia 13 de dezembro de 1814. Filha de Luiza Maria das Virgens e José Ferreira de Souza; irmã de Manoel Jeronymo Ferreira, tenente-coronel que comandou o 10º Batalhão de Voluntários da Pátria durante a Guerra do Paraguai; Joaquim Maurício Ferreira, também tenente-coronel,

comandante do 41º Batalhão de Voluntários; Ludgerio Rodrigues Ferreira, médico, e Antônio Benício Ferreira corretor e fazendeiro. Pertencia a uma família de alto nível social de patriotas autênticos, sendo considerada pela sociedade como identificadores de poder e prestígio.

Casou-se em 15 de maio de 1838 com o capitão-de-fragata, oficial da Marinha, Isidoro Antonino Nery, aos 23 anos e teve três filhos: Justiniano de Castro Rebello, Isidoro Antonino Nery Filho e Pedro Antonio Nery. Aos 29 anos de idade, com apenas seis anos de casada, ficou viúva. Nesta época as condições preconizadas pela sociedade e igreja à mulher casada eram as de exercer o papel de esposa, desenvolver as atividades do lar, cuidar dos filhos assim como de sua educação. A viúva, por sua vez, deveria viver como as mulheres castas, dando exemplos íntegros, zelando por sua reputação e trabalhar para o bem comum conforme os desígnios da Santa Igreja (CARDOSO; MIRANDA, 1999).

Tais condutas relacionadas à mulher nesta época ratificam-se conforme relato de Maria Ângela D' Incão (2013),

[...] Mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de uma postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães. Cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera familiar 'burguesa e higienizada'. Os cuidados e supervisão da mãe passam a ser muito valorizados nessa época, ganha força a ideia de que é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos e não os deixem simplesmente soltos sob influência de amas, negras ou "estranhos", "moleques" da rua (D' INCÃO, 2013, p. 229, grifo da autora).

Abraçando estes princípios impostos pela sociedade, Anna Nery assume a responsabilidade sobre sua família, muda-se para Salvador com a finalidade de garantir aos filhos estudos e, posteriormente, promoção social. Os filhos, frequentadores de escolas de ensino superior, seguiram o serviço militar, Justiniano de Castro Rebello e Isidoro Antonio Nery dedicaram-se à Medicina, e o filho mais novo, Pedro Antonio Nery dedicou-se à carreira militar.

Em meados do século XIX acontecia a Guerra do Paraguai, o maior conflito armado ocorrido na América Latina. A guerra teve início em 1864 e só findou em 1870, com a morte do ditador Francisco Solano López em Cerro Cora. Em 1864 o Brasil apresentava-se envolvido em um motim com o Uruguai, tendo preparado tropas com a finalidade de derrubar o ditador Aguirre, líder do Uruguai e aliado do ditador do

Paraguai Solano López, que, em represália ao Brasil mandou aprisionar no porto de Assunção o navio brasileiro Marquês de Olinda, atacando em seguida a cidade de Dourados, em Mato Grosso. Em maio de 1865, também realizou diversas invasões na Argentina, com a finalidade de conquistar o Rio Grande do Sul. A pretensão do ditador paraguaio estava em expandir seu território, tomando posse de terras dos países fronteiriços aliada à finalidade de acessibilidade ao mar pelo porto de Montevideu.

Com a intenção de derrubar o governo do Paraguai, o Brasil, a Argentina e o Uruguai unem-se e celebram um tratado de aliança. Trata-se do registro de surgimento da Guerra do Paraguai, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança.

Na historiografia da Guerra do Paraguai realizada essencialmente por oficiais combatentes percebe-se um grande patriotismo referenciando a defesa da Pátria brasileira pelos militares, que traduz uma ideologia militar na nação brasileira. Este ponto de destaque é percebido na historiografia dita tradicional, que está diretamente ligada ao imperativo cívico. Esta versão afirma que os motivos da guerra estavam categoricamente atrelados às estratégias de expansão territorial do governo paraguaio. O Brasil, portanto, entra para a guerra com o objetivo de se defender do inimigo, ficando a defesa por conta das Forças Armadas.

A Guerra do Paraguai transcorreu com várias batalhas travadas, sendo beneficiadas por lentas conquistas, que possibilitaram a ocorrência de um número expressivo de mortos e feridos. Os acampamentos militares apresentavam problemas sanitários, e os soldados com subnutrição eram afligidos por epidemias de cólera, varíola, dentre outras. Muitos morreram por causa dessas condições, tornando a guerra cada vez mais impopular entre o povo e provocando intensas críticas ao governo imperial e às suas lideranças. É neste cenário conturbado que, após seus filhos terem sido convocados para a guerra, Anna Nery, aos 51 anos, com o objetivo de estar perto dos filhos, oferece-se para servir aos feridos da guerra e escreve uma carta encarregada ao Presidente da Província da Bahia, Manuel Pinto de Souza Dantas, em 08 de agosto de 1865, colocando-se em disponibilidade para atuar juntos aos feridos de guerra.

"Illm. Exm. Sr.:

-Tendo já marchado para o exercito dois de meus filhos, alem de um irmão e outros parêntes, e havendo se offerecido o que me restava nesta cidade, alluno do 6 anno de Medicina, para também seguir a sôrte de seus irmãos e parêntes, na defesa do pais, offerecendo seus serviços médicos, - como

brasileira, não podendo ser indifferente aos sofrimentos dos meuscompatriotas, e, como mãe, não podendo resistir à separação dos objectos que me são caros, e por uma tão longa distância, desejava acompanhai-os por toda a parte, mesmo no theatro da guerra, si isso me fosse permittido; mas oppondo-se a este meu desejo a minha posição e o meu sexo, não impêdem, todavia, estes dois motivos, que eu offereça os meus serviços em qualquer dos hospitais do Rio Grande do Sul, onde se façam precisos, com o que satisfarei ao mêsmo tempo os impulsos de mãe, e os deveres da humanidade para com aquelles que óra sacrificam suas vidas pela honra e brio nacionais e integridade do Império. Digne-se V. Ex. de acolher benigno este meu espontâneo offerecimêto, ditâdo tão sómente pela vóz do coração. -Bahia, 8 de agosto de 1865. Deus Guarde a V. Ex. -Illm e Exm. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas - Mui digno Presidente desta província.

- D. Ana Justina Ferreira Néri"(DIARIO DA BAHIA, 11 de agosto de 1865).

Percebe-se tanto o dever cívico em prestar seus serviços à Pátria, quanto a sua preocupação de mãe em estar ao lado de seus filhos, excedendo da representação social da mulher na época, pois ela sai do domínio privado para o público, exercendo muito mais do que estabeleciam os papéis vigentes da mãe e da mulher. (CARDOSO; MIRANDA, 1999). A resposta do Presidente da Província da Bahia ao pedido de Anna Nery foi formulada com as seguintes palavras:

"O rasgo do patriotismo e de abnegação com que VM., depois de ter visto seguir para o campo de guerra, em que se acha empenhado o pais, um irmão e dois filhos, e agóra o terceiro, como médico, se offeréce para, acompanhando-os em tão nobre missão, prestar os serviços de humanidáde compatíveis com o seu sexo e idade, nos hospitais do Rio Grande do Sul, não póde deixar de ser benevolente acolhido por esta Presidência, que folga de louvar os sentimentos com que V.M., por esse ácto tão importante e digno de inveja, se toma recommendável ao pais. Aceito, pois. Tão espontâneo offerecimento, e vão ser expeditas ordens ao Conselheiro Com mandante das Armas, com quem se entenderá V'M. para ser contractada como primeira enfermeira, e brêvemente seguir para o Rio de Janeiro." (DIARIO DA BAHIA, 13 de agosto de 1865).

O pedido de Anna Nery, assim como a resposta do presidente da província, foram publicados no Jornal da Bahia, provocando grande alarde social pelo retorno rápido dado pelo então Presidente, que enviou autorizações ao Conselheiro para sua contratação. Segundo Lima (1977), em sua passagem pelo Rio Grande do Sul, Anna Nery teria tomado lições de enfermagem com as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, assim como havia desenvolvido um curto estágio em Salto (Argentina); portanto, sua experiência como enfermeira junto aos feridos da guerra sobrevinha destas atividades desenvolvidas junto às irmãs de caridade. Por falta de registros é inexequível afirmar que Anna Nery teria pertencido à Sociedade das Damas de

Caridade; entretanto é conveniente aludir que Anna Nery, além de designada de **Mãe dos Brasileiros**, foi também denominada de **A grande irmã de caridade leiga**.

Várias foram as homenagens prestadas a Anna Nery após a Guerra do Paraguai, dentre elas destaca-se: Medalha de Campanha de 2ª. Classe por serviços prestados à Guerra do Paraguai e Exposição de tela pintada por Victor Meirelles no Salão das Sessões do Paço Municipal de Salvador; outras *in memoriam* como: a instituição do dia do Enfermeiro, em 10 de agosto de 1938 pelo Decreto nº. 2956/1938 promulgado pelo presidente Getúlio Vargas e a criação da Semana Brasileira de Enfermagem pela diretora da escola de Enfermagem Anna Nery, Laís Netto dos Reys no Rio de Janeiro compreendendo o período de 12 de maio (nascimento de Florence Nightingale) a 20 de maio (morte de Anna Nery) (PORTO; OGUISSO, 2010).

As homenagens a ela decorrem de dois pressupostos: ter sido a primeira enfermeira do Brasil e a única voluntária na guerra. Contudo, há relatos sobre Felisbina Rosa de Anunciação Fernandes e Silva (1830-1866), que já se encontrava em campo aos cuidados dos feridos quando da chegada de Anna Nery. Sua história se assemelha à de Anna uma vez que, viúva e com um filho, este convocado para a guerra, decide partir com ele como voluntária da pátria. Felisbina Rosa faleceu em Corrientes quando assistia a um enfermo, acometida por um colapso cardíaco em 31 de julho de 1866.

Neste cenário nos deparamos com o nome de Francisca de Sande que, pouco mencionada nos estudos de História da Enfermagem, cuidou dos acometidos pela febre amarela, devido a uma epidemia que ocorreu na Vila de Salvador em 1686. Francisca de Sande viúva na época destinou sua residência localizada na atual Avenida Sete de Setembro centro de Salvador, adaptando-a como hospital e recebendo os doentes acometidos pela doença. Fontes da época relatam que dispensou praticamente todo o patrimônio vindo da herança dos pais e de seu esposo para tratamento dos doentes. Terminada a epidemia recebeu agradecimento por parte da população de Salvador e também pelo Rei de Portugal por tamanha generosidade e altruísmo. Devido a sua atitude foi considerada por alguns como a primeira enfermeira do Brasil (SHUMAHER; VITAL, 2000, p. 280-281).

Como visto as discussões relacionadas aos títulos dados a Anna Nery não questionam o merecimento, mas o fato de não se reconhecer outras mulheres que também ousaram dizer sim e se colocaram à disposição, ora para cuidar dos feridos da guerra, ora para cuidar de doentes acometidos por doenças graves. Tal processo

parece ter relação com o fato de que Anna Nery além de pertencer a uma família de alto nível social, a mesma foi esposa de um capitão de fragata que morreu a serviço da pátria, tinha em sua família vários componentes militares que serviram na guerra sem contar a morte de um filho e um sobrinho nos combates. Conforme relatos Anna Nery chegou ao campo de batalha em 1965 permanecendo na guerra até o seu fim. Após o conflito “[...], contudo, o Exército prosseguiu a empreitada de narrar historicamente a Guerra. Percebe-se nessa produção que se faz presente ainda nos dias atuais, uma alta carga de patriotismo [...], sendo ela o símbolo máximo de veneração da classe [...]” (SILVA; PAULA, 2010, p. 116).

O processo de reconhecer Anna Nery como Dama da Caridade e a Primeira Enfermeira do Brasil respalda-se pelo seu *habitus* vindo de família de militares e políticos. Tal conceito pode-se perceber conforme descrito por Porto; Oguisso (2010),

[...] O *habitus* constitui um conjunto de conhecimentos práticos que permite ao ser humano perceber e agir, evoluir com naturalidade em certo universo social, uma espécie de segunda natureza inconsciente. É uma matriz geradora, constituída historicamente, institucionalmente enraizada e socialmente variável [...]. (PORTO; OGUISSO, 2010, p. 13).

A visibilidade proporcionada a Anna Nery deve-se à sua participação na Guerra da Tríplice Aliança, também ao favorecimento político dado pelo governo, ao aceitar seu pedido com o intuito de divulgar à população os desígnios cívicos e espontâneos daqueles que se apresentavam para atuar na guerra, suavizando a condição dos alistados involuntariamente.

Um artigo escrito por Porto; Oguisso (2011) publicado na **Revista de Enfermagem em foco** apresenta um estudo realizado em relação à ortografia do nome da **Mãe dos brasileiros** – codinome recebido por Anna Justina Ferreira Nery ao retornar da Guerra do Paraguai. O objetivo da pesquisa era apresentar a oscilação dos registros ortográficos do nome Anna Nery.

A variação na ortografia do nome de Anna Nery deve-se tanto a problemas nos registros de batismo e óbito, quanto à reforma ortográfica ocorrida em 1943 em Lisboa, que deu origem ao Acordo Ortográfico de 1945, tornando-se lei em Portugal, não acontecendo o mesmo no Brasil. A divulgação de tal estudo foi importante, uma vez que encontramos na literatura o nome descrito como: Anna Nery e Ana Néri, fato constatado no desenvolvimento deste texto dissertativo.

3.2 A ENFERMAGEM NO BRASIL

A criação das escolas de enfermagem demarcou a separação entre o período pré-profissional e o profissional da Enfermagem no Brasil, pois essas foram responsáveis pela construção do conhecimento, pela determinação de normas e preceitos que garantiram o direito do saber e da prática, criando um modelo de enfermeiro que se distanciou daqueles que não apresentavam uma formação acadêmica unificada. Dentro deste contexto corroboramos com Teixeira (2012) quando afirma,

Mesmo procurando dar ênfase a um tempo em que existiam enfermeiros e quando esses ainda não faziam parte de uma categoria profissional, vale ressaltar que a profissionalização tem se constituído em elemento chave, um marco que organiza e dá sentido às reflexões que vêm sendo reproduzidas na área da história de enfermagem. [...] as discussões em torno da criação de escolas são importantes e constituem-se em marco essencial no processo de profissionalização [...] (TEIXEIRA, 2012, p. 37).

A normatização da enfermagem acontece com a remodelação do exercício do cuidado por meio da educação pautada em modelos científicos entre 1889 com a instauração da República, e em 1890 com a instituição do processo de ascensão profissional no país a partir da criação da Escola Profissional para Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE), atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP).

A transição da Monarquia para a República foi um período em que o país passou por muitas transformações no campo socioeconômico, político e sanitário. O Império brasileiro exportava produtos agrícolas e importava produtos industrializados, além do conhecimento científico que, naquele período, tinha como principais referências os modelos europeus.

Outro fato importante que acontecia nesta época era a existência de um movimento político favorável à abolição da escravidão. Com a implementação de leis antiescravistas e a consequente extinção do tráfico, o mercado de escravos inicia seu processo de declínio. Com o incremento destas leis abolicionistas, o Brasil tornou-se um atrativo para o movimento imigratório. A Monarquia colocou-se favorável à libertação dos escravos, conclamando a elite política a colocar um fim à escravidão, validada a lei pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888.

Como consequência, os escravos livres permaneceram nos centros urbanos, realizando diversos afazeres, entre eles o de carregar sobre os ombros barris de

dejetos das residências para serem jogados no mar à noite. Estas ações mostram as condições de saneamento existentes na capital naquela época, refletindo precárias condições de salubridade, favorecendo o aparecimento de epidemias, como se constata no relato de Araújo et al., (2010),

As epidemias de febre amarela e varíola que surgiram na segunda metade do século XIX dizimaram periodicamente grande número de habitantes e chegaram até as primeiras décadas do século XX; como existiam poucos hospitais, os tratamentos caseiros estiveram presentes na vida brasileira desde o período colonial. Além disso, existia uma distinção na prática do cuidado, pois os hospitais eram tidos como lugares para os pobres e indigentes, e os mais abastados recusavam-se a utilizá-los (ARAÚJO, et al., 2010, p.23).

Outros problemas de saúde foram percebidos com o grande movimento imigratório no país quando da substituição da mão de obra escrava. Os navios chegavam trazendo grandes quantidades de imigrantes em péssimas condições de higiene, o que fazia surgirem outros surtos epidêmicos. No Império a assistência aos enfermos era realizada em instituições filantrópicas subsidiadas pelo Estado, como é o caso das Santas Casas de Misericórdia, implantadas com a finalidade de prestar cuidados às pessoas mais carentes, por meio da assistência realizada pelas irmãs de caridade, por escravos e por pessoas voluntárias. As pessoas abastadas recebiam seus cuidados em casa, ofertados por médicos e enfermeiros particulares. Conforme Padilha (1998, apud Araújo, et al., 2010),

Naquela época, na sede do Império, existiam hospitais de isolamento com o objetivo de atender os enfermos acometidos pelas moléstias e pelos surtos epidêmicos. Dentre eles, a Santa Casa de Misericórdia, criada em 1582, tinha como objetivos o isolamento, na tentativa de prevenção e da disseminação de doenças, e a prática da caridade, que mediava a salvação tanto da alma que prestava os cuidados como dos enfermos internados (PADILHA, 1998, apud ARAÚJO, et al., 2010, p. 26).

Houve uma forte participação religiosa na formação do enfermeiro, visível nos aspectos éticos, morais, e hierárquicos dentro da profissão.

Segundo Foucault (2015), o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres visto como perigosos, uma verdadeira ameaça à sociedade. Portanto, o hospital não era para fins de cura e tratamento, mas um lugar favorável a receber o pobre e assisti-lo material e espiritualmente, prestando-lhe os últimos cuidados, assim como também a consumação do último sacramento.

Araújo et al., (2010) relata que, após a ocorrência de uma recidiva da febre amarela em 1888, o Ministro do Império, Ferreira Viana, estabeleceu diversas medidas *a priori* voltadas para a melhoria do saneamento básico da capital. Conforme descrição no Relatório Ministerial (1888), em caráter de urgência, foi criada uma enfermaria de isolamento para os doentes portadores de febre amarela no bairro de São Cristóvão, o que mais tarde ocasionou a criação de vários outros postos de atendimento pela cidade com a finalidade de tratar o doente nas proximidades de seu domicílio.

Com as medidas implantadas pelo Ministro, tornou-se necessário um aumento de pessoal capacitado para prestar o atendimento aos doentes, que apresentavam males responsáveis pela devastação da população brasileira. Como nesta época ainda não existiam as escolas para formação de enfermeiros, aqueles que já apresentavam alguma prática do cuidado eram considerados hábeis para a tarefa.

A proclamação da República trouxe mudanças significativas na estrutura da sociedade apresentando, entre outros aspectos, um embate no relacionamento do Estado Republicano profundamente positivista, portanto cientificista contrário ao ideal eclesialístico e da Igreja. Nesta perspectiva inicia-se um processo de mudança no qual a classe médica já se apresentava contrária à administração da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, no Hospício de Pedro II (HP II), administrado pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, às quais os médicos eram subordinados. O cuidado realizado ao enfermo era revestido de um caráter religioso beneficente percebido pela falta de cientificidade. Tais aspectos aliados ao comprometimento de uma assistência ao doente e conseqüente prejuízo na construção do conhecimento sobre as doenças, levaram à transferência do até então HP II, da Santa Casa de Misericórdia para o Estado. Foi criada a Assistência Médica e Legal de Alienados pelo diretor médico, João Carlos Teixeira Brandão, reduzindo o poder e a importância das irmãs de caridade relacionada à administração do hospital, trazendo como conseqüência a saída das irmãs dos quadros de pessoal do hospício e provocando dificuldades institucionais pela falta de mão-de-obra qualificada.

A contratação de quarenta enfermeiras francesas para suprirem as irmãs de caridade neste período não se traduziu numa melhoria da assistência de enfermagem, e consagrou-se a ideia da Enfermagem como sendo uma profissão para mulheres.

Percebe-se, neste contexto, que as estratégias realizadas para a instituição de mudanças implicaram em um jogo de poder conforme descrito por Foucault (2015).

[...] Rigorosamente falando o poder não existe; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que exerce, que efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser travadas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e exerce como uma multiplicidade de relações e de forças [...] (FOUCAULT, 2015, p.17-18).

Evidenciam-se as relações de poder estabelecidas nesta conjuntura, podendo-se comparar estas a uma máquina alimentada pelas lutas e litígios, trazendo consigo situações de disputa, de afrontamento, de relação de força, de estratégia onde haverá sempre o que ganha e o que perde.

O modelo seguido pelas enfermeiras estabelecia regras nas quais elas sempre eram secundárias ao médico, devendo cumprir suas ordens, serem boas administradoras e, através da execução dos modernos princípios de higiene, prestar um bom cuidado aos doentes; além disso, deveriam também prestar assistência voltada para religiosidade (SANTOS, 2007 apud BARREIRA et al., 2015).

No âmbito da reforma do Hospital Nacional dos Alienados, ocorreu a primeira iniciativa de sistematização do ensino de enfermagem no Brasil, com a criação, em 1890, da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospício Nacional de Alienados (MOREIRA, 1990 apud BARREIRA et al., 2015).

Há registros de ocorrência de três inaugurações da referida escola (em 1897, 1905 e 1913) o que nos leva a crer que a tentativa de propagar o modelo francês de assistência hospitalar não obteve, na época, efeitos suficientes. Em 1916 a Sociedade da Cruz Vermelha, reconhecendo o valor da profissionalização da enfermeira, criou a Escola Prática de Enfermeiros no Rio de Janeiro com o intuito de fornecer às pessoas do sexo feminino o ensino com teoria e prática à profissão de enfermeira.

A História da enfermagem no Brasil assinala, entre os fatores que contribuíram para a modernização da profissão na década de 1920, as grandes epidemias e consequente necessidade de mão de obra especializada para o combate de doenças infectocontagiosas que, em dado momento, ameaçavam as negociações de exportação no Brasil.

O início do século XX apresentava um predomínio das empresas inglesas na execução dos serviços de saneamento nas cidades brasileiras, enquanto na Inglaterra

acontecia o nascimento do primeiro modelo sanitaria, assimilado pelo Brasil. Os combates às epidemias dão-se em função do trabalho firme de Oswaldo Cruz, Diretor Geral de Saúde Pública (1903-1908) em destaque as campanhas de vacinação. Tais combates às epidemias eram realizados muito mais pelas polícias do que propriamente pelas enfermeiras, ratificando os registros da Escola Anna Nery ao declarar “a interpretação de que a formação das enfermeiras, desde sua origem esteve centrada no espaço hospitalar e no estudo sistemático das doenças” (RIZZOTO, 1999 apud NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2006, p.133).

Percebe-se que existem estudos que pontuam como projeto original a criação da enfermagem moderna no Brasil, voltada para atuação na saúde pública, mas também a finalidade de alguns atores públicos de anexá-la ao campo da assistência; porém, estes não se apresentam como contextos satisfatórios para esclarecer sua origem e seus rumos. E segundo Nascimento; Oliveira (2006),

Exige-se desta forma uma reflexão sobre a prática destes profissionais, na qual se busca, por meio da crítica às questões intrínsecas à profissão articulada à realidade social, compreender as contradições existentes na realidade e abandonar a visão ingênua e reprodutora. Visão esta que frequentemente se manifesta na forma de propor soluções para a crise da enfermagem, secularizada em seu processo histórico de constituição e desenvolvimento, com interpretações cristalizadas em sua trajetória e seu papel em nossa sociedade. Destaca-se assim o trabalho dos intelectuais da enfermagem, na busca de uma construção da identidade do enfermeiro que se manifesta na delimitação do campo de atuação, com a produção de teorias e construção de um corpo teórico próprio (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2006, p.133).

Sendo assim é preciso adentrar os caminhos percorridos pela profissão dentro de um contexto social com a finalidade de compreender os desígnios desta e por meio de uma análise crítica e reflexiva conhecer os verdadeiros fatores que contribuíram para sua formação e desenvolvimento.

Após a Primeira Guerra Mundial houve uma grande crise política e econômica no Brasil, agravada pela gripe espanhola em setembro de 1918, oriunda da Europa do pós-guerra, repercutindo nas deficiências das condições sanitárias do país. A gripe espanhola se propagou de forma devastadora no Rio de Janeiro, levando a óbito 13 mil pessoas em menos de dois meses. Houve, então, por parte da classe intelectual, a publicação em 1916 do Relatório da Expedição Médico-Científica dos sanitaristas Arthur Neiva e Belisário Pena. Surge, assim, o movimento **Pró-Saneamento do Brasil**, advindo de uma necessidade eminente do país. Tal questão repercutiu na

sugestão da criação de um ministério, ou, pelo menos, de um departamento federal que elevou na criação, em 1920, do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), oportunizando a reforma Sanitária por Carlos Chagas (COSTA, 1985; BARREIRA, 1992; BARREIRA, 2015).

No período de 1920 a 1926, Carlos Chagas tentou implantar as Unidades de Saúde Locais e Permanentes com a formação de uma equipe de profissionais, entre eles a enfermeira visitadora com a função de educadora sanitária. Não conseguindo êxito na realização dos projetos, Carlos Chagas prosseguiu com seus ideais e conseguiu criar, em 1922, um curso para a formação de enfermeiras embasado no modelo nightingaleano.

Pode-se, então, compreender a definição da origem e trajetória da enfermagem profissional no Brasil dado ao modelo biomédico tanto no campo do ensino quanto no campo da assistência, na qual se pronuncia a hegemonia médica nas questões inerentes ao campo da saúde.

Ocorre, assim, uma transição na reorganização hospitalar que, anteriormente nas mãos das religiosas, passa para as mãos dos médicos, mudando a caracterização do hospital que se apresentava como um lugar onde as pessoas permaneciam até a morte para uma estrutura compatível com uma tecnologia voltada para o tratamento, a cura e a pesquisa. Para tanto, há necessidade de preparo de profissionais com todo aparato técnico e científico para atenção às pessoas assim como para o uso da tecnologia, tornando imperativa a criação de cursos para a qualificação.

A profissão, mesmo antes do começo da enfermagem moderna (1922), já se apresentava como uma profissão feminina, caracterizada pela predominância e natureza do trabalho realizado pelas mulheres, mostrando-se uma prática social sexuada, percebida pela mudança do papel da mulher na sociedade, descrita aqui por (Barreira; Sauthier, 1999; Barreira et al., 2015),

Portanto, se a presença e a interferência das enfermeiras norte-americanas corresponderam à imposição de uma visão de mundo hegemônica, por outro lado contribuíram para a valorização da mulher na sociedade brasileira e para o reconhecimento social da profissão de enfermeira diplomada, primeira categoria essencialmente feminina a ingressar no campo da saúde (BARREIRA; SAUTHIER, 1999, BARREIRA et al., 2015, p. 252).

Contudo, o exercício de liderar os cursos e ministrar as principais matérias estava nas mãos dos médicos, que, temendo a presença do homem na profissão,

dava ênfase às peculiaridades femininas como forma de sustentar sua submissão. Segundo Bourdieu (2002), espera-se das mulheres que sejam sorridentes, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas, o que gera uma dependência em relação aos outros e que tende a se tornar constitutiva de seu ser. Por outro lado, a mulher apresenta-se valorizada, pois sai do domínio privado para o domínio público com prestígio da sociedade, pois a partir daquele momento esta se depara como uma profissional diplomada e faz parte de um contexto sociopolítico e econômico.

A Medicina que se apresentava com caráter positivista é conduzida a deixar de lado o campo das ciências humanas, e ocorre uma valorização em volta das instruções técnicas. Torna-se um paradigma das profissões do campo da saúde a consolidação deste modelo, que constituiu as bases da Medicina intitulada científica, mas percebida por um padrão curativo e hospitalar. A Enfermagem, que se apresentava ligada à medicina através de um vínculo de dependência, também acompanha esses princípios incorporados das Escolas de Enfermagem Americanas, que se perpetuaram nas escolas brasileiras por meio de seus conceitos teóricos, metodológicos e ideológicos.

Por meio de um acordo com a Fundação Rockefeller aconteceu uma Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil sendo chefiada por uma enfermeira de saúde pública americana, Ethel Parsons (BARREIRA et al., 2015). Ethel Parsons foi responsável por fazer um diagnóstico da situação da Enfermagem na cidade do Rio de Janeiro em setembro de 1921, constatando que as escolas não apresentavam os modelos mínimos em acordo com os países anglo-saxões relacionado à escolaridade dos candidatos, à duração do curso, bem como os conteúdos teóricos e à limitação ao trabalho nas enfermarias.

No final de setembro e início de outubro de 1922 Parson participou do Congresso Nacional dos Práticos no Rio de Janeiro, fórum de discussão do ensino e do desempenho da Medicina com uma temática recorrente relacionada à exigência de exclusão na arte de curar. Ethel Parsons apresentou o relatório intitulado **As enfermeiras de saúde pública**, em que destacava o perfil de enfermeira afastando o lado puramente beneficente e assistencialista deste profissional, e enfatizava uma imagem do profissional preocupado com a reforma social no que diz respeito ao cidadão e, portanto, com a saúde da população. Suas propostas vinham ao encontro da escola de enfermagem a ser criada, assim como a segurança do direito dos

serviços de enfermagem às futuras enfermeiras e para ampliação do mercado de trabalho por meio da organização e da implantação dos serviços de enfermagem em cada pequeno distrito da cidade (PEREIRA NETO, 2001 apud BARREIRA et al., 2015).

A implantação da Enfermagem moderna no Brasil é assim escrita por (Baptista; Barreira, 1997, apud Barreira et al., 2015),

Nesse sentido o projeto de implantação da enfermagem moderna no Brasil criou reações de defesa de interesses corporativos. Assim é que, no mesmo ano da chegada da chefe da missão de enfermeiras norte-americanas, foi aprovado o Regulamento do Serviço de saúde do Exército, em tempo de paz, o qual criou Escolas de Formação Sanitária Divisionárias, subordinadas à Diretoria de Saúde da Guerra. Essas escolas eram destinadas à formação de enfermeiros e outros que, no Corpo de Saúde, constituiriam o pessoal subalterno (BAPTISTA; BARREIRA, 1997 apud BARREIRA et al., 2015, p. 235).

Neste período os estágios eram realizados nos hospitais militares, e tanto a direção das escolas quanto o ensino dado aos futuros enfermeiros eram realizados por médicos da corporação. Os alunos apresentavam em sua formação tanto o componente prático quanto o militar que mais tarde poderiam compor o quadro de enfermeiros dos hospitais militares, com habilitação em concurso realizado no Hospital Central do Exército (HCE). Dentro do processo de hierarquização institucional no exército, a inserção do enfermeiro no serviço era feita no posto de terceira classe, correspondendo a terceiro sargento e podendo chegar até ao de primeiro sargento (enfermeiro de primeira classe) assinalando desta forma sua subordinação aos demais profissionais da saúde.

A Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) foi a primeira escola de enfermagem brasileira organizada e dirigida por enfermeiras, cuja equipe de pessoal de ensino era composta em sua maioria por enfermeiras, o que comprometeria no exercício do poder pelos médicos (BARREIRA,1999; BARREIRA et al., 2015).

O contexto da implementação do ensino da enfermagem profissional no Brasil com a Escola Ana Nery a partir de 1922 materializa um discurso paradoxal que assinalava a necessidade de enfermeiras para atuarem na prevenção, sendo que, por outro lado, dava ênfase à necessidade de qualificação de pessoal para o cuidado de doentes particulares, nos domicílios e nos hospitais.

Em um primeiro momento a seleção para o ingresso de alunas era feito por um critério rigoroso e completamente elitista como se verifica no relato de Nascimento; Oliveira (2006),

O processo de seleção de alunas, na escola, era rígido e elitista. O primeiro regimento interno, da Escola Ana Nery, exigia das alunas a apresentação de certificado de exames preparatórios de Português, Aritmética, Francês, Inglês, Geografia e História do Brasil, Física, Química e História Natural ou diploma da Escola Normal ou curso oficial equivalente. Exigia ainda, idade entre 20 e 35 anos; atestado médico que comprovasse suas perfeitas condições físicas e mentais: atestado de boa conduta e situação civil de solteira, viúva ou separada legalmente do marido [...] (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2006, p. 139).

Neste sentido Nascimento; Oliveira (2006), relata que a direção da Escola Ana Nery foi realizada pelas enfermeiras americanas, de 1922 a 1938. Estas enfermeiras se preocuparam com a manutenção da estrutura do serviço de enfermagem implantado, com seu funcionamento, e com o padrão de concepção da Escola Ana Nery e demais escolas criadas no Brasil. O exercício da profissão foi regulamentado pelo decreto nº. 20.109, de 15 de junho de 1931. As alunas, após a conclusão do curso, recebiam bolsas da Fundação Rockefeller com a finalidade de aprimoramento nos Estados Unidos e, ao retornarem, assumiriam o lugar das enfermeiras americanas, como forma de perpetuar o trabalho instituído.

A concretização do denominado **padrão Anna Nery** tem em seu organismo um conjunto de preceitos e leis que convencionavam ciência, arte, poder disciplina, ideologia e poder estatal para a representação de um modelo profissional essencialmente útil à fundação de uma nova ordem sanitária pelo estado nacional brasileiro. Desta forma, além de uma formação técnica como alicerce a uma profissão, seria necessário constituir uma identidade profissional até então não existente no Brasil.

Um decreto em 1932 aprovou um regulamento para a implementação do quadro de enfermeiros do Exército com a criação do Curso de Enfermeiros da Escola de Saúde do Exército, obrigatório para àqueles que já pertenciam às equipes dos hospitais militares, sendo abertos àqueles que porventura desejassem ingressar. Foi através deste decreto que os profissionais que tinham diplomas de enfermeiro militar ou da Cruz Vermelha Brasileira podiam desempenhar as atividades de enfermagem, “desde que tivessem seus diplomas registrados na Diretoria de Saúde da Guerra, ao

contrário do que ocorria com os diplomas de enfermeira, que eram registrados no DNSP” (CARVALHO, 1976; BARREIRA et al., 2015, p. 249-250).

Em 10 de agosto de 1938, designou-se o **Dia do enfermeiro** pelo Decreto nº. 2.956, que viria a ser comemorado no dia 12 de maio, com a finalidade de homenagear a memória de Anna Nery em todas as instituições hospitalares e de ensino de enfermagem no país.

O panorama histórico e político ocorrido no mundo e no Brasil entre o período de 1930 e 1960 foi de profundas mudanças, as quais repercutiram também no campo da saúde. No Brasil, com o crescente aumento dos trabalhadores devido à industrialização e urbanização, houve a criação de hospitais para o atendimento desta demanda. O capitalismo emergente proporcionou o desenvolvimento da rede previdenciária com a finalidade de atender as necessidades de atenção à saúde da população. Desta forma, ocorreu a divisão do Estado em dois ramos: um de caráter preventivo voltado para as questões da saúde pública e outro de caráter curativo voltado para ações de assistência médica, assinalado por ações de previdência social.

As enfermeiras formadas nas décadas de 1940 e 1950 viriam para prover os hospitais públicos diversamente do que ocorreu com aquelas formadas nas décadas anteriores, que foram absorvidas pela saúde pública, o que foi ao encontro da política vivenciada naquele momento, voltada para as necessidades de produção, favorecendo a assistência hospitalar, com tecnologia sofisticada exigindo para tal pessoal qualificado e diversificado para esta atenção.

Este período foi marcado por momentos complexos da história mundial devido à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), à Guerra Fria (1945-1991) e à criação em 1945, da Organização das Nações Unidas (ONU), fatos estes que marcaram profundamente a humanidade.

O preparo de profissionais enfermeiras e a admissão de voluntárias foi intensificado durante a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de que estas atuassem nas prováveis frentes de batalha. O trabalho da Enfermagem na guerra teve boa repercussão com visibilidade nas manchetes de jornais, ocasionando um aumento de candidatas nas escolas. As notas ressaltavam a importância das enfermeiras nestes momentos, sublimando as feições e predicados femininos da profissão.

O ensino de enfermagem foi consolidado com a Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, com enfoque no ensino das ciências físicas e biológicas e nas disciplinas

profissionalizantes (GERMANO,1985). Essa Lei reformulou o currículo de enfermagem com a determinação do curso de 36 meses para enfermeiros e 18 meses para o curso de auxiliar de enfermagem.

Foi a partir de 1950 que a enfermagem começou a se preocupar com a fundamentação científica como norteadora da prática para o desenvolvimento da profissão.

As questões inerentes ao reconhecimento da profissão foram muito discutidas em diversas esferas dos setores públicos. Foi através de uma discussão sobre a revisão dos níveis salariais da Enfermagem nas esferas federais e autárquicas, que tramitavam no Congresso Nacional resultando na Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e que dispunha sobre a classificação de cargos e serviços civis do Poder Executivo que trouxe força à enfermagem tornando-a, a partir de então, enquadrada como profissão de nível superior no serviço público federal, reconhecida como técnica e científica.

Ainda assim neste contexto podemos verificar as dificuldades relacionadas à carência de enfermeiros e às necessidades de mão de obra de enfermagem conforme relato de Bock et al., 2015,

A ABEn realizou, durante os anos de 1957 e 1958, o “Levantamento de recursos e necessidades de enfermagem no Brasil”, trabalho que permitiu obter um retrato real da situação da enfermagem brasileira. Entre outros dados, verificou que esta continuava sendo uma profissão maciçamente feminina e que seu maior estrato era representado por trabalhadoras não qualificadas. Apenas 38,4% dos hospitais tinham serviços de enfermagem organizados e a direção da maioria dos serviços estava a cargo de médicos, atendentes e práticos de enfermagem. Detectou ainda a escassez no número de enfermeiras e auxiliares de enfermagem. A Comissão de Peritos do Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil também estabeleceu que, para um hospital de cem leitos, deveria haver uma relação de uma pessoa da enfermagem por leito e a proporção de uma enfermeira para dezesseis leitos, distribuídos nas 24 horas do dia (ABEN,1980) [...] (BOCK et al., 2015, p. 281-282).

Realizada com a finalidade de conhecer o perfil da Enfermagem e as reais necessidades de recursos humanos para o desenvolvimento do trabalho de enfermagem nas diversas instituições de saúde do Brasil, a pesquisa revela o déficit de trabalhadores de enfermagem assim como a falta de qualificação desses profissionais para a implementação de uma assistência de enfermagem aliada a um baixo índice de hospitais com serviços de enfermagem organizados.

Segundo Silva (1986, apud KLETEMBERG et al., 2015) a partir da década de

1970 houve uma necessidade do aumento do quantitativo de trabalhadores de enfermagem. O crescente nível de capacitação levou o profissional a buscar seu crescimento por meio também da pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Cresce, então, o setor industrial na produção de materiais e equipamentos de diagnósticos e terapêuticos, assim como de fármacos. Houve a importação de novas tecnologias para a construção, a organização e o funcionamento dos hospitais, que promoveram o aparecimento de novos padrões de atenção à saúde, apresentando uma demanda de novos perfis de profissionais capacitados para tratamento de pacientes, bem como para atender a novos programas de saúde do governo, especialmente contra a tuberculose e na psiquiatria voltados para saúde pública (BARREIRA, 2005). Tendo por base implementar uma assistência voltada ao paciente de alta complexidade surgem as unidades de terapias intensivas (UTIs) que também exigiram capacitação de recursos humanos para a realização de um trabalho com conhecimento e segurança, visto que apresentavam em sua modalidade de assistência um grande aparato de equipamentos como ventiladores mecânicos, monitores cardíacos no atendimento ao paciente crítico.

Como forma de delimitar o seu espaço dentro de um contexto social capitalista, encontra-se o enfermeiro distante de seus princípios fundamentais, que é o ato de cuidar. Nesse contexto, faz-se necessário buscar o aperfeiçoamento como subsídio de uma análise conscienciosa para a transformação de sua prática. “Esse caminho estimulou a construção de um conhecimento específico, por meio de elaborações teóricas, proporcionando novas formas de perceber os fenômenos envolvidos na prática assistencial” (CARPER, 1978, apud KLETEMBERG et al., 2015, p. 309). Desta forma surge a necessidade de buscar o embasamento das ações de enfermagem em uma teoria científica.

A regularização desse instrumento pela Enfermagem no Brasil se dá com a publicação da Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986, que regulamentou a prescrição e a consulta de Enfermagem como atribuições exclusivas do enfermeiro (BRASIL, 1986).

Nas décadas de 1960 a 1990 os países desenvolvidos já se deparavam com o controle das doenças infecto-parasitárias, retornando a atenção para as doenças crônico-degenerativas, as cardiovasculares e os cânceres, que substituíram as epidemias de doenças transmissíveis (KLETEMBERG et al., 2015). O fato não foi experimentado no Brasil que até então não apresentava o controle das antigas

doenças. Neste quadro, cresce o número de doenças cardiovasculares, mortes por violência, cânceres, *Aids*, endemias (inclusive a fome). A tais fatores aliam-se as condições de vida da população, a falta de estrutura e saneamento básico, as precárias condições de trabalho, o acesso à educação, as grandes diferenças regionais e as ocupações desordenadas. Outras questões influenciaram na situação de saúde no país como, por exemplo, o envelhecimento da população que, além de trazer as doenças comuns a essa faixa etária apresenta agravos destas exigindo do sistema de saúde novas intervenções necessárias ao atendimento a este público.

O quadro mundial apresenta uma crise econômico-social, frente às políticas econômicas de ajustes estruturais, repercutindo diretamente nas esferas sociais. Em discussão estava o colapso dos sistemas de saúde voltado para a assistência médica hospitalar bastante dispendiosa, evidenciando através de estudos um aumento de 6,5 vezes os gastos *per capita* em saúde sem apresentar retornos significativos nos níveis de saúde da população. Estas questões no quadro político e econômico do país repercutiram na enfermagem conforme relato de Kletemberg et al., 2015.

[...]. As mudanças sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira refletiram-se inevitavelmente na enfermagem. Mecanismos como o uso de novos equipamentos, novas formas de organização e divisão do trabalho, extensão da jornada e redução da remuneração são exemplos facilmente reconhecidos pelos profissionais da saúde e da enfermagem.

A profissão de enfermagem era a que menos crescia na área de saúde, chegando, até 1974, à relação de 6,7 médicos para um enfermeiro e oito estudantes de medicina para um de enfermagem. Além das dificuldades quantitativas, havia deficiências de estrutura física, de equipamentos, de laboratórios de enfermagem, de recursos humanos (pessoal docente e administrativo). E eram poucos os livros didáticos nacionais para o ensino específico de graduação em enfermagem, bem como número insuficiente de nível de pós-graduação para enfermeiros, como limitações ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos docentes (KLETEMBERG et al., 2015, p. 314).

Percebe-se neste contexto, que inúmeros fatores contribuíram para a limitação ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento da profissão de enfermagem descritos acima como forma de valorização do profissional da saúde, mostrando no cenário a importância dada à Medicina. Isso contribuiu para o estabelecimento do domínio médico dentro do campo da saúde, e estes aspectos refletiram na formação do enfermeiro apontado pela relação médico/enfermeiro assim como aluno enfermagem /aluno medicina aliado aos fatores tidos como primordiais para a construção de uma

profissão no que se refere à disponibilidade de livros didáticos, cursos de graduação e pós-graduação responsáveis pela formação e qualificação do profissional.

Com a demanda aumentada em relação ao quantitativo de trabalhadores de enfermagem sucedeu-se a criação do técnico em enfermagem. Essa questão foi discutida pela ABEN (Associação Brasileira de Enfermagem) a fim de regulamentar o seu exercício, através das recomendações advindas do XVIII Congresso Brasileiro de Enfermagem de 1966 (ABEN, 1976). Por meio da Lei 5.905/73 foram criados o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e os conselhos regionais (Coren's) como órgãos fiscalizadores e disciplinadores de profissionais da enfermagem (BRASIL, 1973).

Na década de 1980, vêm à tona diversos acontecimentos no âmbito da saúde, dentre os quais a crise econômica da previdência social em decorrência da expansão de cobertura e da corrupção. Houve, então, uma mobilização de intelectuais e políticos na construção de alternativas para as políticas de saúde com a construção do movimento da Reforma Sanitária, advinda da Conferência de Alma Ata, agenciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) trazendo como bojo a Atenção Primária em Saúde (APS). Neste ano de 1980, o Ministério da Saúde organizou a 7ª. Conferência Nacional de Saúde (CNS)

Com bases nos princípios da Reforma Sanitária os Ministérios da Saúde e Previdência implementaram a política de Ações Integradas de Saúde (AIS) em 1983. Na conjuntura da transição democrática, foi convocada a 8ª. Conferência Nacional de Saúde. Em 1987 entrou em discussão na Assembleia Nacional Constituinte o Projeto da reforma Sanitária, que concebia a saúde como um bem, direito inalienável do ser humano, provido pelo Estado.

Por meio do documento produzido pela 8ª. Conferência Nacional de Saúde (1986), o Projeto da Reforma Sanitária se concretizou, sendo colocado na Constituição de 1988 a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) fundado nos princípios de universalidade, equidade, integralidade, descentralização e controle social. (BRASIL, 1988).

Segundo Kletemberg et al., (2015), “nas décadas de 1960 a 1990, destaca-se, na educação em enfermagem, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Reforma Universitária de 1968, um processo evolutivo, resultando na abertura de novas escolas de graduação e pós-graduação” (KLETEMBERG et al., 2015, p. 333).

Com a expansão de cursos de pós-graduação houve um aumento da produção científica, a ABEn cria em 1979, o Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem (CEPEN), passando de três trabalhos publicados na década de 1960 para 154 nos anos de 1970 e para 349 entre 1979 e 1988 (BARREIRA, 2005).

Após a década de 1990 o mundo se apresenta em um acelerado movimento com muitas mudanças em seu contexto histórico-político-social.

No Brasil o contexto político da época foi a democratização, que apresentou grandes significados e controle dos cidadãos, com a permissão da participação efetiva da população no processo político. A democratização do país originou-se anteriormente a este período, porém foi através desta que ocorreu no país uma revitalização com cunho de orgulho nacional e de coesão social nunca antes vivido na história do Brasil. Corroboramos com Maliska et al. ao descrever,

O exercício da liberdade, como componente fundamental da democracia, e a descrença na classe política, cujas ações foram pontuadas por escândalos envolvendo manobras econômicas e políticas e politiquieiras, formataram o paradoxo nacional da época. A inversão dessa lógica foi possível com estratégias que primaram pela transparência pública, em oposição à ocultação de situações escusas de outrora. Entretanto, as desconfianças sobre os políticos brasileiros, de uma maneira geral, se constituíram em uma realidade contumaz, embora os direitos dos cidadãos tenham sido fortalecidos, no sentido de fiscalizar e denunciar, mais amiúde, as impropriedades políticas (MALISKA et al.,2015, p. 352).

Discute-se quão importante foi o processo de democratização no país, o qual se deu com a participação popular e a primazia da transparência pública com o fortalecimento da população detendo a capacidade de fiscalização e denúncia do poder público.

Na década de 1990, com os avanços tecnológicos e científicos descritos pela expansão da internet originária dos Estados Unidos; e no início do século XXI, com o desenvolvimento de tecnologias como a biotecnologia e a nanotecnologia, surgiram novas perspectivas de benefícios para a humanidade em diversos setores, assim como o da saúde. Outras pesquisas também ocorreram neste setor como a pesquisa das células-tronco que favoreceram novos estudos para a prevenção de doenças e regeneração de tecidos, assim como a pesquisa genômica, com o estudo dos gens que apresentam empenho para a cura de doenças genéticas e através desse a obtenção do alcance em melhorar os métodos diagnóstico-terapêuticos dessas doenças, bem como a prevenção de doenças multifatoriais.

Com a implementação do SUS ocorre a regulamentação jurídica através das Leis Orgânicas da Saúde em 1990 (leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990) que conduzem a logística do sistema. Houve outros atos importantes como a 9ª.

Conferência Nacional de Saúde em 1992. Com o processo de municipalização da saúde¹¹ o SUS avançou, norteado por dispositivos administrativos, como a Norma Operacional Básica em 1991, 1993 e 1996, “a fim de regulamentar o processo de descentralização e estabelecer os mecanismos de financiamento das ações de saúde” (PAIM, 2008 apud MALISKA, et al., 2015, p. 357). Nesta concepção o SUS completou 20 anos em 2008 com experiências importantes na saúde pública brasileira, sendo reconhecido nacional e internacionalmente.

Com a fundação do SUS no Brasil houve um aumento do número de empregos no âmbito da saúde entre os anos de 1980 e 2002 passando de 573 mil para mais de 2,2 milhões, sendo que no setor público cresceu 4,5 vezes no período, passando de 266 mil para 1,19 milhão, enquanto no setor privado aumentou 3,2 vezes (MS, 2007; MALISKA et al., 2015). “O crescimento do emprego no setor de saúde brasileiro tem sido caracterizado por sua feminização (70% dos empregados são mulheres), elevada terceirização dos recursos humanos e ausência de uma política de valorização dos recursos humanos no SUS (MALISKA, et al., 2015, p. 362).

Tal processo veio ao encontro à política neoliberal vigente com a precarização das relações de trabalho e com a terceirização que fez com que as pessoas perdessem a identidade profissional por exercerem várias atividades ao mesmo tempo. Nessa perspectiva, em relação ao quadro de desemprego estabelecido no país, no setor da saúde não houve um desemprego maciço, porém já se percebe a disposição de um processo de perdas salariais e da jornada de trabalho caracterizada pelo múltiplo emprego.

Nas décadas de 1980 e 1990, com a redemocratização, a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), através da realização de seminários regionais e nacionais, realizou discussões sobre o Perfil e competência dos enfermeiros e Propostas de currículos mínimos de enfermagem, temáticas importantes para a construção coletiva

¹¹ Estratégia adotada no Brasil que reconhece o município como principal responsável pela saúde de sua população. Municipalizar é transferir para as cidades a responsabilidade e os recursos necessários para exercerem plenamente as funções de coordenação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria da saúde local, controlando os recursos financeiros, as ações e os serviços de saúde prestados em seu território. Fonte: www.sistemaunicodesaude.com

de um projeto educacional para a enfermagem do país, que subsidiou o Parecer 314/94 do Conselho Federal de Educação, homologado pela portaria nº. 1721 do Ministério da Educação em 15 de dezembro de 1994, que estabelecia para o curso em Enfermagem o currículo mínimo de 4 anos e máximo de seis anos letivos, abarcando uma carga de 3.500 horas-aula. Ocorre também neste período a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1996, [...] “trazendo importantes transformações para estruturação da educação nacional com vistas à melhoria da qualidade do ensino em todas as suas instâncias (SAUPE, 2000 apud MALISKA et al., 2015, p. 364).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Enfermagem (DCENF), com o objetivo de construção de um perfil acadêmico e profissional que atenda às expectativas do Sistema Único de Saúde (SUS), vêm requerer uma formação de um profissional com capacidade crítica e reflexiva, capaz de atuar com responsabilidade social e compromisso com o indivíduo na promoção da saúde integral da humanidade.

Com a finalidade de qualificar seu corpo docente na segunda metade da década de 1990, as escolas de Enfermagem passaram por um momento de grande mobilização, solicitando aos cursos da região Sudeste que apresentavam maior número de doutores do país assessoria na implantação de pós-graduações; às universidades que apresentavam infraestrutura solicitaram abertura de mestrado. “Outras, que não possuíam doutores em seus quadros, reuniram esforços integrando-se a várias universidades na modalidade de consórcio ou redes de pós-graduação (GUTIÉRREZ et al., 2001 apud MALISKA et al., 2015, p. 369).

Conforme Maliska et al. (2015), o desenvolvimento de grupos de pesquisa representa o *locus* de produção do conhecimento e formação de recursos humanos em pesquisa. Esses são verdadeiros lugares de desenvolvimento de ideias que se projetam na constituição de dissertações e teses que contribuem para despertar o novo através de uma dimensão democrática de permuta e conquista de um espaço voltado para o exercício da pesquisa.

Dados do CNPq referentes ao ano de 2006 divulgaram que o número de grupos de pesquisa registrado era de 331 com indicação de um aumento de 25% em relação aos anos de 2000/2001. Esses 331 grupos possuíam 927 linhas de pesquisa e reuniram 2.558 pesquisadores (CNPQ, 2009).

Percebe-se que a formação do profissional enfermeiro ocorreu dentro de um contexto histórico-político-econômico no mundo e no Brasil, evidenciado nos períodos de conflito da humanidade, descrito pelas guerras ou por necessidades de saúde da população primeiramente em âmbito da saúde pública e, posteriormente, no âmbito hospitalar. Relata-se que foram inúmeras as dificuldades encontradas pelos caminhos percorridos relacionadas à sua formação, que sofreu fortes influências religiosas e militares, e que fatores como a feminização, a fragmentação do trabalho, a alienação ao serviço médico e a morosidade no processo de profissionalização contribuíram para as questões inerentes à subordinação, à desvalorização da sociedade e ao fortalecimento profissional. Mesmo assim, no campo social podemos ressaltar a Enfermagem como uma das primeiras profissões cuja contribuição promoveu a inserção da mulher na vida pública no âmbito do trabalho.

Nessa perspectiva a Enfermagem buscou a construção de uma identidade profissional pautada no aperfeiçoamento, alicerçou suas bases através da fundamentação técnico-científica subsidiada pelas Teorias de Enfermagem, construindo novos paradigmas da profissão inerentes ao novo mundo.

3.3 A ENFERMAGEM NA LITERATURA: A COLEÇÃO ANJOS DE BRANCO

A criação dos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem deu-se através de decreto pelo Congresso Nacional e pela lei 5.905 de 12 de julho de 1973, sancionada pelo então Presidente da República, que nos dois primeiros artigos relata:

Art. 1º - São criados o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e os Conselhos Regionais (COREN), constituindo em seu conjunto uma autarquia, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 2º - O Conselho Federal e os Conselhos Regionais são órgãos disciplinadores do exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de Enfermagem (COFEN, 2009, p.3).

Neste sentido, a formação do sistema COFEN/Conselhos Regionais vem ao encontro de um anseio da categoria que enfrentou décadas de lutas e grandes desafios para a constituição de um órgão com representação no âmbito nacional, estadual e municipal com preocupação para as questões referentes ao exercício profissional. Contudo, o processo efetivo de instalação ocorre somente em 1975.

O sistema COFEN/Conselhos Regionais se constitui como uma autarquia que, segundo o dicionário, caracteriza-se como uma “Entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, sujeita à fiscalização e tutela do Estado com patrimônio constituído de recursos próprios e cujo fim é executar serviços de caráter estatal ou interessantes à coletividade” (FERREIRA, 1986, p. 201).

O artigo 8º da lei 5.905/73 descreve as competências do Conselho Federal, e, no item X, pode-se ler que cabe a ele “promover estudos e campanhas para o aperfeiçoamento profissional” (COFEN, 2009, p. 4). É neste sentido que se pretende circunstanciar o processo de construção da coleção **Anjos de branco**, ocorrida na gestão de 2000 a 2005 com o então presidente do Conselho Federal de Enfermagem Gilberto Linhares Teixeira.

Em uma entrevista realizada pela **Revista Educação Física**, em 2002, com o então presidente do COFEN, perguntado sobre qual o trabalho desenvolvido pelo Conselho e as estratégias usadas na adesão dos inscritos, Gilberto Linhares relatou o seguinte:

[...] Já estamos desenvolvendo novos projetos que visam a aproximar ainda mais nossos inscritos [...] Estamos investindo também no Museu da Enfermagem, em Salvador, terra natal de Ana Nery, o que fará da Enfermagem a primeira profissão regulamentada a possuir uma instituição para contar sua história. Outra iniciativa do COFEN foi a produção o episódio Ana Nery, da série Brava Gente, na Rede Globo. Também firmamos parceria com a Academia Brasileira de Letras para a publicação da coleção Anjos de Branco, na qual vários imortais estão publicando livros em que os protagonistas são Profissionais de Enfermagem. Já estamos abrindo nosso Concurso Literário dirigido, exclusivamente, aos profissionais de Enfermagem. O vencedor terá seu livro publicado pela coleção Anjos de Branco e lançado no 6º congresso, em Setembro de 2003. Tudo isso são iniciativas que fazem a categoria se aproximar mais e mais do COFEN (TEIXEIRA, 2002, p. 24)

O trecho citado evidencia as estratégias para aproximação dos profissionais de enfermagem com o Conselho de classe, além de revelar uma preocupação na divulgação da profissão Enfermagem em diversos meios midiáticos, utilizando-se da televisão, da criação de um Museu e da literatura com uma proposta voltada para a publicação de obras com referências ao profissional de enfermagem.

A concretização desta última estratégia foi construída a partir de uma parceria com a Academia Brasileira de Letras. Desta forma, a encomenda da coleção **Anjos de branco** foi designada ao acadêmico Antonio Olinto, coordenador da edição e autor

do primeiro livro da coleção. Tal evento chamou a atenção da mídia criando uma espécie de censura a quem se propôs a aceitar o desafio.

Em resposta, Antonio Olinto, em matéria escrita no Jornal **Tribuna da Imprensa** em 02 de agosto de 2002, no Rio de Janeiro, faz considerações sobre a cultura de encomenda, apoiado nas teorias da estética da recepção idealizada por críticos literários alemães, e “defende a tese de que o escritor escreve por encomenda dos leitores. [...] o leitor como que encomenda ao seu escritor o livro que ele quer” (OLINTO, 2002. Não paginado).

Nesta perspectiva o acadêmico corrobora com o alemão L.L. Schucking, um dos primeiros intelectuais que analisaram o tema na obra, **A sociologia do gosto literário** (1923). Nesse sentido, Zilberman (2008) relata que o intelectual “visa interpretar as preferências do público, entendido esse como um elemento ativo que interfere não apenas no prestígio de um texto, mas também em sua criação” (ZILBERMAN, 2008. Não paginado).

Estudos mostram que o valor de uma obra está ligado à recepção desta pelo público. Portanto, compreende-se que o leitor não age de forma individualizada ou singular, as sociedades transmitem suas perspectivas dentro de um contexto em que as obras estão inseridas. Hans Robert Jauss sobre a estética da recepção, refere-se à relação dialógica entre a obra e o leitor descrevendo este último como impulsionador capaz de intervir no sistema de circulação da literatura na sociedade, contribuindo por garantir a historicidade das obras literárias.

Para Antonio Olinto a obra depende literalmente do artista e da sociedade que determina a sua posição, pois esta, por meio de suas forças, condiciona os caminhos trilhados pelo artista. A inspiração exercida pelos valores sociais, pensamentos e meios de comunicação impulsionam o artista para o fazer literário.

O escritor ainda argumenta que,

O que se pede é que não se tire do escritor a liberdade de escrever o que ele quiser e como quiser. As palavras emergem do corpo do pensamento, emergem da memória e da experiência, e são como pedras erguendo um mundo novo, criando gente, arrebanhando imagens e paisagens, vistas ou pensadas. O que se exige de quem as cria é que seja fiel a si mesmo, domine os instrumentos de sua língua e saiba avançar pelos tortuosos caminhos da emoção de viver (OLINTO, 2002. Não paginado).

A descrição feita pelo escritor deve-se ao fato deste ter aceito a proposta de coordenação da coleção Anjos de branco, assim como também a encomenda de uma

obra literária. Os argumentos expostos retratam uma defesa da liberdade de criação, visto que este se preocupa em justificar que a capacidade inventiva do escritor não é afetada pelo ato da encomenda.

Contudo, o que se infere também da fala do escritor é a crença na influência social que, conforme Antonio Candido, “[...] traça normas por vezes tirânicas para o amador de arte, e muito do que julgamos reação espontânea de nossa sensibilidade é, de fato, conformidade automática aos padrões [...]” (CANDIDO, 2006, p. 45).

A coleção Anjos de branco foi viabilizada por meio de parceria com a Academia Brasileira de Letras, e o acordo firmado entre o COFEN e a Editora Mondrian¹² de Comunicações Ltda. O termo do acordo foi objeto de questionamento judicial, conforme Relatório de prestação de Contas do TCU-TC-019.164/2011-4,

Trata-se da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Federal de Enfermagem – Cofen, em função de dano ao erário decorrente do pagamento [...] à Mondrian Editora e Comunicação Ltda., a título de aquisição de livros da Coleção Anjos de Branco sem a devida contraprestação por aquela firma.

O Relatório Final da TCE, elaborado no âmbito do Cofen, apontou, em síntese, a existência de um esquema na autarquia federal que possibilitou a ocorrência de pagamentos à Mondrian Editora e Comunicação Ltda., sem cobertura contratual e sem a efetiva contraprestação da empresa retrocitada (TCU-TC, 2011, p.2).

De acordo com o descrito no Relatório de Prestação de Contas do TCU, o processo imprimido ao contrato do COFEN com a Editora Mondrian¹² não seguiu os trâmites legais referentes a uma atividade relacionada a uma autarquia federal, visto que ele deveria decorrer de uma licitação pública para a contratação de empresa com a finalidade de aquisição de livros.

No entanto, o processo se deu através de “[...] termo aditivo a contrato de publicidade, celebrado com o COFEN, no valor de R\$ 30.000,00 mensais [...]” (TCU-TC, 2011, p. 3).

O processo deveu-se também ao pagamento à empresa sem que esta exercesse a contraprestação do serviço referente ao montante contratado pelo Conselho Federal de Enfermagem. Segundo o relatório, foi contratado o total de 189.000 livros da coleção que deveriam ser entregues em 2005 no 9º CBCENF

¹² Fundada em 1997, é uma empresa privada que atua na área de publicações variadas. Tem sua sede no Rio de Janeiro. Fonte: <<http://publicações.findthecompany.com.br/l/146801369/Mondrian-Editora>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

(Congresso Brasileiro de Conselhos de Enfermagem) aos profissionais de enfermagem participantes do evento ocorrido na cidade de Porto Seguro, na Bahia. Contudo, foram entregues somente 3.000 livros. “A Comissão de TCE apontou, em síntese, a existência de um processo doloso na autarquia federal que possibilitou a ocorrência de pagamentos à Mondrian [...], sem cobertura contratual e sem a efetiva entrega dos produtos adquiridos” (TCU-TC, 2011, p. 24)

Polêmicas à parte, a coleção foi coordenada por Antonio Olinto, escritor, poeta, jornalista e crítico literário, acadêmico (ocupou a 8ª cadeira na Academia Brasileira de Letras), e autor do primeiro livro intitulado **A dor de cada um** (2001). A apresentação do livro foi realizada por Gilberto Linhares e o prefácio por José Sarney. O enredo gira em torno da vida de Raquel, uma menina que vive em uma fazenda num pequeno arraial, na Zona da Mata mineira. Raquel tinha grande sensibilidade, gostava da natureza e tinha o hábito de conversar com as plantas. A menina fora estimulada por Tia Júlia à leitura de bons livros, o que, futuramente, levou-a se tornar uma escritora de literatura infantil e reconhecida em todo o território nacional. Raquel apresentava um dom, o de pressentir a doença nas pessoas, experiência vivenciada no momento em que pressente a doença de sua tia Júlia. Neste momento a menina tem seu primeiro contato com a dor, e se dispõe a cuidar da tia, descobrindo sua vocação – a enfermagem, pois além de sua grande sensibilidade de ver o interior das pessoas, apresentava característica altruísta, dispondo seu dom à solidariedade e ao sofrimento humano.

A última página do livro anuncia as próximas quatro publicações da coleção, apresentando seus autores e suas respectivas obras. Além disso, apresenta outros escritores, que seriam convidados: Arthur da Távola, Carlos Heitor Cony, Demócrito Jonathas Azevedo, Domício Proença, Helena Parente Cunha e Raquel de Queiroz.

A segunda obra da coleção, **Maria da paz** (2001), foi escrita por Arnaldo Niskier, jornalista, ensaísta, educador, historiador e acadêmico, ocupante da 18ª. cadeira da Academia Brasileira de Letras. A apresentação do livro é feita pelo próprio autor e o prefácio por Gilberto Linhares.

O romance se passa na pequena Ilha de Paquetá com a descrição de toda sua beleza e dos costumes locais. A narrativa inicia-se com a descrição de Maria da Paz, “Mulata de olhos negros, grandes e expressivos bem delineados, ao sorrir, exibia dentes muito brancos e perfeitos” (NISKIER, 2001, p. 13). Agora moça, deitada numa rede frente ao mar de Paquetá, surgiam lembranças de sua infância. Nestas lá estava

seu grande amigo Carlos, por quem se apaixonou ainda criança e que viria a ser o grande amor de sua vida. A menina pertencia a uma família humilde, seu pai era pescador o que posteriormente iria se tornar um motivo de confronto com a família de Carlos, já que esta tinha uma posição econômica superior. A separação ocorre em virtude da nomeação do pai de Carlos para fora do Brasil. A menina cresce e, assim como uma tia, quer ser enfermeira. Para tal segue para uma Universidade no Rio de Janeiro e passa a dedicar sua vida aos pacientes. Entre os vários plantões tumultuados da rotina hospitalar, a profissional se depara com uma situação de urgência, a qual demanda uma atitude que a coloca em uma circunstância de conflito judicial, o que propiciará seu reencontro com Carlos, agora advogado, que fará sua defesa.

Na última página do livro, anuncia as próximas três publicações da coleção apresentando seus autores e suas respectivas obras. Nesta página também encontra-se a lista de outros autores convidados que são os mesmos descritos no primeiro livro da coleção.

A terceira obra, intitulada **Ana Néri**, a brasileira que venceu a guerra (2002), é escrita por José Louzeiro, jornalista, escritor e roteirista. Neste livro não há apresentação, e o prefácio foi novamente feito por Gilberto Linhares. Esta obra faz parte do *corpus* desta pesquisa, sendo uma das eleitas da coleção **Anjos de branco** para a realização de análise literária. A obra narra a vida de Ana Néri que, aos 29 anos, vê-se viúva de um capitão de fragata, e ainda mãe de três filhos. A Guerra do Paraguai tornaria o centro de sua vida, uma vez que seus filhos foram convocados. A mãe coloca-se à disposição para trabalhar junto aos feridos e, destemida, mostra-se pronta para enfrentar as possíveis adversidades no território de batalha.

A última página do livro mostra os próximos dois livros apresentados pelos autores e suas respectivas obras. Percebe-se que na lista dos outros autores a serem convidados já não consta mais o nome do escritor Demócrito Jonathas Azevedo.

A quarta obra da coleção, **Guilhermina**, enfermeira e tia da república (2002), escrita por Carlos Nejar, poeta e tradutor membro da Academia Brasileira de Letras, ocupante da 4ª. cadeira. Neste livro também não há apresentação, e o prefácio é de Gilberto Linhares. Esta obra traz uma instigante parábola sobre uma enfermeira, contada pelas lembranças de seu sobrinho, que a observava sempre em suas atividades com seus pacientes e que a admirava por sua vocação e virtude em servir a todos aqueles que dela precisassem. Retrata a grande luta entre a vida e a morte,

presenciada por aqueles que trabalham em um hospital. “A morte está sempre a roer e passa perto! – bradou-me Guilhermina, emproada num uniforme branco, engomado, às vezes maior do que ela” (NEJAR, 2002, p. 13) e descreve uma característica peculiar da personagem que utiliza de provérbios convenientes em suas falas: “– A minha lógica – afirmava Guilhermina – é dos aparentemente loucos: os que se entendem no amor! – E na minha lógica – emendei: ‘Deus só dá toucas, aos que têm almas soltas!’” (NEJAR, 2002, p.100, grifo do autor). Portanto é possível certificar a grande admiração do sobrinho pela tia, esta personagem que também apresenta certa ambiguidade dita como tia da República, mas com afeições para a Monarquia trazidas por sucessão paterna.

A última página do livro mostra as seis primeiras obras da coleção e seus respectivos autores. A lista de outros autores a serem convidados apresenta-se diferente da anterior com novos autores: Gilberto Linhares, Patch Adams, Paulo Coelho, Rubem Fonseca e Zélia Gatai.

A quinta obra da coleção **Claras manhãs de Barra Clara** (2002), de Helena Parente Cunha, escritora, poeta e ensaísta. A apresentação é realizada por Assis Brasil, o prefácio novamente feito por Gilberto Linhares e ainda Antonio Olinto escreve sobre Helena Parente com o título: **E assim era e foi**. Percebe-se uma curiosidade: a própria Helena Parente Cunha escreve **Antes de começar minha estória**, a escritora inicia o parágrafo discutindo sobre a necessidade de se fazer certos esclarecimentos. Ela relata que, ao ser convidada por Antonio Olinto, teve “um momento de hesitação, pois nunca havia trabalhado, na minha criação literária, com tema predeterminado” (CUNHA, 2002, p. 20). No entanto, afirma ter se apaixonado por sua personagem e pela narrativa, e que, antes de pensar na protagonista, ela estava certa de escrever uma coleção de poemas inspirados no surpreendente trabalho dos enfermeiros, mas a grande personagem veio se achegando e ocupou o seu plano de ação.

Depreende-se, no entanto, a questão abordada pela autora em relação ao estigma da coleção encomendada, o que parece não ter sido diluído completamente, já que a mesma sente a necessidade de se justificar.

A narrativa se passa no bairro de Barra Clara, na cidade de Salvador no litoral da Bahia. Nesta perspectiva, a autora apresenta duas narradoras representadas pelo passado e pelo presente. Por meio de uma narrativa memorialística, traz à tona os costumes da vida no período da Segunda Guerra Mundial, revelados pelas conversas na calçada, pelos grandes quintais ensolarados e pelas vidas das senhoras donas de

casa que viviam para seus maridos e filhos. A narrativa de outrora é realizada por uma menina que descreve tudo o que vê da janela de sua casa e dizia que gostava de ver o deslocar das pessoas, e compartilha tudo com sua amiga Maritinha, que também fica do outro lado da rua na janela de sua casa. A pequena menina tinha o olhar voltado a todos que por ali passavam e vai narrando o modo de viver das pessoas no estimado bairro de Barra Clara. Deste modo, é perceptível sua grande admiração por Mãe Donana. “– Mãe Donana lá vem na esquina, como sempre vestida de branco. – Ela está de sapato novo. A bênção Mãe Donana” (CUNHA, 2002, p. 26). Mãe Donana é enfermeira que cuida dos doentes, conforta os angustiados, além de ser uma mulher forte e politizada que não aceita o pré-estabelecido e as intransigências da sociedade.

Na última página do livro percebe-se que a lista dos outros autores a serem convidados foi novamente alterada, aparecendo novos convidados como é o caso de Josué Montello, Luis Fernando Veríssimo, Murilo Melo Filho, Nélida Piñon, acrescidos aos apresentados na quarta obra.

A sexta obra da coleção, **A terapia do amor** (2002), foi escrita por Patch Adams, médico. Tradução do original americano realizada por Antonio Olinto possui prefácio de Gilberto Linhares, além de prefácio do Editor da Universal Studios, empresa que proporcionou a realização do filme Patch Adams. A edição conta ainda com uma apresentação realizada pelo médico Matthew A Buld M.D. professor assistente da escola Médica de Harvard e diretor de programas de medicina de comportamento; agradecimentos do autor e prefácio realizado pela coautora Maureen Mylander.

O enredo revela os percalços vivenciados por um adolescente, cujo pai, perturbado pela guerra, morre antecipadamente; mostra também a loucura do tio, que era seu amigo confidente. Este processo fez com que ele mesmo pedisse à mãe que o internasse no hospital de doentes mentais, e tais experiências fizeram-no refletir sobre os verdadeiros valores da vida. Quando adulto, na escola de Medicina, enfrentou grandes desafios devido a sua visão crítica do mundo e por sua forma diferente de pensar em relação aos professores, cujo pensamento fazia parte de um sistema arcaico. Resolve, então, que para sua vida pessoal e profissional teria como único objetivo cuidar das pessoas tendo por filosofia a felicidade, a verdadeira terapia do amor.

Na última página do livro são apresentados os mesmos autores convidados descritos no quinto livro da coleção.

A sétima obra da coleção, **Os pecados da santa** (2003), de Marcos Santarrita, escritor, jornalista, tradutor e crítico literário. Não há neste livro apresentação, e o prefácio coube a Gilberto Linhares; Antonio Olinto escreve sobre Marcos Santarrita sob o título de: **Um romancista**. Nesta obra a personagem principal é Belinha, uma jovem que carrega o estigma de que outrora fora uma prostituta. A história apresenta, durante toda a narrativa, um conflito existencial motivado por problemas pessoais e psicológicos. No entanto, a personagem se vê envolvida por sua verdadeira vocação de cuidar das pessoas. Por intermédio de um namorado, cabo e enfermeiro do exército, faz o curso de enfermagem com a finalidade de se colocar a serviço na guerra para fugir de seus problemas, mas o destino a leva a outro lugar.

Na última página do livro percebe-se que a lista de convidados apresenta um novo escritor: Fernando Sabino. Estão apresentadas também as sete obras e seus respectivos escritores.

A oitava obra da coleção, **Uma luta pela vida** (2003), é fruto de um concurso literário promovido pela editora Mondrian, o qual teve a participação de 651 autores, sendo vencedora Lia Persona, com 23 anos, à época técnica de enfermagem, cursando a Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp. O romance, que mescla ficção e realidade, tinha como título provisório **Meu irmão, meu cuidado**, e foi escolhido pela comissão julgadora responsável pelo concurso, composta pelos escritores Antonio Olinto, Arnaldo Niskier e José Louzeiro, que ficaram motivados com o recurso literário usado pela escritora. A obra foi lançada no 6º. Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem em Florianópolis (SC), em setembro de 2003.

A apresentação do livro é de Gilberto Linhares, e o prefácio escrito por Antonio Olinto.

A história conta a adoção, por parte dos pais da autora, de uma criança de 4 anos de idade, cega e com paralisia cerebral. Na época, Lia Persona tinha 6 anos de idade e não compreendia bem o que estava acontecendo. A menina cresce passando toda sua infância e juventude junto daquela criança, aprendendo a compreendê-la e a amá-la. Por cuidar do irmão desde bem nova, ascende em seu ser a vocação pela enfermagem.

O recurso literário utilizado pela escritora e que encantou a comissão organizadora foi a forma utilizada para escrever sua rotina com a criança. Ou seja, é uma narrativa intercalada pelo diálogo com seu diário. Desta forma a autora demonstra sua grande capacidade de transcender as barreiras da vida, e, conforme

relata Antonio Olinto, “atinge a romancista um nível seguro de narração, usando o contraponto de um diário, da própria narradora, como espelho em que se refletem suas certezas e suas dúvidas” (OLINTO, 2003, p.9).

Na última página seguem descritos os livros já publicados da coleção **Anjos de branco**; e a lista de autores convidados preserva os mesmos descritos no sétimo livro da coleção.

A nona obra da coleção, **Histórias de aprendiz** (2004), de Moacyr Scliar, médico, escritor, acadêmico ocupante da 31ª. cadeira da Academia Brasileira de Letras, tem apresentação feita por Antonio Olinto e o prefácio de Gilberto Linhares.

A história se passa em um ambiente hospitalar e conta sobre as relações estabelecidas pelos profissionais: enfermeiros, médicos e pacientes. Neste local um jovem médico e uma enfermeira já experiente na vida pessoal e profissional se apaixonam. Desta forma, a narrativa traz elementos que mesclam sentimentos e questões de aprendizagem na vida, retirada das mais diversas relações humanas. O autor descreve o cotidiano de um hospital e as experiências passadas pelo jovem que, ansioso por realizar as primeiras atividades como médico, vai aprendendo com os pacientes que atende, bem como com outros profissionais, como é o caso da enfermeira Iris.

A última página segue com os livros já publicados da coleção **Anjos de branco**, incluindo o de Moacyr Scliar; e a lista de outros autores convidados, os mesmos descritos no oitavo livro da coleção.

Nota-se, contudo, que o nome de Moacyr Scliar não constava de nenhuma listagem anteriormente apresentada nos respectivos livros da coleção, assim como o de Renato Aragão que é o próximo livro da coleção.

A décima obra da coleção, **Amizade sem fim** (2004), de Renato Aragão, artista, roteirista, advogado e escritor, tem também a apresentação feita por Gilberto Linhares e o prefácio por Carlos Heitor Cony.

A história gira em torno de um grande conflito existencial de um jovem empresário rico que, por não encontrar sentido na sua vida, abandona seu trabalho como diretor na empresa do pai e sai pela vida em busca de seu autoconhecimento. Em contato com a realidade percebe o paradoxo da vida e vê-se ameaçado pela violência e crueldade urbana. Nesta busca incessante pelo verdadeiro sentido da vida é que Ely vai parar no convento da irmã Valença e encontra-se com a jovem enfermeira Sofia, pessoa amável e detentora de grandes valores por quem se

apaixona. Ali passa por experiências importantes vivenciadas ao lado de Sofia, colocando-se a serviço do próximo, e percebe a importância do ser em detrimento do ter. No entanto, Ely ainda não compreende o sentido de sua vida e, para compreendê-la busca tratamento junto a uma amiga, Sara – participando de sessões de hipnose e regressões, por meio das quais descobre que as pessoas a quem mais ama estiveram com ele em outras vidas e, no findar de sua regressão descobre-se amigo de Jesus.

A última página segue com os livros já publicados da coleção **Anjos de branco**, incluindo o de Moacyr Scliar e o de Renato Aragão. Aparece ainda o próximo lançamento, **A Enfermeira Lindomar e outras histórias**, de Raquel de Queiroz. Na lista de outros autores convidados, já não aparece o nome de Gilberto Linhares, preservando-se os demais descritos no nono livro da coleção.

A décima primeira obra da coleção, **A Enfermeira Lindomar e outras histórias** (2004), de Raquel de Queiroz, cronista, jornalista, escritora, acadêmica, ocupante da 5ª. cadeira da Academia Brasileira de Letras, já não conta mais com a apresentação, e a introdução é feita por Arnaldo Niskier, membro da Academia Brasileira de Letras. O prefácio é substituído por um prólogo realizado por Gilberto Linhares.

Arnaldo Niskier, amigo e afilhado de Raquel de Queiroz, esteve em seu apartamento no Rio de Janeiro e a convidou para escrever um livro sobre enfermagem, cujo título, **Noites de luar**, ele próprio sugeriu. Tal fato já havia ocorrido em um tempo anterior, mas a escritora não aceitara devido à sua lealdade à editora à qual era vinculada. Nesta nova ocasião, ela aceitou e com grande entusiasmo iniciou a escrita no mesmo momento. Nesta época Raquel de Queiroz já se encontrava doente e surge a ideia da elaboração de um livro de crônicas, a partir da história da Enfermeira Lindomar. O livro discorre sobre a vida de uma enfermeira de vinte e cinco anos e suas relações amorosas, seguindo com crônicas elaboradas por uma diversidade de assuntos bastante instigantes.

Este livro póstumo trata-se de uma homenagem à escritora, um trabalho que foi interrompido devido à doença de Raquel de Queiroz e que teve continuidade graças à irmã Maria Luiza, a partir de apontamentos da acadêmica imortal.

Na última página seguem os livros já publicados da coleção, preservando-se a lista de outros autores convidados, os mesmos descritos no décimo livro da coleção.

Durante a pesquisa encontramos um livro de Carlos Heitor Cony, publicado em 2007 pela editora Mem Vav Mem, em cuja apresentação, efetivada por Maria da Graça

Piva, é relatado o contato realizado com o escritor no 7º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem – CBCENF, em Fortaleza-CE e faz referência ao apoio dado pelo Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN/RS para a publicação desta obra que discorre sobre questões referentes à eutanásia, tendo como personagem principal uma enfermeira que vivencia tal situação durante sua vida profissional. Ficou uma interrogação a respeito de tal obra, visto que Carlos Heitor Cony era um dos autores convidados a produzir uma obra para compor a coleção **Anjos de branco**, e tendo o livro tanto a temática, quanto o personagem principal: o enfermeiro, aspectos necessários para a composição da coleção **Anjos de branco**. Sabemos, contudo, do problema fiscal já descrito anteriormente, o que poderia configurar-se em um obstáculo à publicação do livro pela Editora Mondrian e consequente inclusão deste à Coleção. No processo descrito pelo TCU há um relato sobre a coleção sendo apresentado por 12 livros, o que significa que poderia ser este o último livro da Coleção.

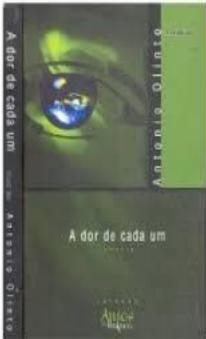
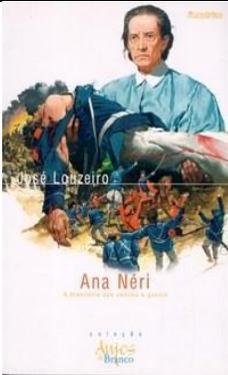
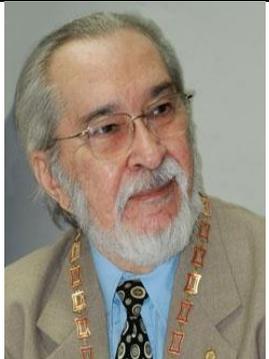
Pesquisando na expectativa de encontrar algo que pudesse revelar a resposta a tal interrogação em relação à obra **A morte e a vida** (2007), de Carlos Heitor Cony, dedicamo-nos mais uma vez à tentativa de responder a tal questionamento. Nesta perspectiva encontramos uma entrevista contida no Jornal **Folha de São Paulo** – Em busca do contraponto de 25 de novembro de 2006, em que o autor é perguntado: “Seu próximo livro, **A morte e a vida** foi sob encomenda e é sobre enfermagem. Por quê?”

O acordo com quem encomendou [Conselho Nacional de Enfermagem patrocina coleção da editora Mondrian] era de que era preciso ter uma enfermeira na história. Eu aproveitei esse tema para discutir a eutanásia. É um questionamento sobre o valor da eutanásia. Sou a favor da eutanásia. Mas no livro eu não pude defender isso. O livro é a favor da ortotanásia. Ou seja, está politicamente correto. Será talvez, o único livro politicamente correto que eu escrevi (risos) (CONY, 2006. Não paginado).

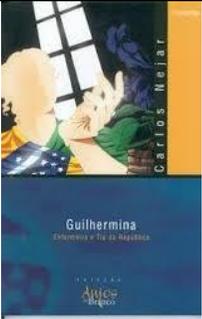
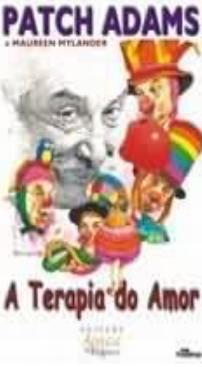
Portanto, torna-se evidente que o livro do escritor seria mesmo a décima segunda obra da coleção **Anjos de branco** e que, provavelmente em decorrência do problema judicial envolvendo o COFEN e a editora Mondrian a obra foi publicada em 2007 por outra editora, não saindo vinculada à coleção.

Os quadros a seguir, com detalhamento das obras que compõem a coleção **Anjos de branco**, organizam os aspectos até aqui descritos.

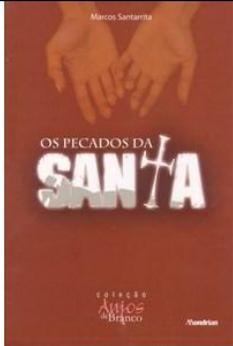
Quadro 1: Descrição Obras de 1 a 3 da Coleção Anjos de Branco

OBRA	AUTOR	ANO PUBLICAÇÃO	APRESENTAÇÃO	PREFÁCIO	OBRAS ÚLTIMA PÁGINA	OUTROS AUTORES CONVIDADOS
	 Antonio Olinto	2001	Gilberto Linhares	Jose Sarney	<ul style="list-style-type: none"> - A dor de cada um - Maria da Paz - Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra - Guilhermina, enfermeira e tia da república - Os pecados da Santa 	<ul style="list-style-type: none"> - Arthur da Távola - Carlos Heitor Cony - Demócrito - Jonathas Azevedo - Domício Proença - Helena Parente Cunha - Raquel de Queiroz
	 Arnaldo Niskier	2001	Arnaldo Niskier	Gilberto Linhares	<ul style="list-style-type: none"> - A dor de cada um - Maria da Paz - Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra - Guilhermina, enfermeira e tia da república - Os pecados da Santa 	<ul style="list-style-type: none"> - Arthur da Távola - Carlos Heitor Cony - Demócrito Jonathas Azevedo - Domício Proença - Helena Parente Cunha - Raquel de Queiroz
	 José Louzeiro	2002	Não há	Gilberto Linhares	<ul style="list-style-type: none"> - A dor de cada um - Maria da Paz - Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra - Guilhermina, enfermeira e tia da república - Os pecados da Santa 	<ul style="list-style-type: none"> - Arthur da Távola - Carlos Heitor Cony - Domício Proença - Helena Parente Cunha - Raquel de Queiroz

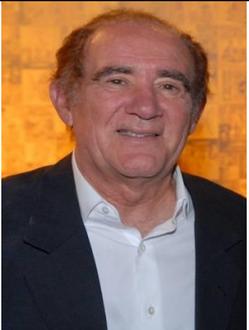
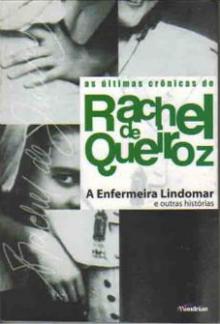
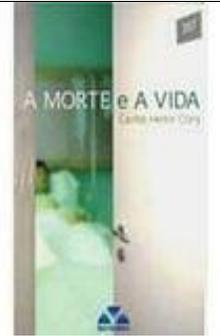
Quadro 2: Descrição Obras de 4 a 6 da Coleção Anjos de Branco

OBRA	AUTOR	ANO PUBLICAÇÃO	APRESENTAÇÃO	PREFÁCIO	OBRAS ÚLTIMA PÁGINA	OUTROSAUTORES CONVIDADOS
	 Carlos Nejar	2002	Não há	Gilberto Linhares	<ul style="list-style-type: none"> - A dor de cada um - Maria da Paz - Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra - Guilhermina, enfermeira e tia da república - Os pecados da Santa - As claras manhãs de Barra Clara 	<ul style="list-style-type: none"> - Arthur da Távola - Carlos Heitor Cony - Domício Proença - Gilberto Linhares - Patch Adams - Paulo Coelho - Raquel de Queiroz - Rubem Fonseca - Zélia Gatai
	 Helena Parente Cunha	2002	Gilberto Linhares	Assis Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - A dor de cada um - Maria da Paz - Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra - Guilhermina, enfermeira e tia da república - As claras manhãs de Barra Clara - A terapia do amor - Os pecados da Santa 	<ul style="list-style-type: none"> - Arthur da Távola - Carlos Heitor Cony - Gilberto Linhares - Josué Montello - Luis Fernando Veríssimo - Murilo Melo Filho - Nélida Piñon - Paulo Coelho - Raquel de Queiroz - Rubem Fonseca - Zélia Gatai
	 Patch Adams	2002	Matthew A. Buld	Gilberto Linhares	<ul style="list-style-type: none"> - A dor de cada um - Maria da Paz - Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra - Guilhermina, enfermeira e tia da república - As claras manhãs de Barra Clara - A terapia do amor - Os pecados da Santa 	<ul style="list-style-type: none"> - Arthur da Távola - Carlos Heitor Cony - Gilberto Linhares - Josué Montello - Luis Fernando Veríssimo - Murilo Melo Filho - Nélida Piñon - Paulo Coelho - Raquel de Queiroz - Rubem Fonseca - Zélia Gatai

Quadro 3: Descrição Obras de 7 a 9 da Coleção Anjos de branco

OBRA	AUTOR	ANO PUBLICAÇÃO	APRESENTAÇÃO	PREFÁCIO	OBRAS ÚLTIMA PÁGINA	OUTROS AUTORES CONVIDADOS
	 Marcos Santarrita	2003	Um romancista Antonio Olinto	Gilberto Linhares	<ul style="list-style-type: none"> - A dor de cada um - Maria da Paz - Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra - Guilhermina, enfermeira e tia da república - Os pecados da Santa - As claras manhãs de Barra Clara - A terapia do amor 	<ul style="list-style-type: none"> - Arthur da Távola - Carlos Heitor Cony - Fernando Sabino - Gilberto Linhares - Luis Fernando Veríssimo - Nélide Piñon - Patch Adams - Paulo Coelho - Raquel de Queiroz - Rubem Fonseca - Zélia Gatai
	 Lia Persona	2003	Gilberto Linhares	Antonio Olinto	<ul style="list-style-type: none"> - A dor de cada um - Maria da Paz - Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra - Guilhermina, enfermeira e tia da república - Os pecados da Santa - As claras manhãs de Barra Clara - A terapia do amor - Uma luta pela vida 	<ul style="list-style-type: none"> - Arthur da Távola - Carlos Heitor Cony - Fernando Sabino - Gilberto Linhares - Luis Fernando Veríssimo - Nélide Piñon - Patch Adams - Paulo Coelho - Raquel de Queiroz - Rubem Fonseca - Zélia Gatai
	 Moacyr Scliar	2004	Antonio Olinto	Gilberto Linhares	<ul style="list-style-type: none"> - A dor de cada um - Maria da Paz - Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra - Guilhermina, enfermeira e tia da república - Os pecados da Santa - As claras manhãs de Barra Clara - A terapia do amor - Uma luta pela vida - Histórias de Aprendiz 	<ul style="list-style-type: none"> - Arthur da Távola - Carlos Heitor Cony - Fernando Sabino - Gilberto Linhares - Luis Fernando Veríssimo - Nélide Piñon - Patch Adams - Paulo Coelho - Raquel de Queiroz - Rubem Fonseca - Zélia Gatai

Quadro 4: Descrição Obras de 10 a 11 da Coleção Anjos de branco

OBRA	AUTOR	ANO PUBLICAÇÃO	APRESENTAÇÃO	PREFÁCIO	OBRAS ÚLTIMA PÁGINA	OUTROS AUTORES CONVIDADOS
 <p>AMIZADE SEM FIM RENATO ARAGÃO</p>	 <p>Renato Aragão</p>	2004	Gilberto Linhares	Carlos Heitor Cony	<ul style="list-style-type: none"> - A dor de cada um - Maria da Paz - Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra - Guilhermina, enfermeira e tia da república - Os pecados da Santa - As claras manhãs de Barra Clara - A terapia do amor - Uma luta pela vida - Histórias de Aprendiz - Amizades sem Fim 	<ul style="list-style-type: none"> - Arthur da Távola - Carlos Heitor Cony - Fernando Sabino - Luis Fernando Veríssimo - Nélide Piñon - Patch Adams - Paulo Coelho - Raquel de Queiroz - Rubem Fonseca - Zélia Gatai
 <p>as últimas crônicas de Rachel de Queiroz A Enfermeira Lindomar e outros histórias</p>	 <p>Raquel de Queiroz</p>	2004	Arnaldo Niskier	Gilberto Linhares	<ul style="list-style-type: none"> - A dor de cada um - Maria da Paz - Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra - Guilhermina, enfermeira e tia da república - As claras manhãs de Barra Clara - A terapia do amor - Os pecados da Santa - Uma luta pela vida - Histórias de Aprendiz - Amizades sem Fim 	<ul style="list-style-type: none"> - Arthur da Távola - Carlos Heitor Cony - Gilberto Linhares - Josué Montello - Luis Fernando Veríssimo - Murilo Melo Filho - Nélide Piñon - Paulo Coelho - Raquel de Queiroz - Rubem Fonseca - Zélia Gatai
 <p>A MORTE e A VIDA Carlos Heitor Cony</p>	 <p>Carlos Heitor Cony</p>	2007	Maria da Graça Piva	Não há		

A partir de uma parceria com a Academia Brasileira de Letras, cinco dentre os escritores que publicaram obras para a composição da coleção **Anjos de branco** eram membros da ABL e outros seis não, isso se for desconsiderado o volume de Carlos Heitor Cony, já que este é um membro da Academia.

No conjunto da coleção percebemos que os romances apresentam um caráter paradigmático na medida em que procuraram analisar o profissional de enfermagem, buscando mostrar alguns aspectos inerentes à profissão, e destaca temáticas relevantes dentro da complexidade das relações humanas. Em várias obras são incorporados à essência da profissão aspectos como religiosidade, amor, disciplina, hierarquia, cuidado com o ser humano, ou seja, predominam valores tradicionais que, embora estejam relacionados aos primórdios da enfermagem, não constituem pré-requisitos para esta profissão atualmente.

O projeto apresentado pelo presidente do Conselho Federal de Enfermagem por meio de uma parceria com a Academia Brasileira de Letras propõe a produção de obras literárias por escritores renomados nas quais o protagonista seja o enfermeiro. Essa iniciativa é parte de uma campanha publicitária com a finalidade de obter o reconhecimento da sociedade e elevar a imagem do profissional de enfermagem. Apesar de ter se constituído numa proposta de grande relevância e a iniciativa ter sido inovadora, pode não ter alcançado seus objetivos. O resultado pode ter sido comprometido tanto pelos trâmites irregulares do projeto, já que pode ter prejudicado a divulgação do trabalho desenvolvido, quanto pela imagem que comparece nas obras levadas a termo.

Na próxima seção, a partir da análise de duas obras pretendemos inventariar esta imagem, observando o quanto ela domestica a visão tradicional ou problematiza esta mesma visão.

4. DUAS OBRAS DE ENCOMENDA

Esta seção é dedicada à apresentação de duas obras da coleção **Anjos de branco**, com intuito de verificar a figuração da personagem enfermeira, buscando salientiar os aspectos de domesticação e consolidação da recepção ou problematização da visão desta profissional.

Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra, terceira obra da coleção **Anjos de branco**, foi escrita por José Louzeiro (1932), jornalista, escritor e roteirista, nascido em São Luiz, Maranhão. Estreou na literatura em 1958 com o volume de contos intitulado **Depois da luta**.

Autor de mais de 40 livros e criador no Brasil do gênero intitulado romance-reportagem, José Louzeiro colaborou como roteirista da adaptação para o cinema de seu romance **Lúcio Flávio**, o passageiro da agonia (1975), como também do romance **Infância dos mortos** (1977), adaptado para o filme **Pixote: a lei do mais fraco**. Dedicou-se à literatura infantojuvenil e à pesquisa biográfica. O escritor, em sua *performance* literária, circula por entre os gêneros biografia e romance-reportagem. É autor da biografia de Elza Soares – **Cantando para não enlouquecer** (1997); A história de Gregório Fortunato, o guarda costa de Getúlio Vargas - **O anjo da fidelidade** (2000), a história da grande heroína brasileira - **Ana Néri**, dentre outros escritos biográficos.

Neste sentido, conforme Felipe Pena (2006), o autor com domínio da técnica narrativa de romance reportagem, como forma de contextualizar certos acontecimentos, busca a representação do real por meio de recursos literários como o aprofundamento de fatos reais. Portanto, o autor supostamente não cria, mas se detém aos fatos e no modo literário cuida de apresentá-los ao leitor. Neste aspecto, por meio da análise da obra em questão, ou seja, **Ana Néri**, a brasileira que venceu a guerra, percebe-se que foram utilizados elementos extraídos do gênero romance-reportagem não se fundamentando na verdade, mas evocando aspectos de verossimilhança.

Os pecados da santa, é a sexta obra da coleção **Anjos de branco**, escrita por Marcos Santarrita (1941-2011), jornalista, escritor e tradutor nascido em Aracajú, Sergipe; o autor conta com mais de uma dezena de livros entre contos e romances, além de ter traduzido mais de cem obras da literatura clássica.

Em 1960, foi recebido com admiração pela crítica ao publicar o romance **Ilha dos trópicos** e premiado por duas vezes pela Academia Brasileira de Letras, primeiramente por seu romance **Mares do sul** (1999), no gênero ficção em 2001 e, em 2004, pelo conjunto da obra traduzida.

É interessante destacar que, em entrevista, o escritor relatou que seus romances não se tratavam de documentos, mas de possibilidades dos leitores de se aventurarem por um mundo de imaginação. Este relato foi descrito pelo autor, referindo-se à obra **Mares do sul**, a qual lhe deu o prêmio da Academia Brasileira de Letras no gênero ficção.

Neste sentido, corroboramos com o autor, já que por meio da análise da obra **Os pecados da santa** fomos instigados a aventurarmos em seu mundo fictício e aprofundarmos nas nuances da obra, como forma de conhecer as dicotomias da protagonista santa e pecadora.

4.1 ANA NERI, A BRASILEIRA QUE VENCEU A GUERRA

A obra de José Louzeiro inicia-se retratando as condições vivenciadas na antiga vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto, que se transformou na cidade de Cachoeira. No primeiro capítulo, o narrador destaca os conflitos ocorridos entre os anos de 1800 a 1821 na vila, assim como em toda a Província da Bahia referindo-se às indisposições acirradas entre brasileiros e portugueses.

Neste contexto são apresentadas as duas heroínas baianas: a primeira, Madre Joana Angélica (1762-1817), que se posicionou à frente da tropa de soldados quando invadiram o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, pensando que eles pudessem respeitar a casa de Deus; porém, foi assassinada com uma estocada de baioneta. A segunda heroína elencada é Maria Quitéria de Jesus Medeiros (1792-1853), camponesa moradora das proximidades de Cachoeira; tinha grande habilidade com arma de fogo e, por isso, caçava desde menina. A moça apresentou-se como voluntária no movimento pela Independência e organizou uma corporação feminina, que teve grande destaque no conflito contra os portugueses. “Maria Quitéria serviu também no batalhão de infantaria ‘Voluntários do Príncipe Dom Pedro’ ou, como o povo chamou, ‘Batalhão dos Periquitos’” (LOUZEIRO, 2002, p.19, grifo do autor). Por

isso, recebeu as insígnias de cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, criada como forma de realçar os heróis da Independência.

Ana Justina Ferreira também nasceu em Cachoeira, em 13 de dezembro de 1814, filha de Luiza Maria das Virgens e de José Ferreira de Souza. Seus pais eram proprietários de fazendas e terras em Santo Amaro e moravam no casarão da Rua da Matriz, nº 7, ao lado da igreja.

Conforme o autor José Louzeiro (2002),

Ana era irmã de Manoel Jerônimo Ferreira, tenente-coronel que comandou o 10º Batalhão de Voluntários da Pátria durante a Guerra do Paraguai; Joaquim Maurício Ferreira, também tenente-coronel, comandante do 41º batalhão de Voluntários; Ludugério Rodrigues Ferreira, médico; Benício Ferreira, corretor e fazendeiro (LOUZEIRO, 2002, p. 22).

Pela descrição é possível perceber a boa condição socioeconômica de sua família, estado que não se alterou com o advento do casamento, pois Ana Justina Ferreira casou-se aos 23 anos com Isidoro Antonio Néri, português, capitão-de-fragata, com quem teve três filhos: Justiniano de Castro Rabello (1839), Isidoro Antonio Néri (1841), e Pedro Antonio Néri (1842). Isidoro Néri passava muito tempo fora de casa, devido às viagens demasiadamente longas, e conforme Louzeiro, no dia 15 de julho de 1844, o casarão da Matriz se apresentava em festa com preparativos para a chegada do esposo de Ana Justina.

A descrição do episódio, nos fragmentos seguintes, ficcionaliza a condição de abastança da família de Ana Néri.

[...] Os escravos movimentavam-se esfregando o chão e as negras que trabalhavam na cozinha desdobravam-se em criatividade, a fim de produzir pratos saborosos e sobremesas irresistíveis.
 [...] No porão do prédio, lugar da adega, escravas com anos de experiência coavam licores especiais de pitanga, leite e cajá.
 No amplo salão de tábuas de jacarandá, coberto de tapetes, as costureiras preparavam cortinados para os janelões coloniais
 [...] As cortinas – longas peças de veludo carmesim intenso – foram instaladas com a ajuda do negro Tobias Zomba.
 No seu quarto, ajudada pelas costureiras e a aia Matilde, Ana experimenta o vestido que usaria no reencontro com o marido, fora há quase seis meses (LOUZEIRO, 2002, p. 22).

Nota-se que o autor procurou enfatizar as condições sociais vivenciadas por Ana Néri com a descrição do casarão de amplo salão de tábuas de jacarandá, fazendo referências aos ornamentos como tapetes e cortinas de veludo, peças importantes na

composição do ambiente em determinada época. O relato se refere também à quantidade numerosa de escravos que então caracterizava uma família com condições econômicas bem satisfatórias.

Na sequência, a ficcionalização da cena prossegue na descrição do lugarejo em festa, preparando-se para a chegada de Isidoro Néri; contudo, a notícia que viria era da morte do capitão. “O casarão que se preparara para uma festa, cobriu-se de luto e tristeza. A bandinha de mestre Paulino passou a tocar marchas fúnebres. Os sinos da Igreja da Matriz dobravam pelo finado” (LOUZEIRO, 2002, p. 26).

Ana Néri ficou viúva aos 30 anos de idade e com três filhos para criar; entrou em luto, assim permanecendo por seis anos, de 1844 a 1850.

Na época da viuvez de Ana Néri, os dogmas da igreja sugeriam que fosse vigilante com as mulheres casadas a fim de dar exemplos virtuosos, sendo amiga dos retiros e inimiga dos divertimentos mundanos. Aplicada na oração, devia zelar cuidadosamente pela sua boa reputação, amar a mortificação e trabalhar para a glória de Deus (LOUZEIRO, 2002, p. 31).

Percebe-se que o relato é complementado com dados sobre os costumes da época, corroborado por Maria Ângela D’Incão (2013), ao relatar sobre “a idéia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera familiar ‘burguesa e higienizada’” (D’INCÃO, 2013, p.229, grifo da autora). Este desígnio da Santa Igreja preconizou-se na vida de Ana Néri que, anteriormente à sua viuvez, já disponibilizava do seu tempo para atuação nas obras assistenciais junto às irmãs de São Vicente de Paulo.

Com os filhos já na idade de irem para a escola, Ana Néri muda-se para Salvador; no entanto, tomou importantes decisões referentes aos negócios de seus pais: libertou seus escravos e nomeou Tobias Zomba como administrador de suas terras e fazendas. Este comportamento demonstra o caráter de solidariedade e humanidade em relação aos escravos e de confiança de Ana Néri no escravo Tobias, considerado como membro da família. Neste aspecto, o autor apresenta uma mulher forte e decidida, que, mediante a situação, tomou decisões importantes demonstrando características relacionadas à figura feminina além de sua época.

Ana Néri era uma mulher de grande fé e devoção e desenvolvia trabalhos assistenciais junto às irmãs Vicentinas.

Aprendeu a lidar com os portadores de doenças contagiosas, a produzir remédios caseiros, a lutar com todas as forças por aqueles que se encontravam à beira da morte [...], chegou a operar a perna de uma escrava, às vésperas de ser afetada pelo tétano (LOUZEIRO, 2002, p. 30).

Em outra situação relata: “- O pimentão amarelo, meu jovem, é um grande antiinflamatório. O urucum tem propriedades fixadoras” (LOUZEIRO, 2002, p. 131).

O fragmento retirado da obra destaca o aprendizado de Ana Néri com as irmãs Vicentinas, corroborando com a história que destaca a instituição eclesial como forte contribuidora na formação da profissão de enfermagem. Configura um cuidado executado por pessoas laicas e explicita também o uso de remédios caseiros e ervas, caracterizando um cuidado empírico, conforme descrito na seção 3 deste trabalho.

Os filhos de Ana Néri, Justiniano e Isidoro Antonio, formaram-se médicos, e o mais novo, Pedro Antonio, era militar. Todos foram convocados para atuarem na Guerra do Paraguai, que, segundo a narrativa, ocorre a partir do ano de 1864: “No ano de 1864, o império brasileiro começou a articular, politicamente, o que seria sua atuação no conflito com o Paraguai, República situada na parte meridional do centro da América do Sul” (LOUZEIRO, 2002, p. 32).

A narrativa prossegue descrevendo a reação da protagonista: “Ana redobrava suas orações na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia e no Convento das Vicentinas. [...] ajoelhou-se diante do altar de Nossa Senhora da Praia e lá ficou, retornando para casa somente de madrugada” (LOUZEIRO, 2002, p. 34).

Vale ressaltar um momento de grande conflito interno da personagem protagonista, segundo descrição do autor:

Ana Néri ficava horas diante do altar, resmungando essas coisas que, aos ouvidos de Matilde, não faziam sentido, mas que, para ela, a viúva de tantas ausências, funcionavam como uma espécie de expiação. Não lamentava. Apenas indagava a respeito do imponderável. Da vida e da morte. Da transitoriedade e do eterno. Onde e como situar diante de tantas dúvidas? Seus irmãos e seus filhos não tiveram dúvida. Disseram adeus e se foram. Por acaso não teriam medo da morte? E ela? Jamais havia pensado nisso. Tinha consciência de sua passagem no mundo, mas nunca imaginara o confronto com a morte, embora já estivesse com 51 anos, os cabelos ficando grisalhos. [...] Ao mesmo tempo, o medo não lhe atormentava. Nem o apego. Os entes amados se foram. Os pais estavam longe, velhos e doentes. Ela é que parecia vítima de uma guerra silenciosa, sem tiros e sem vozes de comando, mas causadora de tanto males (LOUZEIRO, 2002, p.37).

A descrição demonstra um fluxo de consciência da personagem, um momento de epifania, diante de questões e indagações sobre as ambiguidades da vida,

referentes ao eterno e ao transitório; à vida e à morte, ao sofrimento e ao mistério. Frente aos acontecimentos e às atitudes tomadas por seus familiares, a protagonista resolve se posicionar: “Mas ainda lhe restava uma opção: ir atrás dos filhos, aceitassem eles sua decisão ou não” (LOUZEIRO, 2002, p. 37).

Ana Néri decide ir para a Guerra do Paraguai acreditando, assim, poder estar perto dos filhos e colaborar nos cuidados dos soldados feridos da guerra. A decisão é descrita da seguinte forma: “depois de tanto olhar o quadro com os filhos, pegou um caderno e a caneta, escreveu uma carta ao presidente da Província” (LOUZEIRO, 2002, p. 38). Dois dias depois, o presidente respondeu que já havia despachado ordens para sua contratação como enfermeira da guerra.

Ana se preparou para a longa viagem que fazia. Primeiramente, passou por Assunção e depois por Itapiru, cidade já evacuada devido à guerra. Dali foi conduzida de charrete pelo cocheiro Ramón Pérez, espanhol que a acompanharia por momentos críticos de sua vida. Num hotelzinho da referida cidade onde se hospedou foi procurada por militares. Após apresentações e da entrega da carta, documento oficial de sua ida para a guerra, um dos militares, o Tenente Moura Alves, perguntou-lhe: “- O que pretende fazer em Assunção em plena guerra?

Ana respondeu: - Ajudar no tratamento dos feridos. Aprendi em Salvador um pouco da arte da enfermagem com as Irmãs Vicentinas. Cheguei a pertencer à Sociedade das Damas de Caridade” (LOUZEIRO, 2002, p. 54). Neste fragmento percebe-se o caminho do aprendizado do cuidado aos necessitados junto às Irmãs de Caridade, assim como a participação das mulheres da sociedade nestas instituições eclesiais, em atenção à fé cristã.

Ana Néri foi conduzida a Corrientes para o hospital de campanha São Lázaro, onde viria a desenvolver suas atividades de cuidado aos soldados feridos. Segundo Louzeiro, esta foi a primeira percepção de Ana sobre o hospital.

Visto por dentro, o hospital se assemelhava a um circo, com uma sucessão de esteios, aqui e ali, segurando a lona. Em camas de varas, cobertas de folhas ou capim seco, estavam os feridos. Centenas deles. Ana percebeu logo as moscas e os soldados, na maioria jovens, demonstravam não ter nenhuma noção de higiene pessoal. Quase todos, por ali, necessitavam, antes de mais nada, fazer a barba. O ambiente pedia uma faxina (LOUZEIRO, 2002, p. 74).

Ao primeiro contato com o hospital de campanha, Ana Néri verificou as péssimas condições de higiene ali encontradas, presença de insetos, local insalubre, necessitando de limpeza geral e do cuidado com a higiene pessoal dos soldados. Esta observação importante em relação ao cuidado está em concordância com os conceitos que firmam as bases humanísticas da Enfermagem, traduzidas por Florence Nightingale em seus estudos e revitalizados pela Teoria holística. Portanto, trata-se de uma preocupação com as necessidades básicas do indivíduo voltadas essencialmente para as condições de higiene pessoal e do ambiente, fatores que contribuem consideravelmente para o restabelecimento da saúde.

Neste aspecto, vale ressaltar a descrição feita pelo autor em relação à diferença do alojamento ocupado pelos médicos e militares em relação aos soldados e aos demais membros da equipe, [...] “havia um certo requinte que logo Ana (seguida por Ramón) percebe, pois continuava a segurar o candeeiro. A porta de fibra branca, com maçanetas douradas. No chão, estendia-se grosso tapete de fibras, muito bem trabalhado [...]” (LOUZEIRO, 2002, p. 81-82).

Quando da apresentação de Ana Néri ao Dr. Heitor Amoedo, chefe do hospital São Lázaro, o tenente Jorge Barreiros, oficial responsável por conduzir Ana ao hospital de campanha relatou: “- Dr. Amoedo, eis dona Ana Néri, vinda diretamente de Salvador para ajudá-lo no trabalho com os feridos. É recomendada pelo presidente da Província da Bahia, Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas” (LOUZEIRO, 2002, p. 74). É importante ressaltar que, ao ser apresentada, sempre era mencionado quem a teria enviado como voluntária da guerra, insinuando-se a proteção de pessoa influente, além do destaque dado ao cargo do marido falecido, à ocupação dos irmãos militares e dos filhos que se alistaram voluntariamente em cumprimento do dever cívico da guerra.

Este relato remete a questões tratadas na historiografia da enfermagem sobre o título dado a Ana Néri como a primeira enfermeira do Brasil, conforme retratado na seção 3 deste trabalho, dados presentes na obra percebidos como uma preocupação do autor em enfatizar sua posição social, a indicação por pessoa influente, assim como a constituição familiar de patriotas a serviço da guerra.

Em fragmentos da obra encontramos a grande devoção de Ana Néri por Nossa Senhora da Conceição, assim como sua fé, demonstrada pela leitura constante da Bíblia, e em vários momentos acompanhada por um candeeiro. Percebe-se a imagem projetada da enfermagem cercada pela religiosidade, pela luz que ilumina o caminho

fazendo referência à lâmpada, um dos símbolos da Enfermagem, e a palavra de Deus que fortalece e ampara o ser humano.

Na narrativa, seguem-se situações que reforçam a caracterização heroica da personagem. Como exemplo, destaca-se o relato do atendimento a Tayti. À noite, após suas orações em seu quarto, Ana Néri escutou um gemido de criança que vinha da enfermaria dos adultos. Ao ver o garoto, fica completamente surpreendida, pois era apenas um menino que devia ter uns oito anos de idade, o pequeno Tayti, paraguaio, que tinha a perna esquerda esmagada e precisava urgentemente de uma cirurgia. Ana Néri indagou o porquê de não terem realizado tal intervenção, ao que Francisco relatou que Dr. Amoedo não se mostrava interessado em ajudar e empregar medicamentos aos inimigos. Porém, ela não se deteve; foi junto ao Dr. Amoedo cobrar-lhe providências em relação ao menino.

Ana Néri usou de todos os recursos que possuía para atender o pequeno Tayti. O conflito entre a enfermeira e o Dr. Amoedo é representado na narrativa da seguinte forma:

Dr. Amoedo (a Ana): - Que está acontecendo? A Senhora enlouqueceu?!

Ana: - Se considera que preocupação com os feridos é loucura, acho que me mandaram para o hospital errado!

Dr. Amoedo (risinho nervoso): - O que pensa que pode fazer?

Ana (resoluta): - O menino está ameaçado de gangrena, eu posso salvar-lhe a vida.

Dr. Amoedo: - A senhora tem consciência de que El niño é paraguaio ou até quanto a isso enganou-se?

Ana: - Sei que é paraguaio. Uma bomba arrebentou-lhe a perna, quando se movimentava para salvar alguns soldados brasileiros. E ainda que não tivesse praticado semelhante bravura eu tentaria curá-lo!

Dr. Amoedo (dirigindo-se ao colega Tolentino: - Está vendo só Dr. Paulo Tolentino? Nossa aprendiz de enfermagem parece se achar com poderes divinos. Devemos permitir que ela faça uma demonstração de suas técnicas operatórias ou chamo a guarda para levá-la daqui? (LOUZEIRO, 2002, p. 89-90).

Neste fragmento é possível analisar várias questões referentes à história. Primeiramente a questão de Ana Néri que, mediante a situação apresentada, colocava-se imediatamente a favor do paciente, mesmo que para isso precisasse passar por cima de ordens superiores. Outra questão é da hegemonia médica estabelecida por meio de um sistema de hierarquia e disciplinarização dentro da instituição hospitalar, descrita por Michael Foucault (2015). Por fim a ironia do médico

em relação a Ana Néri, ao se referir a ela como uma louca e aprendiz de enfermagem, num ato de repreensão e de manifestação de detentor do poder, caracterizando a relação de dominância e subordinação postulada por Pierre Bourdieu, em sua obra **A dominação masculina** (2002). Destaca-se também o dinamismo dado ao episódio pelo autor ao se utilizar, na apresentação, do diálogo, uma forma típica do gênero dramático.

Entre as atitudes de Ana Néri destacadas na narrativa estão a preocupação em dividir as enfermarias em alas, com a finalidade de separar os doentes críticos; a eleição de assistentes, entre os doentes que estavam melhores, para colaborarem na atenção daqueles que não podiam sair da cama; a promoção da limpeza do ambiente; a criação de comissões permanentes de caça ratos, baratas, aranhas e cobras. Preocupou-se também com a alimentação dos pacientes, com a forma de preparo; incomodou-se com a higiene pessoal e estabeleceu condições favoráveis ao meio como sistema de ventilação e iluminação. Cuidou de implementar ações para a socialização dos pacientes, assim como na obtenção de um ambiente mais favorável ao tratamento e melhora do quadro clínico. Apresentava noções quanto ao cuidado das feridas, como a manutenção do local limpo, da lavagem das faixas para troca de curativos e também dos cuidados relacionados à desinfecção e assepsia do material usado nos procedimentos. “Sabia, como ninguém, que os germes patogênicos constituíam o grande perigo numa enfermaria lotada como aquela, onde estavam centenas de hospitalizados [...]” (LOUZEIRO, 2002, p.183).

Estas ações evidenciam um senso de administração e de organização do trabalho, um olhar holístico para o paciente, uma visão do todo não direcionada somente para a parte doente, visando planejar uma assistência voltada para as necessidades humanas básicas do indivíduo: bio-psico-social. Promoveu a realização do trabalho em equipe, conformando com a fragmentação da profissão no processo de trabalho, um dos fatores responsáveis por sua desvalorização devido ao desconhecimento da sociedade quanto aos diferentes níveis de formação do profissional em enfermagem: o auxiliar- nível fundamental, o técnico - nível médio e o enfermeiro - nível superior. Tal fato também contribuiu para afastar o enfermeiro da assistência direta ao paciente, ficando por conta das questões administrativas.

Ana Néri trabalhava junto de todos da equipe, estabelecendo relações com os demais profissionais, embora, às vezes, resultassem em conflitos. Demonstrava, por isso, características essenciais de liderança, conforme descrito por Felli et al., (2011)

“os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumirem posições de liderança. [...] A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz” (FELLI et al., 2011, p. 13). Outra característica importante é a comunicação que se refere ao ato em que duas ou mais pessoas buscam, expressamente, atingir um acordo espontâneo, tendo por fim a colaboração mútua. “A ação comunicativa (diferentemente) envolve um esforço explícito e concentrado de alcançar **acordo sobre o espectro de reivindicações de validade**; é sempre uma possibilidade imanente” (FELLI et al., 2011, p. 21, grifo das autoras).

Com a finalidade de refletir sobre o aspecto humano da profissão, Louzeiro destaca a disponibilidade de Ana Néri na atenção ao paciente, assim como ao médico Dr. Tolentino quando solicitada pelo Dr. Amoedo. Porém ela enfatiza: “- Dr. Tolentino tem procurado menosprezar meu trabalho, mas eu gosto dele. Chegou a hora de saber que o conhecimento curativo não está apenas com os que se formaram em medicina” (LOUZEIRO, 2002, p. 131). Neste trecho a obra enfatiza uma característica do profissional da enfermagem: a atenção àquele que precisa, sem distinção; e aproveita o momento para uma reflexão em relação à hegemonia médica e à possibilidade da inserção do tratamento alternativo.

O clímax da relação médico/enfermeiro é abordado pelo autor, principalmente quando da necessidade de tomada de decisões frente a problemas encontrados no hospital São Lázaro, essencialmente contrárias às determinações médicas.

Exemplo é o relato sobre quando Ana Néri fica sabendo a respeito do irmão do Dr. Amoedo que se encontra na enfermagem necessitado de uma cirurgia e que não é operado pelo irmão por questões familiares. “Ana (surpresa): - Quer dizer que você é irmão do Dr. Amoedo e ele está adiando sua cirurgia por uma questão de briga em família?” (LOUZEIRO, 2002, p. 185). Nesta situação ela deixa claro para o irmão que irá procurar o Dr. Amoedo e conversar a respeito do seu caso, fazendo com que ele entenda que está ciente do problema.

Outro momento refere-se ao denominado isolamento, local sobre o qual as pessoas não podiam falar, nem frequentar para saber o que ocorria dentro. No romance, sua preocupação em saber se haveria pacientes, e quais eram suas condições levaram-na a procurar meios de entrar no local para cuidar dos feridos. O que ela encontrou foram soldados paraguaios sujeitos a um sistema de tortura. Ana

Néri solta os dois jovens soldados presos, e, ao ser interrogada, faz o seguinte pronunciamento:

Eu entrei na “bolha”, eu abri os cadeados para evitar que os jovens militares morressem pendurados. Fiz o papel que qualquer pessoa preocupada com a saúde dos outros faria. Se isso é crime de lesa-pátria e para limpar a mancha eu tenha que ser morta, tudo bem morro com a consciência tranqüila. Procurei fazer o melhor para diminuir o sofrimento de dois jovens E, tivesse tido tempo, teria libertado todos os outros que estavam amarrados nas camas de varas, há dias sem beber água e sem comer (LOUZEIRO, 2002, p. 212, grifo do autor).

Desta forma é possível perceber na obra o caráter doméstico da profissão no período contextualizado, quando predominavam as características intuitivas e os tratamentos empíricos, uma enfermagem pré-profissional desenvolvida por pessoas leigas. O autor também domestica a imagem da profissão ao imputar-lhe um caráter heroico, com abordagens do profissional na resolução de problemas de grande magnitude, enfatizando aspectos considerados extraordinários. Contudo, são perceptíveis, na obra, características determinantes da profissão como a religiosidade, a disciplina, a hierarquização e a fragmentação profissional.

José Louzeiro problematiza a questão salientando aspectos referentes aos conflitos da relação médico/enfermeiro, e pontua a importância do profissional enfermeiro na constituição da equipe de saúde, mostrando o caráter político e interpessoal do trabalho do enfermeiro, além de chamar a atenção para os aspectos determinantes na sociedade que permeiam toda e qualquer atividade humana. O autor evidencia a importância e a necessidade do enfermeiro como membro da equipe multiprofissional, mostrando, por meio da concretização do seu trabalho, que o enfermeiro é o profissional que se preocupa em garantir a promoção, a proteção, a recuperação e a reabilitação do indivíduo, tendo um olhar para a humanização da assistência como fator importante no tratamento.

Reporta-se ao profissional que está atento às necessidades básicas do paciente e que, portanto, se propõe a implementar uma assistência de qualidade dentro do que tem a oferecer em prol do ser humano.

4.2 OS PECADOS DA SANTA

Conforme apresentado na subseção 3.3, o livro **Os pecados da santa**, de Marcos Santarrita, foi publicado em 2003.

Na constituição da história o narrador, num discurso introdutório, descreve uma cena em que a personagem Belinha é encontrada após uma briga com o soldado do exército num lugar suspeito, à Rua da Frente no cais, debaixo de um temporal, depois da meia noite.

Ambos estavam com o rosto ensanguentado e com hematomas. Por ela estar completamente nua, o tenente do exército da patrulha teve que cobri-la com seu capote, e em seguida, encaminhou-os para a delegacia.

Lá, por meio de um interrogatório, o narrador vai apresentando a protagonista.

- Nome? – ele perguntou à mulher, mal humorado.
- Marília Maria do Rosário [...].
- Mari... Mas não tem outro? [...] – Nome. Nome de guerra (SANTARRITA,2003. p.18-19).

Belinha, sem entender o que o delegado perguntava, relatou que sabia a respeito de uma guerra na Europa, mas que, no entanto, por ocasião, os brasileiros ainda não estavam participando desta. O delegado Dr. Lopes mostrava-se impaciente e esforçava-se para se concentrar no interrogatório, pois estava com uma enorme dor de cabeça.

E continuando com o interrogatório... “- Profissão, ofício, atividade.- Enfermeira – ela disse em voz baixa” (SANTARRITA, 2003, p. 19).

O delegado reiterou a pergunta sobre o nome e profissão e pergunta se ela não é a que chamavam de Belinha. A protagonista explica a origem do apelido a partir do poema Marília, a Bela, mas o delegado não estava interessado em saber as circunstâncias, no momento ele estava se referindo ao nome usado na casa de prostituição de Tatá.

O delegado solicita ao escrivão que anote a alcunha de: Belinha. Neste caso, o delegado se refere à mulher com aspecto depreciativo, demonstrando que o seu apelido caracterizava moralmente quem ela era. O deboche se repete ao se referir a sua profissão de Enfermeira. Dr. Lopes comenta:

- Mas ora vejam só. Eu já vi chamarem essa profissão de muitos nomes, mas esse é novidade. Não é verdade que eu já vi a senhora na casa daquela... como é o nome dela?... Tatá... numa certa casa daquela rua... daquele lugar [...] (SANTARRITA, 2003, p.20).

A condição na qual Belinha se encontrava assemelhava-se a um julgamento. Ao questionar o lugar de exercício da profissão, o delegado mostra-se irônico ao saber que ela exercia a profissão no Vigésimo Oitavo Batalhão de Caçadores.

Belinha contou que havia feito o curso de enfermagem no exército com a finalidade de ir para a guerra e deixar de trabalhar na casa de Tatá. Entretanto, o delegado faz nova ressalva, indagando como o exército havia aceitado, sabendo de sua condição de prostituta. Belinha explica que o cabo José, seu namorado, era enfermeiro e que havia contado com a leniência de seus superiores.

A formação de enfermeiro prático pelo exército descrita na literatura deveu-se, primeiramente, à finalidade de atenção aos hospitais militares. Este processo, segundo Barreira et al., (2005), ocorreu com a Regulamentação do Serviço de Saúde do Exército com a criação de Escolas de Formação Sanitária Divisionárias subordinadas à Diretoria de Saúde da Guerra, conformando com aspectos retratados na obra.

Na sequência da cena, o delegado que já não aguentava mais de dor, desmoronou, batendo com força a cabeça na mesa. Belinha, que já havia pedido para intervir, amparou-o e começou a passar as mãos sobre sua cabeça sem, porém, tocá-la, inspirando profundamente e erguendo os olhos para o teto. Todos a observavam inquietos querendo tomar partido, e finalmente o escrivão questiona se o que está acontecendo é feitiçaria ou espiritismo (SANTARRITA, 2003, p. 24).

As expressões do delegado iam se transformando e, como num passe de mágica, suas feições foram se modificando para um sorriso no rosto. No mesmo instante, Belinha desaba no chão completamente desfalecida. Na narrativa, verifica-se que Belinha apresentava um dom para cuidar das pessoas, a partir de práticas de transe ou algo parecido.

A narrativa é intercalada por fatos antecipados, conforme relato de Antonio Olinto (2003), que escreve que o autor “não se deixa prender as louçanias de um simples estilo de mostrar um acontecimento depois do outro” (OLINTO, 2003, p. 14).

Portanto, na primeira parte da história, é apresentada a situação de uma criança gravemente doente, a qual os médicos já haviam desenganado. Tratava-se

do pequeno menino, filho de Dona Rosinha e do velho Moisés Salomão, o qual Belinha fazia questão de acompanhar e cuja evolução observava havia dias. No entanto, pensara:

Não, não era um sono tranqüilo, disse a si mesma, com um aperto no peito; talvez fosse o último. Pensou em dar mais passes com as mãos sobre o definhado corpinho, mas sabia que seus poderes, seu dom, não chegavam a tanto. Podia tirar por algum tempo, como vinha fazendo, a dor, o sofrimento, às custas de alguma coisa de si mesma que não sabia o que era; mas ali não se tratava de anestesia, e sim de ressurreição, e ela não era nenhuma santa – muito pelo contrário [...] (SANTARRITA, 2003, p. 28).

Belinha, por meio de um fluxo de consciência, faz inferências a respeito do problema, sabia que apresentava certos poderes. Tinha ciência de que tal processo poderia tirar a dor ou o sofrimento, mas sabia que não tinha a capacidade de ressuscitá-lo. Relata também que a conduta realizada tirava algo de si mesma, sugando toda a sua energia. Acrescenta que não era nenhuma santa, pelo contrário, dado o que outrora fora. Diante desta situação, tentou de tudo para ajudar o pequeno, inclusive na parte espiritual. Mas sempre apresentava um bloqueio em relação ao sagrado.

Aquele era o quarto do casal, com móveis grandes e escuros, um vasto tapete persa no chão e cortinados pesados, e na parede que dava para o armário da família na frente da casa, acima da escrivaninha de tampa corrediça, havia dois quadros emoldurados, ovais, do Sagrado Coração de Jesus e do Sagrado Coração de Maria. Erguendo o olhar para eles, Belinha pensou em rezar, mas, lembrando-se de sua condição, temia mais ofendê-los que aplacá-los (SANTARRITA, 2003, p. 29).

Belinha procurava uma intimidade com o sagrado por meio de orações, porém sempre vinha uma cobrança por parte de si mesma em relação ao pecado. Seria ela digna de pedir a Jesus e a Maria por aquele menino? Estaria ela cometendo uma blasfêmia contra Deus? E assim continua pensando o que poderia fazer.

Senão Deus, perguntava-se, procurando a quem recorrer, por que não a ciência? Uma infecção, era só o que os médicos sabiam, uma infecção nos pulmões, e não podiam fazer nada. A medicina evoluíra tanto – com o Teste de Wasserman, o Composto 606, a sulfa, que haviam acabado com a sífilis, flagelo que assolara o mundo durante séculos, e sobretudo agora depois da guerra, com a tal nova droga milagrosa a penicilina, tão poderosa que nem os médicos conheciam a extensão exata de sua força, para o bem e para o mal – e o pobre menino ali morrendo, tão novinho (SANTARRITA, 2003, p. 29-30).

Neste contexto é possível delinear o tempo retratado da história a partir dos procedimentos científicos descritos, tais como pelo Teste de Wasserman (1907), descoberto pelo bacteriologista alemão August Paul Von Wassermann – que proporcionava a prova diagnóstica para a sífilis; o composto 606, criado por Paul Ehrlich e seu assistente Sahachiro Hat (1909), usado no tratamento da sífilis, assim como a descoberta da penicilina relatada no pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918), visto que sua descoberta dá-se em 1928 pelo médico bacteriologista escocês Alexander Fleming e é disponibilizada como fármaco em 1941, coincidindo com o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ou seja, a narrativa se desenvolve no período entre guerras e, pelo relato, pode-se inferir que os fatos narrados acontecem a partir de 1939, quando começa a Segunda Guerra Mundial. Neste fragmento é possível destacar também as dicotomias da vida representadas pelo bem/mal; ciência /sagrado; vida/morte.

A história é entremeada com a viagem de Belinha para São Paulo rumo à guerra na Itália. Primeiro de trem para Salvador e, depois, a bordo do velho vapor da Costeira, o Itassucê. Belinha deixara seu filho, fruto de sua relação com o cabo José, aos cuidados da avó paterna e estava decidida a buscar uma nova vida; porém, sente-se perseguida.

No trem já havia passado por uma situação constrangedora em que um verdadeiro galã de bordo, senão um caixeiro viajante que se achava irresistível, veio importuná-la. Ela, conhecendo bem tais tipos, deu logo um fora nele colocando-o para correr.

Para tanto, Belinha evitara a todos os possíveis galanteadores.

Evitava particularmente os caixeiros-viajantes, proverbiais rabos-de-saia, pois sabia-se bonita, do tipo *mignon*, os olhos verdes contrastando com os cabelos negros e o rosto moreno claro – já haviam comparado com várias artistas de cinema americanas – e não tinha certeza se conseguiria resistir. Uma vez puta... (SANTARRITA, 2003, p. 44).

O fragmento reporta às questões que a afligiam; sabia que era uma moça muito bonita e que aqueles que dela se aproximassem deveriam estar com más intenções. Sempre refletia sobre o problema e pensava que todos pudessem saber da sua condição e quererem se aproveitar, ao mesmo tempo em que não tinha certeza de conseguir resistir.

A viagem que fazia para São Paulo teve seu destino interrompido numa vila no sul da Bahia, região de grandes fazendas de cacau. Belinha ficou muito preocupada, pois tinha pouco dinheiro para se manter, ainda mais que teria sido anunciado que o vapor estava com problemas e que ficariam ali por tempo indeterminado. Não tardou por chegar o Major Duran, antigo conhecido que também estava no navio, para lhe fazer uma proposta indecente: ficar por conta dele no grande e luxuoso Ilhéus Hotel, o qual era frequentado por fazendeiros, que gostavam de ficar na jogatina; assim, ela poderia laçar um destes fazendeiros. Em troca ele poderia contar com a proteção de uma mulher e de um homem poderosos. Mais uma vez, sem alternativas, ela o acompanhou até o Hotel.

Foi no Hotel que ela conheceu o Sr. Antero Fagundes, uma paixão à primeira vista.

O Sr Antero não morava em Ilhéus, mas numa vilazinha do município chamada Pirangi. Solteiro, já não mais jovem, beirando os quarenta, contra os quase vinte de Belinha, prometia montar casa para ela, com rádio e máquina de costura - dois dos seus maiores sonhos - mas casamento, não; pelo menos por enquanto. De mais a mais, aquilo ali não tinha tanta importância assim. Ela teria uma vida estável, dinheiro para o que quisesse, podia ir buscar o filho em Aracaju, dar-lhe uma criação e educação dignas (SANTARRITA, 2003, p. 82).

A proposta do Sr. Antonio Fagundes era sedutora, porém não conseguia entender o porquê de ele não poder se casar com ela. A iniciativa foi de levá-la para uma casa na Rua da Areia, próxima à Rua do Cacau, a zona de prostituição daquele vilarejo. "Belinha não acreditava. Estou de volta ao puteiro, disse para si mesma, quando, na manhã seguinte, percebeu onde estava. Fiz uma viagem toda para voltar ao ponto de onde parti" (SANTARRITA, 2003, p. 107).

A situação em que se encontrava é confrontada com o *flash back* com sua atitude em relação ao menino. Na ocasião, ante o parecer dos médicos que desenganaram a criança, aplicou-lhe cinco doses de penicilina, salvando-lhe a vida.

O episódio proporciona uma discussão em relação ao código de ética, assim como ao exercício legal da profissão, visto que ao profissional enfermeiro dentro de suas ações não compete a prescrição de medicamento, tampouco a administração desta sem a devida prescrição médica. O ato estaria sujeito a processo judicial do preponente, ainda que a profissional tivesse argumentado ou comunicado ao médico. É perceptível sua grande preocupação com o doente, mas a ação é configurada como

exercício ilegal da profissão; no Brasil o código de ética de enfermagem data da Lei n 5905/73 e a Lei do Exercício Profissional n 7498/86.

A história mais uma vez é recortada com a finalidade de esboçar a vida de Belinha no vilarejo e suas relações com as pessoas da comunidade.

Por exemplo, cabe a Frei Severino a seguinte apreciação sobre o caráter da moça.

O que eu queria dizer era que eu Frei Severino tenho um grande respeito e admiração pela senhora. Sei como a senhora é bondosa e caridosa com os pobres... sei como cuida deles, das doenças deles... Como se sacrifica saindo até de madrugada para cuidar...[...] (SANTARRITA, 2003, p. 125-126).

Enfim, o Frei sabe de suas qualidades, mas também de seus pecados e, de acordo com a moral da sociedade em que viviam, precisava respeitar as leis e os costumes dos homens.

Em outro momento da narrativa, o caráter da protagonista é exemplificado. Belinha viu um caminhão de retirantes parado na estrada e pressentiu que alguém estava precisando dela ali. Tratava-se de uma mulher que estava em trabalho de parto havia dias e que gemia baixinho de tanta fraqueza. Belinha foi imediatamente ao encontro da paciente, pois sabia que tinha pouco tempo para intervir. A mulher estava deitada no chão da carroceria no fundo do caminhão.

Belinha pediu às mulheres que acompanhavam a paciente algumas informações que pudessem ajudá-la no diagnóstico e, posteriormente,

Deixando-as de lado, Belinha enxugou as mãos suadas nas abas do culote, enfiou-as sob a saia da mulher, que perdera os sentidos, e apalpou-lhe a barriga; não demorou muito a ver que o feto estava virado, os pés voltados para a saída; portanto, enganchado, e talvez, também, enforcado, com o cordão umbilical enrolado em torno do pescoço. De qualquer forma a mulher não podia mais ser removida (SANTARRITA, 2003, p. 135-136).

Neste fragmento é possível verificar a destreza da personagem frente à situação, a avaliação criteriosa do problema encontrado certificando as possibilidades que poderia desenvolver. Sabendo do quadro crítico, solicitou que fossem chamar o médico, Dr. Montenegro, pedindo para o informarem da urgência. Permaneceu junto à parturiente fazendo as manobras para a realização do parto.

Não soube quanto tempo durou toda a operação; certa altura, perdeu não apenas a noção do tempo, mas até mesmo do que se passava em volta.

Então, viu aparecer o topo da cabecinha careca, lentamente espremido, como um tubo de pasta de dentes, por suas mãos que massageavam a barriga da mulher de cima para baixo [...] (SANTARRITA, 2003, p.138).

Tamanha era a concentração de Belinha no momento de atuação junto à paciente, sabendo que naquele momento o que estava em jogo era uma vida, que nem percebeu a chegada de Dr. Montenegro. Vendo o sucesso da intervenção, ele a parabenizou, reconhecendo as habilidades da enfermeira. O narrador destaca o desempenho da protagonista e também a relação de confiança e respeito entre médico/enfermeiro, aspectos importantes que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho multidisciplinar e para a implementação de uma assistência de qualidade.

Em toda a narrativa, a protagonista é apresentada como alguém que possui parâmetros de até onde ela poderia intervir, ou seja, tinha consciência de que determinados procedimentos cirúrgicos só deveriam ser realizados por um profissional habilitado.

A história é permeada por momentos de felicidade e de tristeza. Num domingo ensolarado, Belinha estava muito feliz, acabara de ganhar uma fazenda do Sr. Antero, agora poderia sentir-se uma verdadeira senhora rica, poderosa e feliz. Todos os amigos estavam presentes naquele dia para contemplarem tamanha felicidade. Contudo, a notícia do adoecimento do menino Lulu coloca-a ante à necessidade de, mais uma vez, aliar seus conhecimentos teóricos com sua força espiritual. Belinha, ao perceber que o menino já estava desenganado pelo Dr. Montenegro, sacrifica sua própria vida, confirmando mais uma vez seus dons de espiritualidade. Assim, o fim do romance retoma o título, unindo as ideias de pecado, em virtude das relações estabelecidas pela protagonista com seu Antero e outros homens, e de santa, por seus atributos curativos e por sua capacidade de sacrifício em prol dos doentes.

Nesta obra é possível verificar aspectos da história da enfermagem relacionados à religiosidade traduzida por meio de alusões na vida da protagonista que nos remetem a contextos bíblicos, confrontando a imagem da pecadora e da santa. Informa também sobre a formação do profissional enfermeiro realizada em dado momento da História pelo exército, destaca as virtudes primordiais da profissão como o amor, a dedicação ao próximo e a resignação. Revela a relação profissional

de respeito e confiança do médico e do enfermeiro, problematizando questões relacionadas ao exercício legal da profissão, assim como as técnicas usadas pela protagonista para obtenção da melhora do paciente.

Contudo, podemos descrever que, em relação às obras analisadas, ambas demonstram em suas estruturas aspectos sociais, psicológicos e linguísticos, permeadas por questões que representam a vida em seus aspectos. Dentro do contexto da história, ambas representam uma enfermagem no período pré-profissional, com características domésticas voltadas para o empirismo, distante ainda de uma enfermagem científica. São problematizados aspectos referentes à ética e ao exercício legal da profissão, com ênfase no relacionamento médico/enfermeiro, um dos fatores presentes no dia a dia do profissional da saúde.

5. CONCLUSÃO

Dentro das perspectivas levantadas no desenvolvimento deste trabalho destacamos o grande desafio em trabalhar questões distintas, dentro de áreas do conhecimento diversificadas, que envolvem aspectos tratados no campo da cultura, da literatura e da enfermagem. Os estudos foram subsidiados por filósofos, escritores e estudiosos dos respectivos assuntos que alicerçaram o trabalho e permitiram discussões e reflexões contextualizadas e problematizadas configurando uma produção do conhecimento.

O estudo da História da leitura permitiu destacar e elucidar as dificuldades emanadas dentro do processo de produção/circulação/consumo do livro.

A partir do contexto social, político e econômico da época, procuramos demonstrar que o escritor precisou apelar ao clientelismo e ao mecenato, mas que buscou sua legitimidade por meio do direito da propriedade literária. O processo de reconhecimento dos homens das letras pela sociedade passou por períodos drásticos na História, compreendidos por problemas advindos do mundo literário que não legitimava e não outorgava ao intelectual, primeiramente, o direito à propriedade literária e, conseqüentemente, à apreciação do escritor como profissional das letras, que este estivesse inserido em uma estrutura social que reconhecia sua posição, afiançada por prebendas públicas e pelo mecenato.

Como o autor não podia contar com o público que pudesse lhe pagar pelo trabalho, entra o Estado, um aliado que provê condições necessárias à sua remuneração.

Quanto ao processo de produção literária no Brasil, percebeu-se que, ainda ocorrem nos dias de hoje mudanças relacionadas ao aumento do público e ao desenvolvimento do mercado editorial, o que possibilita a remuneração do escritor. O processo de comunicação firmado entre o escritor e o público permitiu ao escritor o conhecimento e a diferenciação dos públicos, propiciando uma melhor elaboração dos textos, assim como a composição de obras em caráter de contestação.

Portanto, as transformações ocorridas no mundo cultural em dado período histórico foram diversificadas de acordo com cada nação, mas verificou-se que estas contribuíram por aperfeiçoar, questões como o direito à propriedade e à criação de uma legislação que pudesse amparar o profissional das letras.

No Brasil o processo de fortalecimento no campo literário e intelectual somente incidiu no final do século XIX com a criação da Associação dos homens de Letras e da Sociedade de Homens de Letras que não persistiram. Somente, após a fundação da Academia Brasileira de Letras e de matéria enviada para a deliberação no Congresso, ganhou força e foi reestruturada por meio do Código Civil em 1917.

A instituição de uma Política Nacional da Cultura na década de 1970 possibilitou o fortalecimento da indústria cultural do país, porém, o Estado criou mecanismos de controle dos organismos culturais, que apesar da repressão estabelecida, possibilitou um incremento no campo cultural que refletiu no aumento da produção e difusão dos bens culturais no país.

O crescimento e o desenvolvimento cultural e econômico do país repercutiram em mudanças necessárias na sociedade e no mercado cultural, trazendo novas perspectivas direcionadas a um novo público consumidor. Desta forma, verificou-se que o escritor precisou adaptar-se aos novos moldes de profissionalização, assim como o leitor que se percebe seduzido por projeções produzidas pela mídia.

A partir da década de 1970 surgem novas perspectivas do fazer literário com o aparecimento do executivo-editor, que aliou estratégias e jogadas de marketing a um nicho de mercado promissor, estabelecendo produtos direcionados a este público. O processo se deu com a organização de catálogos voltados para séries e coleções para atender as expectativas de um público. Os catálogos produzidos por estas editoras estavam diretamente ligados à função autor que apresenta um valor simbólico importante referindo-se à marca que irá difundir e criar um processo de identificação da atuação da editora no mercado.

A criação de coleções temáticas desenvolveu-se levando em conta aspectos como: racionalidade, economia, prestígio pertinente a certos escritores e temáticas direcionadas a determinados públicos, agrupadas por faixas etárias ou por divisão de assuntos. A metodologia conduzida pelas editoras na organização de seus catálogos em coleções revela um processo de encomenda implícita, assim como o direcionamento de obras com temáticas pré-determinadas como uma encomenda explícita, designando uma intervenção do editor na produção da obra.

Verificamos que as transformações ocorridas na arte se ligam a uma nova configuração dentro do mercado, que se apresenta de forma a satisfazer as necessidades de entretenimento da massa. Neste sentido foi possível perceber que as questões relacionadas à encomenda de uma obra literária colocam em evidência

a função autor e suscitam polêmica relacionada aos princípios clássicos de criação da obra por caracterizar uma coautoria do editor.

Constatamos que a temática é controversa, e que, portanto, gera discussões dentro do campo literário já que a encomenda explícita de um texto, ou seja, aquele com uma temática pré-definida atribui ao autor determinados limites.

Evidenciamos que a discussão relacionada à literatura de encomenda passa por dois problemas dentro do campo cultural: o primeiro relacionado à intervenção editorial, e o segundo por ela se constituir dentro do campo literário como uma produção realizada para atender às expectativas do grande público. Ou seja, evidencia-se a produção de uma literatura de massa e a ruptura com o campo de produção restrito representado pela vanguarda. No entanto, não se pode analisá-la somente quanto aos efeitos mercadológicos, mas também como um subproduto da literatura erudita, sendo necessário avaliá-la por outro espectro de representatividade sociológica, por apresentar-se como produto de veiculação de ideais.

Verificamos, portanto, a necessidade de romper os obstáculos que separam a literatura culta da literatura de entretenimento com a finalidade de fortalecer o sistema literário e a constituição de uma cultura coesa.

Frente à questão central em relação ao mercado editorial com a estratégia da encomenda de coleções literárias, a coleção **Anjos de branco** foi lançada para atender a um nicho de mercado e, estrategicamente, também utilizou-se do formato coleções com intuito, possivelmente, de baixar o preço individual do livro e também de divulgá-los por meio de um valor simbólico, visto que a compra de um livro da coleção pelo leitor e sua aprovação poderia levá-lo à aquisição de outro o que viria ao encontro das expectativas esperadas pelo conselho de enfermagem: o conhecimento da profissão pela sociedade.

O projeto do COFEN, realizado por meio de um contrato com a Academia Brasileira de Letras, apesar de apresentar um caráter ousado e inovador, não atendeu os objetivos propostos, visto que um grande número de profissionais da enfermagem desconhece a coleção **Anjos de branco**, além de ter o processo de divulgação da profissão à sociedade comprometido pela não entrega dos livros pela editora contratada.

As doze obras encomendadas da coleção trazem os aspectos solicitados pelo COFEN, ou seja, as protagonistas são profissionais da enfermagem, e os assuntos abordados estão dentro de contextos da saúde.

O estudo das obras eleitas como *corpus* da pesquisa permitiu destacar aspectos inerentes à profissão tendo como protagonistas enfermeiras, fato que vem ao encontro de uma característica da profissão relacionada à feminização. Foi possível perceber aspectos que mostraram a grande influência da instituição eclesial na formação do enfermeiro, além da confirmação de que as práticas exercidas pela enfermagem, em dado período, mostravam-se empíricas e intuitivas. Esses aspectos confirmam a domesticação da representação social do profissional.

Por outro lado, nas obras, foi possível perceber a problematização do tema abordado a partir do reconhecimento do lugar subalterno ocupado pela profissão, já que esta era exercida por mulheres sem o devido reconhecimento de seu lugar enquanto profissional. As dificuldades das protagonistas para se firmarem enquanto autoridades no exercício de sua profissão contribuem para a reflexão sobre o lugar deste profissional nos circuitos de poder dos cuidados médicos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Patch; MYLANDER, Maureen. **A terapia do amor**. Tradução Antonio Olinto. Rio de Janeiro: Mondrian, 2002. (Anjos de branco; v.6).

AMORA, Antonio S. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANTELO, Raul. Valor e Pós-Crítica. In: ANTELO, Raul. MARQUES, Reinaldo; VILELA, Lúcia. H (Org.) **Valores arte mercado política**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG / Abralic, 2002. p. 145-157.

ARAÚJO, LA; MOREIRA, A; PORTO, F; AMORIM, W. Anúncios para enfermeiros (as) no alvorecer da República (1889 – 1890). In: PORTO, F; AMORIM, W (Org.). **História da Enfermagem Brasileira**. São Caetano do Sul – SP: Yendis Editora, 2010.

ARAGÃO, Renato. **Amizade sem fim**. Rio de Janeiro: Mondrian, 2004. (Anjos de branco; v.10).

AZEVEDO FILHO, L. A. **Um romance de costumes com sabor de crônica**. Coojornal- Revista Rio Total. Disponível em: <<http://www.riototal.com.br/coojornal/academicos-leodegario005.htm>>. Acesso em: 05 maio 2016.

BARREIRA, Ieda. A et al. Primeira República: A implantação da Enfermagem Laica e seus desdobramentos (1889-1930). In: **Padilha MI, Borenstein MS, Santos I, (Org.) Enfermagem: história de uma profissão**. 2. ed. São Caetano do Sul: Editora Difusão, 2015. p. 225-258.

BARREIRA, Ieda. A reconfiguração da prática de enfermagem brasileira em meados do século 20. **Texto e contexto** – Enfermagem, Florianópolis, UFSC, v.14, n.4, p. 470-487, out./dez. 2005.

BARTHES, Roland. A morte do autor. Tradução de Mário Laranjeira. In: _____ **O rumor da língua**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 65-70.

_____. **O Prazer do texto**. Tradução de J. Guinsburg. Revisão Alice Kioko Miyashiro. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Tradução de Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Editora Zouk, 2012.

BOCK, Lisnéia. F. et al. A organização da enfermagem e da saúde no contexto da idade contemporânea (1930-1960). In: **Padilha MI, Borenstein MS, Santos I, (Org.). Enfermagem: história de uma profissão**. 2. ed. São Caetano do SUL: Editora Difusão, 2015. p. 259-301.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.141-252.

_____. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A produção da crença: a contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Zouk, 2004.

BRANT, Leonardo. Cultura: Investimento social. In: _____ **Mercado cultural**. São Paulo: Escrituras editora, 2001. p. 19-37.

BRASIL. Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955. Regula o exercício da enfermagem profissional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 set. 1955. Seção 1, p. 17738.

_____. Lei nº 5.905/73, de 12 de julho de 1973. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1973. Seção 1, p. 6825.

_____. Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 1986. Seção 1, p. 9273.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Constituição federal de 1988**. Brasília, 05 out. 1988. Seção 1, p. 1.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. **A Literatura e a formação do homem.** Disponível em: <revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view_fill/3560/3007>. v. 24, n. 9. set. 1972. Acesso em: 15 set. 2016.

CARDOSO, Maria. V. N; MIRANDA, Cristina. M. L. Anna Justina Ferreira Nery: um marco na história da enfermagem brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 52, n. 3, p.339-349, jul./set. 1999. Disponível em:<www.scielo.br/pdf/reben/v52n3a03.pdf>. Acesso em 10 mar. 2016.

CARVALHO, Anayde. C. de. Associação Brasileira de Enfermagem – 1926-1976. [Documentário]. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 55. n. 3. jan./fev. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S00347162002000300003>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CNPQ. **Estatísticas**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2009. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Legislação de Enfermagem**. Rio de Janeiro 2009. p. 23

CONY, Carlos. H. **A Morte e a vida**. Rio de Janeiro: Mem Vav Mem, 2007.

_____. Em busca do contraponto. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. Rio de Janeiro. 25. nov. 2006. Não paginado. Disponível em:< <http://www.folha.com.br> >. Acesso em 22 set. 2016.

COSTA, Cristiane. Fronteiras Cruzadas. In: _____. **Pena de aluguel**: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 237-271.

COSTA, Roberta. et al. Florence Nightingale (1829-1910): As bases da enfermagem moderna no mundo. In: Padilha MI, Borenstein MS, Santos I, (Org.). **Enfermagem**: história de uma profissão. 2. ed. São Caetano do SU: Difusão, 2015. p. 187-223.

CUNHA, Helena. P. **Claros manhãs de Barra Clara**. Rio de Janeiro: Mondrian. 2002. (Anjos de branco; v.5).

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, 11 de agosto de 1865. Disponível em: <hemerotecadigital.bn.br/acervo/diariodabahia>. Acesso em 05 mar. 2016.

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, 13 de agosto de 1865. Disponível em: <hemerotecadigital.bn.br/acervo/diariodabahia>. Acesso em 05 mar. 2016.

D'INCÃO, Maria. A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 223-240 .

DONAHUE, M. Patricia. **Historia de la enfermería**. Barcelona (Espanha): Doyma, 1993.

ELLIS, Janice. R; HARTLEY, Celia. L. A Enfermagem com uma prática em Desenvolvimento. In: **Enfermagem contemporânea: desafios, questões e tendências**. Tradução Maria Virgínia Godoy da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FELLI, Vanda. E. A. et al. VALE, Eucléa. G. Trabalho Gerencial dos Enfermeiros. In: _____. **Programa de atualização em enfermagem**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Artmed. 2011. p. 11-40.

FERREIRA, Aurélio. B. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, Michael. **O que é o autor?** Tradução de Antônio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. 4. ed. Lisboa: Veiga, 2000.

_____. O nascimento do hospital. In: _____. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 35-189.

GEOVANINI, Telma et al. **História da enfermagem: versões e interpretações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

GERMANO, Raimunda. M. **Educação e ideologia na enfermagem no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

GULLAR, Ferreira. Problemas estéticos na sociedade de massa. In: _____. **Vanguarda e subdesenvolvimento: ensaios sobre arte**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

IANNI, Otávio. Leitura, escrita e cultura. In: LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **O preço da leitura: leis e números por detrás das letras**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2001. p. 9-12.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-75.

KLETEMBERG, Denise. F. et al. O fascínio da ciência na área da saúde (1960-1990). In: Padilha MI, Borenstein MS, Santos I (Org.). **Enfermagem: história de uma profissão**. 2.ed. São Caetano do SUL: Editora Difusão, 2015. p. 303-343.

KORACAKIS, Theodoro. **A companhia e as letras: um estudo sobre o papel do editor na literatura**. 2006, 204 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

KORACAKIS, Theodoro. A encomenda de obras para coleções ficcionais temáticas na Literatura Brasileira das décadas de 1990 e 2000. 2008. **Anais do XXXI Congresso brasileiro de ciência e comunicação**. Natal Disponível em:<www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0857-1pdf >. Acesso em: 1 set. 2015.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **O preço da leitura: leis e números por detrás das letras**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2001.

LIMA, João. F. **Ana Néri: heroína da caridade, patrona das enfermeiras**. São Paulo: Nova Época Editorial, 1977.

LISPECTOR, Clarice. Explicação. In:_____. **A via crucis do corpo**.1 ed. Rio de Janeiro: 1974. p. 9 -10.

LOUZEIRO, José. **Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra**. Rio de Janeiro: Mondrian, 2002. (Anjos de branco; v.3).

MALISKA, Isabel. C. A. et al. A organização da enfermagem e da saúde no contexto da idade contemporânea: a revolução tecnológica (1990-2008). In: Padilha, MI, Borenstein, MS, Santos, I, (Org.). **Enfermagem: história de uma profissão**. 2. ed. São Caetano do SUL: Editora Difusão, 2015. p. 345-387.

NASCIMENTO, Maria. Elisa. B; OLIVEIRA, Maria. Cecília. M. Caminhos e Desafios da Enfermagem no Brasil. **Revista HISTEDR Online**, Campinas, n. 23, p.131-142, set. 2006 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/23/art09_23.pdf>. Acesso em: 14 de abr. 2016.

NEJAR, Carlos. **Guilhermina enfermeira e tia da República**. Rio de Janeiro: Mondrian, 2002. (Anjos de branco; v.4).

NISKIER, Arnaldo. **Maria da Paz**. Rio de Janeiro: Mondrian, 2001. (Anjos de branco; v.2).

OLINTO, Antonio. Cultura de encomenda. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro. 14 ago. 2002. Não paginado. Disponível em <<http://www.academia.org.br/artigos/cultura-de-encomenda>>. Acesso em 1 set. 2015.

_____. **A dor de cada um**. Rio de Janeiro: Mondrian, 2001. (Anjos de branco; v.1).

_____. Um romancista. In: Santarrita, Marcos. **Os pecados da santa**. Rio de Janeiro: Mondrian, 2003. p. 13-15.

_____. **Minidicionário Antonio Olinto**: inglês-português, português-inglês. 7. ed. São Paulo: Saraiva. 2009. p. 339.

PADILHA, Maria. I. et al. A compreensão do ideário da enfermagem para a transformação da prática profissional. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília, v. 50, n. 3, p. 307-322. 1997. Disponível em:<www.scielo.br/pdf/reben/v50n3/v50n3a02.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2016.

PADILHA, Maria. I; BORENSTEIN, Miriam. S; SANTOS, Iraci dos (Org.). Introdução. In: _____. **Enfermagem**: história de uma profissão. 2. ed. São Caetano do SUL: Editora Difusão, 2015. p. 25-38.

PAIM, Lygia. Prefácio. In: Padilha MI, Borenstein MS, Santos I. (Org.). **Enfermagem**: história de uma profissão. 2. ed. São Caetano do SUL: Editora Difusão, 2015. p. 21-24 .

PAIXÃO, Cleiton. D. A. **Política e cultura na década de 1970**: o trabalho do Grupo de Teatro Forja e do Teatro Popular União e Olho Vivo. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

PAIXÃO, Waleska. **História da enfermagem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Júlio C. Reis Livro, 1979.

PAZ, Eliane H. Massa de Qualidade. **I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial**, 2004. p.1-14. Casa Rui Barbosa. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianeHPaz.pdf>. Acesso em 10 out. 2016.

PELLEGRINI, Tânia. **A literatura e o leitor em tempos de mídia e mercado**. 1997 Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memória/Ensaios/tânia.html>>. Acesso em 1 set. 2015.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 102-105.

PERSONA, Lia. **Uma luta pela vida**. Rio de Janeiro: Mondrian, 2003. (Anjos de branco; v.8)

PORTO, Fernando; OGUISSO, Taka. Anna Justina Ferreira Nery. In: PORTO, F; AMORIM, W (Org.). **História da enfermagem brasileira**. 1. ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2010. p.1-19.

_____. Nome da “Mãe dos Brasileiros”. **Revista Enfermagem em Foco**. Brasília. 2011. 2 (supl): p.77-80. Disponível em: <[revista.Portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/87/73](http://portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/87/73)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Os elementos simbólicos do monumento a Anna Nery no Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 32, n. 4, p. 719-726. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472011000400012>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

PORTO, Fernando et al. Rito institucional ou homenagem a Anna Nery: Salvador (BA), no século XIX. **Revista de Pesquisa Cuidado Fundamental Online**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 3572-3579. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472011000400012>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

QUEIROZ, Raquel. **A enfermeira Lindomar e outras histórias**. Rio de Janeiro: Mondrian. 2004. (Anjos de branco; v.11)

REZENDE, Ana. Lúcia. M. **Saúde: dialética do pensar e do fazer**. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTARRITA, Marcos. **Os pecados da santa**. Rio de Janeiro: Mondrian, 2003. (Anjos de branco; v.7).

SANTIAGO, Silvano. A democratização no Brasil (1979-1981) cultura *versus* arte. In:_____. **O cosmopolitismo do pobre**: crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p.134-156.

SCLIAR, Moacyr. **Histórias de aprendiz**. Rio de Janeiro: Mondrian, 2004. (Anjos de branco; v.9).

SILVA, Maria. C. Crítica sociológica. In: BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia (Org.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. Maringá: EDUEM, 2009. p.177-188.

SILVA, Ivan. B. D; PAULA, José. L. O. de. Historiografia patriótica: a “versão tradicional” da Guerra do Paraguai e seus desdobramentos a serviço de um patriotismo militar brasileiro. **CES Revista**. Juiz de Fora. v. 25, p.115-125, 2011.

SOUZA, Eneida. M. Mais vale um gosto que seis vinténs. In: ANTELO, Raul. MARQUES, Reinaldo; VILELA, Lúcia. H (Org.) **Valores arte mercado política**. 1. ed. Belo Horizonte. Editora UFMG / Abralic, 2002. p.185-194.

TCU-TC. **TOMADA DE CONTA ESPECIAL**: TC. 019.164/2011-4. Disponível em: <www.tcu.gov.br/consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/.../AC_1991_28_14_P.doc>. Acesso em: 15 ago. 2016.

TEIXEIRA, Gilberto. De Conselho para Conselho. **Revista Educação Física**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 22-25, dez. 2002. Trimestral. Entrevista. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/extra/revistaef/show-asp?id=3460>>. Acesso em: 1 set. 2015.

TEIXEIRA, Vírginia. **De práticos a enfermeiros**: os caminhos da enfermagem em Belo Horizonte – 1897-1933. 2012. 222. f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências; Belo Horizonte, 2013.

TROUCHE, André. Boom e pós-boom. In: Figueiredo, Eurídice (Org.). **Conceitos de literatura e cultura**. 1. ed. Juiz de Fora, Editora UFJF/EdUFF, 2005. p. 83-102.

VICENTINO, Cláudio. O renascimento cultural. In:_____. **História geral**. 1.ed. São Paulo, Editora Scipione, 1995. p.185-204.

ZILBERMAN, Regina. Recepção e leitura no horizonte da literatura. **Alea**: Estudos Neolatinos. Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 85-97, Jan/Jun. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33015778006>>. Acesso em: 26 out. 2016.